

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA CONDIÇÃO HUMANA

RAQUEL PÉRES PEREIRA FUJITA

**A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM CAMPINA DO MONTE ALEGRE (SP):
ENTRE AS FESTAS DE SÃO ROQUE, DO MILHO E O ASSOCIATIVISMO**

Sorocaba–SP

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA CONDIÇÃO HUMANA

RAQUEL PÉRES PEREIRA FUJITA

**A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM CAMPINA DO MONTE ALEGRE (SP):
ENTRE AS FESTAS DE SÃO ROQUE, DO MILHO E O ASSOCIATIVISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos como exigência para obtenção do título de mestre em Estudos da Condição Humana. Área de Concentração: Condição Humana na Contemporaneidade. Linha de Pesquisa: Sujeitos de Discursos, Narrativas e Mobilidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanda Aparecida da Silva.

Sorocaba–SP
2023

Raquel Peres Pereira., Fujita

A Participação Popular em Campina do Monte Alegre (SP): entre as festas de São Roque, do Milho e o Associativismo. / Fujita Raquel Peres Pereira. -- 2023. 114f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Vanda Aparecida da Silva
Banca Examinadora: André Cordeiro Alves dos Santos, Dulcinéia de Fátima Ferreira, Henrique Carmona Duval
Bibliografia

1. Associativismo. 2. Campina do Monte Alegre. 3. Participação Popular. I. Raquel Peres Pereira., Fujita. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

RAQUEL PÉRES PEREIRA FUJITA

**A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM CAMPINA DO MONTE ALEGRE (SP):
ENTRE AS FESTAS DE SÃO ROQUE, DO MILHO E O ASSOCIATIVISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos como exigência para obtenção do título de mestre em Estudos da Condição Humana. Área de Concentração: Condição Humana na Contemporaneidade. Linha de Pesquisa: Sujeitos de Discursos, Narrativas e Mobilidades.

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Vanda Aparecida da Silva
Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba

Examinador

Prof. Dr. André Cordeiro Alves dos Santos
Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba

Examinadora

Prof.^a Dr.^a Dulcinéia de Fátima Ferreira
Universidade Federal do Maranhão

Examinador

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval
Universidade Federal de São Carlos – campus Lagoa do Sino



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Raquel Peres Pereira Fujita, realizada em 27/02/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Vanda Aparecida da Silva (UFSCar)

Prof. Dr. Andre Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar)

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval (UFSCar)

Profa. Dra. Dulcineia de Fatima Ferreira (UFMA)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana.

Dedico esta dissertação de mestrado
ao meu marido, Mário Seiken Fujita,
ao meu filho, Caio Peres Pereira Fujita,
e à Rosana de Araújo Guerra, minha empregada doméstica,
que souberam lidar com a minha ausência mesmo estando em casa.
Compreenderam minhas angústias, medos e cansaço, sempre me apoiando.
Sempre grata.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, quero agradecer a Deus, que me deu a oportunidade na hora certa para realizar esse sonho de cursar a pós-graduação, ainda mais o mestrado em Estudos da Condição Humana, o que me possibilitou crescer e amadurecer enquanto pessoa, profissional e cidadã.

Agradeço à minha família que não se cansou de ouvir a minha frase: “preciso estudar”.

À minha orientadora Vanda Aparecida da Silva, que me mostrou várias possibilidades de pensar fora dos meus padrões de moradora de Campina do Monte Alegre. Como orientadora, abriu as janelas da minha mente, da minha percepção de vida para o mundo, principalmente o acadêmico e de pesquisa, e me ensinou que devemos viver um dia de cada vez.

A todos os professores do mestrado de Estudos da Condição Humana que nos motivam a pensar, refletir e propor novas formas de convivência com as diferenças que a sociedade capitalista impõe e se apresentam desafiadoramente para todos nós.

Aos professores Henrique Carmona Duval e ao professor André Cordeiro Alves dos Santos, que compuseram a banca de qualificação, compartilhando seus conhecimentos e me orientaram no que eu poderia melhorar na minha pesquisa. Às professoras Dulcinéia de Fátima Ferreira, Nashieli Cecília Rangel Loera e Teresa Mary Pires de Castro Melo por comporem a banca e se disponibilizarem a me auxiliar nesse momento.

André Pereira, funcionário da UFSCar campus Lagoa do Sino, que possibilitou o encontro com o professor Henrique Carmona Duval, para compor a minha banca de avaliação e a construção de ponte entre os campi Sorocaba e Lagoa do Sino.

À Letícia Nunes de Moraes, que se tornou uma companheira na construção do sonho de realização do mestrado, compartilhando seus conhecimentos como revisora de textos.

Aos campino monte alegrensenses que participaram desta pesquisa dando suas opiniões, ouvindo meus relatos, minhas dúvidas, inquietudes e sempre me auxiliando com o que pudessem me ajudar: Adão Aleixo, Alessandra da Cruz Teotônio, Altair Rodrigues, Ana Rita Gomes Limão, Andreia Meira, Andreia Sebastião, Benedito Francisco de Meira, Daer Pepato, Dirce Maria Teotônio, Edemilson Ferreira dos Santos, Edneia Galdino, Everaldo de Albuquerque, Francine Bianca Albuquerque, Hillari Blezins, Isabel Carvalho (“Bebel”), João Batista Luciano, João Emílio de Almeida, João Ernei de Araújo, Júlio César Nunes, Lauri Leite Machado, Lela Salgado, Luiz Carlos Fortes de Albuquerque, Luiz Fernando Messias Leite, Maria Aparecida Albuquerque de Meira, Maria Aparecida Aleixo, Marcelo Lisboa Machado, Mauro Itauty, Neila Gomes, Rafael Bertolai Gomes, Roberto Moreira da Silva, Roberto Santi, Rosa Maria Ribeiro de Araújo, Rosana Santi, Soelin Blezins, Vânia Aparecida Rodrigues,

Venildes Rodrigues, Yara Santana, e todos que por ventura eu esqueci de mencionar. À Zilda Aleixo e Paulo Afonso de Meira por marcarem as entrevistas com seus respectivos pais.

À Yone Massmann e Mayara Vitória Bertolai, filhas do coração, que não mediram esforços para me ajudar na construção desta dissertação. Quando chegar a vez de vocês estarei aqui, poderão contar sempre comigo.

À Simone Conejo que me apresentou o mestrado em Estudos da Condição Humana e à Wina Roberta pela leitura incansável do projeto de pesquisa.

Agradeço à Pétala Virgine, professora de espanhol e inglês, companheira, amiga e torcedora do meu sucesso.

Agradeço a Marcos Belato, que me auxiliou na colocação do projeto de pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Agradeço aos colegas da turma de mestrado/2020 que, apesar das aulas online, pude conhecer e conviver nesse período. Quero agradecer especialmente à Elisângela Tomazini, a “Elis”, e à Fernanda Ikedo, a “Fer”, pela parceria que construímos na realização do mestrado e que se tornou uma bela amizade que vai durar para a vida.

Finalmente, agradeço aos campino monte alegrensenses, a quem tenho muito carinho e respeito.

Cidadezinha Qualquer

Casas entre bananeiras
mulheres entre laranjeiras
pomar amor cantar.

Um homem vai devagar.

Um cachorro vai devagar.

Um burro vai devagar.

Devagar... as janelas olham.

Eta vida besta, meu Deus.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Este trabalho analisa a participação popular dos munícipes em Campina do Monte Alegre (SP) nas áreas política e sociocultural. O objetivo geral do estudo foi conhecer e compreender as modalidades de participação naquela sociedade, bem como seus desdobramentos, observando como os moradores entendem o significado de participação popular e como a realizam no seu dia a dia. A metodologia utilizada se constituiu de uma revisão bibliográfica, além de entrevistas com alguns moradores pautadas por um questionário semiestruturado elaborado e aplicado pela pesquisadora. As informações coletadas foram analisadas qualitativamente. A participação popular já ocorria em Campina do Monte Alegre (SP), como exemplo, as festividades religiosas, antes mesmo de ser um direito constitucional garantido pela Carta de 1988, e mais recentemente, observa-se a presença do associativismo. Tudo isso tem sido importante para a formação do município que se emancipou em 1991. Este é, portanto, um texto em que a pesquisadora, também moradora do referido município, demonstra que existem muitas peculiaridades que ainda precisam ser sanadas para que a consciência acerca do direito à participação popular se concretize a todos cidadãos e cidadãs da localidade. Além de sinalizar para possíveis manifestações de revitalização na vida participativa que poderão vir a se tornar uma realidade, através de aproximações entre os pequenos agricultores do município e a Universidade Federal de São Carlos, *campus* de Lagoa do Sino.

Palavras-chave: Campina do Monte Alegre (SP); Participação popular; Festas populares; Associativismo.

ABSTRACT

This work analyzes mass participation of the people from Campina do Monte Alegre in the political and socio-cultural field. The main purpose of the studies was to cognize and understand the type of participation in that society, as well as its deployment, observing how the dwellers understand the meaning of mass participation, and how they perform it on a daily basis. The methodology used consisted of literature review and interviews with some residents based on a semi-structured questionnaire, done and applied by the researcher. The information collected were qualitatively analyzed. The people's participation have already occurred in Campina do Monte Alegre (SP). As an example, the religious festivities, even before being a constitutional right, granted by the 1988 letter and, more recently, the presence of associativism is observed. All of these were of great importance for the city formation, which was emancipated in 1999. Therefore, this is a text in which the researcher, who is also a resident from the referred city, shows that there are lots of peculiarities yet to be solved, so that the awareness regarding the right to mass participation may be extended to all local citizens. Besides pointing out to possible demonstrations of resurgence in participatory life through cooperation initiatives and partnership between small farmers from the city and são carlos federal university, Lagoa do Sino campus.

Key Words: Campina do Monte Alegre (SP); People's Participation; Popular Festivities; Associativism.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Vista aérea noturna do lago municipal de Campina do Monte Alegre (SP)

Imagem 2: Municípios limítrofes de Campina do Monte Alegre (SP)

Imagem 3: Matriz da paróquia de São Roque, em Campina do Monte Alegre (SP)

Imagem 4: Centro catequético

Imagem 5: Imagens de São Roque

Imagem 6: Preparativos para a festa Delícias do Milho

Imagem 7: Quitutes de milho

Imagem 8: Divisão do estado de São Paulo em 22 unidades de gerenciamento de recursos hídricos

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APRMHRB – Associação de Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão do Barreiro

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CMA – Campina do Monte Alegre

CMS – Conselho Municipal de Saúde

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ONG – Organização Não-governamentais

OP – Orçamento Participativo

OSC – Organização da Sociedade Civil

PAC – Programa de Aceleração Econômica

PAA – Programa de Aquisição Alimentar

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos

PMCMA – Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ProUni – Programa Universidade Para Todos

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PV – Partido Verde

PT – Partido dos Trabalhadores

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento

UBS – Unidade Básica de Saúde

UGRI – Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Sumário

HUMANA	16
BEM-VINDOS À CAMPINA DO MONTE ALEGRE	17
Campina do Monte Alegre	18
Notas sobre os trajetos da pesquisadora	24
Uma cidade pacata?	26
Metodologia da trajetória da pesquisa	31
CAPÍTULO 1: PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL	37
1.1 Sobre a participação popular brasileira	40
1.2 Um campo de possibilidade: a participação popular	45
1.3 Avanços e limites da participação popular na realidade brasileira e em Campina do Monte Alegre	49
CAPÍTULO 2: PARTICIPAÇÃO POPULAR EM CAMPINA DO MONTE ALEGRE	54
2.1 Os espaços de participação na municipalidade	55
2.1.1 Festa de São Roque	56
2.1.2 Festa Delícias do Milho	68
CAPÍTULO 3: O ASSOCIATIVISMO COMO MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	80
3.1 O associativismo	80
3.1.1 Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Barreiro	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE	104
Roteiro para a entrevista semiestruturada	104
ANEXOS	106
Anexo A: Termo de consentimento e livre esclarecimento	106
Anexo B: Ata da assembleia geral da constituição da associação dos produtores rurais da microbacia hidrográfica do ribeirão do barreiro	111

HUMANA

no início era só um nome, possibilidade

Mestrado

estudar a condição humana

aprovação enfim realização

março, faculdade, novos colegas

pandemia

cada um na sua casa

aperfeiçoamento, troca de experiências

conhecimento, estudo

autores, biografia, textos, insegurança, dissertação

novo processo, novas tecnologias

desafio da informática, copia e cola não

pensar, expressar e comunicar

em sua própria linguagem

professores, alguns nos inspiram, acolhem, ensinam

suas marcas em nós ficarão

outros somente passarão, um mês, dois, três meses

prazos a cumprir, mensagens a repassar

conforto dos espaços de troca

afinidades e amizades em construção

hoje entendo a nossa condição

ontem amanhã processo de evolução permanente

nada na contemporaneidade é definitivo

cada mestrando modificado na construção do si

enquanto pessoa

humana

BEM-VINDOS À CAMPINA DO MONTE ALEGRE

Esta dissertação de mestrado foi se moldando nesses dois anos de estudos e pesquisas e busca informar ao leitor sobre as possibilidades de participação popular nos campos da cultura, da política e da sociedade no município de Campina do Monte Alegre, interior paulista. Para tanto, procurei caracterizar as percepções de moradores dessa localidade sobre como tem acontecido a participação de cada um deles, de acordo com as modalidades em que se inserem na vida cotidiana daquela municipalidade. Foi surpreendente para mim, enquanto pesquisadora e moradora local, observar como são diversos os modos como as pessoas compreendem a temática e como se colocaram no cenário abordado.

Nesta introdução apresento a cidade e conto como cheguei a Campina do Monte Alegre, numa breve retrospectiva memorial. Apresento também os objetivos da pesquisa e o método definido para alcançá-los, além do que mudou no meu entendimento sobre participação popular durante a realização da pesquisa.

Imagem 1: Vista aérea noturna do lago municipal em Campina do Monte Alegre (SP)



Fonte: Página da Prefeitura de Campina do Monte Alegre no Facebook

Campina do Monte Alegre

Campina do Monte Alegre é o município em que moro e que passou a ser também meu assunto, *locus* de meu estudo. Trata-se de uma pequena localidade de aproximadamente de 6.088 habitantes, segundo dados estimativos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para o ano de 2021.

Imagem 2: Municípios limítrofes



Fonte: Wikicommons

Campina do Monte Alegre é um dos mais jovens municípios do estado de São Paulo. Conta 31 anos de emancipação, desde que se desmembrou da vizinha Angatuba, em 19 de maio de 1991. Esse desmembramento aconteceu de acordo com a Lei Estadual de nº. 7.664, de 30 de dezembro de 1991 (atualizada até a Lei nº. 8.550, de 30 de dezembro de 1992, que dispõe sobre alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado). Em seu artigo 2º: Ficam criados os seguintes municípios. No inciso XVIII - Município de Campina do Monte Alegre.¹

¹ O que diz o texto da legislação:

“**XVIII - Município de Campina do Monte Alegre**, com sede no distrito de Campina do Monte Alegre e com território desse mesmo distrito, do Município de Angatuba, tendo as seguintes divisas:

a) Com o Município de Angatuba

Começa no Rio Paranapanema, na foz do córrego da Grama; sobe por este até sua cabeceira norocidental no divisor Paranapanema-Guareí; continua por este divisor até onde recebe nome local de serra de Angatuba, no ponto de cruzamento com o divisor da margem direita do córrego Machadinho ou Lagoa Seca; segue por este divisor, em demanda da cabeceira norocidental do córrego Corvo Branco, pelo qual desce até sua foz no Rio Itapetininga; sobe por este até a foz do córrego do Monjolinho, pelo qual sobe até sua cabeceira sudoriental, no

São municípios limítrofes: Itapetininga (60 km), Angatuba (13 km) e Buri (25,9 km).² O acesso ao município, a partir da capital, pode ser feito pela Rodovia Presidente Castelo Branco (SP-280) até Tatuí, seguindo pela Rodovia Antônio Romano Schincariol (SP-127) até o município de Itapetininga. Depois, o acesso é pela Rodovia Raposo Tavares (SP-270) até Angatuba e pela Rodovia Engenheiro Lauri Simões de Barros até Campina Monte Alegre.

A área geográfica do município é de 185 km², assim, a densidade demográfica do município é de 32,6 habitantes/km². O índice de desenvolvimento humano do município é de 0,72 e a escolarização fundamental, de 6 a 14 anos, atinge o índice de 97,5% da população nessa faixa etária.

O município é classificado com o perfil agropecuário pelo predomínio de propriedades rurais tanto de pequeno, como de médio e grande porte, com cultivo de grãos como feijão, milho, soja, trigo e pecuária leiteira.

A Prefeitura Municipal é a maior fonte empregadora, com aproximadamente 300 funcionários. Outros postos de trabalho são ocupados por trabalhadores rurais registrados como tratoristas, operadores de máquinas agrícolas, e o serviço informal de trabalhadores rurais diaristas nas colheitas mencionadas. Além dos empregos em atividades de comércio, construção civil e prestação de serviços, setor em que há menor número de municípios.

Em 2015, a vizinha Buri recebeu o campus Lagoa do Sino, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que fica mais próximo da federação administrativa de Campina do Monte Alegre (5,4km) do que de Buri (33 km). Desde então, a cidade recebe estudantes de diversos estados e cidades do Brasil, bem como professores e funcionários.

Há quatro escolas na cidade, sendo três municipais, responsáveis pelo ensino infantil e fundamental; uma escola estadual, que responde pelo ensino médio no município. A municipalidade é responsável pelo transporte de todos os alunos e mantém uma parceria com os municípios universitários que fazem faculdade em Itapetininga e Sorocaba.

espigão Itapetininga-Paranapanema; segue por este espigão até a cabeceira mais setentrional do córrego Mata do Pereira ou do Veado Pardo.

b) Com o Município de Itapetininga

Começa no espigão Itapetininga-Paranapanema, na cabeceira mais setentrional do córrego Mata do Pereira ou do Veado Pardo; desce por este até sua foz no ribeirão da Pescaria, pelo qual desce até sua foz no Rio Paranapanema.

c) Com o Município de Buri

Começa no Rio Paranapanema na foz do ribeirão da Pescaria; desce por aquele até a foz do córrego da Grama, onde tiveram início estas divisas.”

Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7664-30.12.1991.html>. Acesso em: 13 mar. 2023.

² De acordo com o Conf. <https://www.cidades-brasil.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2023.

A rede de saúde em CMA conta com duas equipes de estratégia de saúde da família, responsáveis pelos moradores da parte urbana e, para as áreas rurais, pronto atendimento na UBS (Unidade Básica de Saúde), além de atendimento odontológico, psicológico, fisioterápico e fonoaudiológico, conforme as normativas e diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde).

A Secretaria Municipal de Agricultura não possui representatividade significativa no município, uma vez que os pequenos produtores da região produzem para agricultura de subsistência e para a feira de produtores rurais que acontece aos sábados na cidade. Os demais produtores agrícolas destinam sua produção de grãos como milho, soja, feijão e trigo visando o mercado nacional ou exportação.

Campina do Monte Alegre, em 2022, está na oitava administração municipal e na sua trajetória como município eleitoral, os candidatos ao poder administrativo, por duas vezes foram eleitos, mas não conseguiram assumir o mandato por problemas com a Justiça Eleitoral.

Estes são os prefeitos que já conduziram administrativamente o município: para o quadriênio 1993-1996 o prefeito eleito foi Carlos Eduardo Vieira Ribeiro, pelo Partido Verde (PV); de 1997-2000, José Benedito Ferreira, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi o vencedor do pleito; de 2001-2003, Carlos Eduardo Vieira Ribeiro foi reeleito novamente pelo Partido Verde (PV), mas não conseguiu terminar seu mandato devido a um processo de cassação política. Assumiu, então, a Prefeitura seu vice, Nelson Teotônio (PV), para o ano de 2004. De 2005-2008, José Benedito Ferreira (PSDB) foi reeleito e concluiu seu mandato, sendo reeleito novamente para mais quatro anos de gestão, de 2009 a 2012.

Para a gestão do ano de 2013, mais uma vez foi eleito Carlos Eduardo Vieira Ribeiro (PV), mas foi impedido pela Justiça Eleitoral de assumir o cargo. Assim, Orlando Donizetti Aleixo, do PSDB, o segundo colocado nas eleições, governou a cidade durante os dez primeiros meses de mandato. No mês de novembro de 2013, com medida liminar, Carlos Eduardo Vieira Ribeiro pôde concluir seu mandato até dezembro de 2016.

Para 2017-2020, Gil Vicente de Oliveira Júnior foi eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Para o mandato 2021-2024, José Benedito Ferreira foi eleito pela quarta vez, mas impedido pela Justiça Eleitoral de assumir o cargo. Altair Rodrigues Vieira, do PSDB, foi empossado interinamente. Em 3 de outubro de 2020 ocorreu eleição suplementar no município e Tiago Ricardo Ferreira, do PSDB, filho de José Benedito Ferreira (falecido por Covid) foi o vencedor e tem respondido pela gestão pública de Campina do Monte Alegre até o dia atual.

Assim, constituiu-se politicamente a história de CMA, no Poder Executivo, como uma forma de participação política. Mas, também na parte cultural e social desse município

observei, à medida em que realizei este estudo, que havia outras formas de participação popular que eu ainda não via em um cenário participativo. Dedicando-me aos estudos sobre o tema, fui entendendo que em CMA há um movimento participativo muito forte através das festas populares ligadas principalmente à Igreja Católica.

A paróquia de São Roque de Campina do Monte Alegre (SP) foi criada em 1998.³ Atualmente, conta com as seguintes comunidades paroquiais presentes em 13 dos 17 bairros que compõem a administração federativa do município de Campina do Monte Alegre, segundo informações colhidas no site da Diocese de Itapetininga, à qual está subordinada:

Matriz São Roque (Centro), Nossa Senhora Aparecida (Bairro do Salto); Bom Jesus (Chácara dos Rochas); Nossa Senhora Aparecida (Bairro dos Aleixos); Comunidade Nossa Senhora da Conceição e São Jorge (Centro); Nossa Senhora da Divina Providência (Vila Gomes); Sant'Ana (Bairro Barreiro dos italianos); São José (CDHU C e D); São José Operário (Fazenda Chapadão); São Judas (CDHU A e B).⁴

A história da estruturação da comunidade de São Roque se faz presente na história de construção do município de Campina do Monte Alegre (SP). Tudo começou por volta dos anos de 1870 quando, às margens dos rios Paranapanema e Itapetininga, moravam as famílias Gomes e Libâneo, que eram proprietárias de terras.

Onório Gomes tinha apenas cinco anos quando saiu de sua casa em busca de animais pelos campos e acabou encontrando a imagem de um Santo dentro de um cupinzeiro.⁵ Na segunda vez que foi ao local, Onório levou a imagem para casa. A imagem, de mais ou menos 20 cm, estava envolvida por um manto vermelho e tratava-se da imagem de São Roque.⁶

A imagem de São Roque é representada por um homem, em trajes de peregrino, com um dos joelhos desnudo, tendo à mostra uma ferida de peste, e ao seu lado um cão com um pedaço de pão na boca. Ainda, segundo o site da Diocese de Itapetininga, depois que o menino Osório encontrou a imagem de São Roque, uma capela foi construída.

Tempos depois, as famílias Gomes e Libâneo decidiram construir uma capela onde Onório havia achado a imagem. A capela de São Roque foi construída de pau à pique e coberta com folhas de indaiá. Com isso muitas pessoas começaram a mudar para a capelinha, como estava sendo chamado o local. Formou-se então ali um pequeno povoado. José Libâneo, Maria Martins Vieira, Domingos Soares Camacho, Manoel Antunes Rodrigues, Elias Seabra de Lima e Maria Theodoro de Arruda

³ Desde abril de 2018 o pároco à frente dos trabalhos religiosos é o padre Roberto Moreira da Silva. A paróquia está localizada na Praça José Silva, s/nº, Centro, Campina do Monte Alegre (SP). O telefone da secretaria paroquial é (15) 3256 1466 e o e-mail: paroqsaroquecma@bol.com.br.

⁴ Disponível em: <https://diocesedeitapetininga.org.br/parouquia-sao-roque-2/>. Acesso em: 8 ago. 2022.

⁵ Cf. o Dicionário *Aurélio*. São Paulo: Positivo, 2010. Cupinzeiro: aglomerado de terra e outros resíduos, edificado pelos cupins, constituindo o seu ninho.

⁶ Disponível em: <https://www.campinadomontealegre.sp.gov.br/a-cidade/historia>. Acesso em: 8 ago. 2022.

doaram as terras para a formação do povoado em 1912. A partir daí o local passou a ser chamado de “Terras de São Roque”.⁷

Havia também, na região, a família Aranha, que dizia ser proprietária das Terras de São Roque e, devido a isso, o povoado também recebeu o apelido de Campina dos Aranhas.

Campina dos Aranhas foi rota do caminho para o sul do Brasil e muitos tropeiros que por aqui passavam, acabavam por hospedar-se nos campos. Os tropeiros⁸ eram comerciantes que compravam tropas de animais para revendê-las e usavam esses animais para transportar gêneros para o comércio nas pequenas vilas e cidades por onde passavam. Eles traziam as mercadorias dos portos e levavam para as regiões interioranas. Essas pessoas foram importantes para o comércio de escravos, de alimentos como açúcar mascavo, aguardente, vinagre, vinho, azeite, peixe, bacalhau, farinha, entre outros, ferramentas, vestimentas e animais.⁹

Além de sua importância na economia, os tropeiros divulgavam a cultura, a informação e as notícias, numa época em que não existiam estradas no país. Ajudaram na construção de várias cidades pelo Brasil. Campina do Monte Alegre foi uma delas porque aqui era parada para descanso de quem vinha de Sorocaba indo para Castro, no Paraná.

A então Campina dos Aranhas era banhada por dois rios importantes da região - o Itapetininga e o Paranapanema - que são fontes de belezas naturais desse pequeno povoado. Esse encontro de águas ocorre quando o rio Itapetininga deságua no rio Paranapanema, aos pés do monte, sendo esse, avistado de todos os pontos do povoado. A história divulgada diz que, mediante tamanha beleza natural, os moradores resolveram incluir a palavra monte ao nome da cidade porque aquela paisagem era motivo de muita alegria para os que viviam ali. Em suma, assim surgiu o nome da cidade de Campina do Monte Alegre.

As festas, portanto, revelam a participação popular da comunidade nas festividades religiosas, uma vez que são considerados momentos importantes no cotidiano da população católica, e se constituem como tempos sagrados com forte significado simbólico, especialmente para aqueles que são devotos dos santos homenageados, atraindo uma maior quantidade de

⁷ Idem.

⁸ Tropeiro é o peão cuja função na pecuária extensiva brasileira (inclusive nas comitivas) consiste em reunir pela manhã, cuidar durante o dia e alojar à noite, a tropa de cavalos de serviços que os peões campeiros trocam durante a jornada de trabalho.

⁹ Campina dos Aranhas foi o palco de batalha para a Revolução Constitucionalista que ocorreu entre julho e outubro de 1932, sendo essa, também conhecida como Guerra Paulista. O conflito armado aconteceu entre os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Os três estados tinham o objetivo de derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e o estado de São Paulo, através de seu representante, assumiria o poder no país. O sineiro da igreja de São Roque foi alvo dos bombardeios na época.

peçoas para os atos litúrgicos da igreja. Esses atos religiosos com práticas devocionais aproximam o homem da sua divindade protetora, que é Deus.

Notas sobre os trajetos da pesquisadora

Meu primeiro contato com Campina do Monte Alegre aconteceu em 1994, quando uma irmã, que cursava administração, fez um estágio na cidade paulista. Recentemente emancipado, o município não tinha funcionários públicos. Até então, a forma de contratação dos servidores era feita por cooperativa. Interessada no assunto, minha irmã solicitou estágio na Prefeitura e, posteriormente, foi contratada como administradora municipal. Quando minha irmã se mudou para cá, eu comecei a frequentar o município.

Depois de graduada em Serviço Social, fui chamada para compor o quadro de funcionários. Cheguei em Campina do Monte Alegre no ano de 2001 para trabalhar na Prefeitura Municipal, como assistente social. Recém-formada, sem nenhuma experiência profissional, comecei a atender os campinos monte alegrenses, tão necessitados de conhecer os seus direitos sociais enquanto cidadãos. Em 2006, prestei concurso e passei a integrar o quadro efetivo de funcionários municipais.

Meu primeiro olhar sobre a cidade, que tinha apenas dez anos de emancipação, foi: poucos profissionais com curso superior, muito trabalho a ser realizado. Fui conhecendo e me apaixonando pelas pessoas daqui, observando como elas estabeleciam as suas relações culturais, sociais e políticas.

Profissionalmente, a prefeitura foi meu único local de trabalho. Por 13 anos fui a única assistente social do município. Atuei nas políticas de assistência social nas áreas da saúde, educação, habitação, infância e adolescência, família, deficientes e idosos, o que tem me possibilitado um conhecimento da população local e de suas demandas e necessidades.

Fui pioneira na inserção da sociedade e de seus membros nos conselhos de políticas públicas, na organização e na mediação de conflitos entre sociedade e poder público. Por isso, minha necessidade de compreender o conceito e o entendimento dos moradores da cidade com relação à participação popular nas atividades sociais, culturais, políticas, e tantas outras que acontecem na cidade.

Trabalho diretamente na execução de políticas públicas em nível municipal, sendo que as mesmas, em nosso país, são realizadas como uma maneira de diminuir as desigualdades sociais presentes entre brancos, negros, indígenas, ricos, pobres. Esses sempre foram campos de estudos e de análises por mim realizados na vida profissional, uma vez que, diariamente vivencio situações de exclusão social, vulnerabilidades de crianças, adolescentes, deficientes, famílias e idosos. Situações complexas que requerem um esforço maior para também compreender, avançar nas buscas por superações.

Sempre estudando, busquei me aperfeiçoar diariamente nos conhecimentos sobre as relações sociais, a administração pública, a gestão pública, as políticas públicas. A ideia de cursar o mestrado em Estudos da Condição Humana surgiu após a realização de uma pós-graduação em Gestão Pública, principalmente devido ao meu interesse sobre os seres humanos, meu maior e significativo “instrumento” de trabalho.

Uma cidade pacata?

Como moradora e trabalhadora num pequeno município da região sudoeste do estado de São Paulo, que ainda não possui uma região metropolitana de referência em muitos momentos comecei a me questionar a respeito do que poderia trazer ao conhecimento acadêmico sobre Campina do Monte Alegre, já que a considerava uma cidade “pacata”, cujas vidas das pessoas seguiam num cotidiano sem maiores emoções. No entanto, a minha percepção mudou durante a pesquisa porque eu achava que todo mundo teria o conhecimento acadêmico do que é participação popular, mas a pesquisa me mostrou que cada um tem um modo de pensar e de fazer participação popular.

Quando utilizo o termo “pacato”, refiro-me à tranquilidade de uma cidade do interior, onde não há pressa, a correria de vida de uma cidade grande. Aqui, em CMA, todos se conhecem, frequentam a mesma padaria, o mesmo supermercado, farmácia, entre outros, porque, afinal, não são tantas opções de serviços como em cidades de médio e grande porte.

Muitas vezes, o termo pacato pode ser entendido como apático, como se a população estivesse em inércia, passível de ser comandada pelo poder político, mas, na verdade, o que quero demonstrar utilizando o substantivo “pacato” está diretamente relacionado com a tranquilidade da vida do interior, onde as pessoas se cumprimentam, conversam nas esquinas, preocupam-se umas com as outras, enfim, uma realidade bem distante dos grandes centros urbanos.

O município de CMA, em consonância com Roberto DaMatta (1997, p. 19), mantém semelhança com as demais cidades brasileiras do interior, onde cada casa tem um número e cada rua tem um nome. As pessoas que aqui chegam e buscam informações com os moradores ganham informações muito íntimas referentes a quem se busca: “você procura o senhor Zé, o pipoqueiro que se aposentou em São Paulo? Ele mora em frente ao bar do ponto...” Ou seja, o único ponto de parada de ônibus no município. E assim, as relações sociais, culturais e políticas vão se estabelecendo na sociedade.

Ao tomar contato com a tese de doutorado da professora doutora Josefina de Fátima Tranquilin Silva, de 2007, intitulada *O Erótico em Senhora do Destino: recepção de telenovela em Vila Pouca do Campo/Portugal*, me deparei com observações que vinha acalentando. Assim, tomarei como ponto de partida as indagações que a pesquisadora fez ao chegar na pequena localidade que fora alvo de sua pesquisa. Como em suas palavras:

O que é possível esperar de uma pequena localidade, majoritariamente constituída por indivíduos de camadas populares, onde traços de um passado recente ainda permanecem vivos, apesar de já agregados a outros modernos e contemporâneos? Um lugar onde, à primeira vista, todos parecem se conhecer profundamente, as pessoas se cumprimentam mostrando expressões de alegria, as mulheres trocam receitas, “simpatias”, comentam sobre filhos e maridos? Onde os adultos, idosos e jovens, em um constante ir-e-vir, normalmente as pessoas estão dispostas a uma “paradinha” para uma saudação mais carinhosa? Onde a internet, a televisão e os aparelhos celulares são janelas para o mundo, principalmente para a juventude? (SILVA, 2007, p. 31).

Juntando as especificidades e singularidades de um município de pequeno porte I, classificação fornecida pelo IBGE, complementada pelos estudos de Antonio Candido (2010) e Maria Isaura de Queiroz Pereira (1973), em seus livros *Os parceiros do Rio Bonito* e *Bairros Rurais Paulistas*, respectivamente, pretendo aqui refletir através deste município de Campina do Monte Alegre, a realidade de uma territorialidade onde se vivem histórias do “caipira paulista”.

Para tanto, surgem questionamentos que motivam este estudo, como: os cidadãos campino monte alegrensenses vivenciam algum tipo de participação popular dentro dessa comunidade? Se sim, como acontece essa participação? Quais são as modalidades ou formas de participação popular na sociedade de Campina do Monte Alegre? Essa participação é voluntária?

Sendo assim, conhecer as modalidades de participação social, cultural e política encontradas no município de Campina do Monte Alegre, bem como, seus desdobramentos dentro da sociedade, observando como os moradores entendem o que significa participação popular e como a realizam no seu dia a dia, é o objetivo principal deste estudo. Mostrarei exemplos práticos de participação que identifiquei dentro da comunidade através de festas populares, do surgimento do associativismo e dentro da gestão pública nesses 31 anos de emancipação.

Para buscar possíveis respostas para tais questionamentos e assim alcançar os objetivos da pesquisa, procurei resgatar a história da “Festa em louvor de São Roque”, evento em que há grande mobilização participativa da comunidade. A festa que celebra o santo padroeiro de Campina do Monte Alegre (SP) ocorre há mais de 150 anos, sempre com o envolvimento da comunidade¹⁰ na organização da festa. Desde o levantamento das doações ou prendas até a

¹⁰ Antonio Candido, no livro *Os parceiros do Rio Bonito*, propõe que no sentido do conceito de comunidade seja mais propício utilizar o conceito de bairro, ou seja, “nos documentos paulistas, bairro aparece sempre como divisão administrativa da freguesia [...] onde se encontra a sede da Câmara e a paróquia e a cabeça do território, [...] uma igreja provida de sacerdote, o território das vilas, repartido em distritos, divididos em quarteirões. Essa é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, constituindo agrupamento de algumas famílias, vinculadas pelo

preparação das comidas, são os fiéis devotos que realizam as cerimônias religiosas e mantêm a tradição que se tornou a festividade dentro dessa comunidade no interior do estado de São Paulo.

Além da festividade de São Roque, outra expressão festiva que se transformou numa festa tradicional realizada desde o ano de 2009, é a festa “Delícias do Milho”, em que os produtores doam espigas de milho verde para a Paróquia de São Roque, como um agradecimento a Deus pela boa colheita. As doações de milho verde servem para confeccionar os diversos doces e salgados típicos da região para serem vendidos na festa católica, como o curau, a pamonha, a sopa de milho, o suco de milho e tantos outros derivados do milho verde (CANDIDO, 2010). Toda a arrecadação financeira destina-se a cobrir as despesas da paróquia.

Segundo Eric Hobsbawm (1997), na introdução de seu livro *A invenção das tradições*, a invenção das tradições festivas são essencialmente um processo de formalização e de ritualização das festividades locais, caracterizado principalmente por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição da festa. Ao estudar sobre essas tradições, muitas situações sobre as relações humanas nessa comunidade revelam comportamentos que acontecem até nas datas atuais, demonstrando, assim, que as tradições antigas são vivenciadas recentemente.

Num terceiro momento, será abordada outra forma de participação popular, comum entre os municípios de pequeno porte, que é o associativismo, ou seja, as pessoas se juntam em prol de um objetivo comum para a resolução de um problema também comum.

Parafraseando Antonio Candido (2010), no universo da sociedade do caipira, eu já utilizei o termo *pacato* para definir a vida cotidiana dentro do município, talvez devido à minha impressão imediata de moradora, também muito acostumada com a localidade. Todavia, é importante clarear melhor o sentido de tal palavra. Consultando o dicionário *Aurélio*, a palavra *pacato* é um substantivo masculino, que significa:

[...] ser a pessoa que evita situações de disputas, sossegado, que nada o perturba, em que há paz e tranquilidade. De personalidade pacífica que não cria confusões, brigas; tranquilo. Se origina da Etimologia de pacífico. Tem como sinônimos: acomodado, plácido, quieto, tranquilo, sossegado e sereno. Plural: pacatos e Feminino: pacata.

Partindo da ideia de que bairro configura-se numa divisão administrativa, tal como nos apresenta Antonio Candido (2010), informarei aos leitores os bairros que constituem administrativamente o município de CMA, que julguei *pacato*, são eles: Centro, Engenheiro

sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas.” (2010, p. 76-77).

Hermilo, Araçatuba, distrito Salto do Paranapanema, Araçatubinha, Tapiá, CDHU- A, B, C e D, Aleixos, Barreiro, Laranjal, Serraria, Recanto Campina, Núcleo Capauva e Jardim Paineira.

Todos os bairros foram se construindo através de uma pequena comunidade familiar, sendo próximos do que é considerado o centro da cidade, em que fica o paço municipal, a igreja matriz de São Roque, o correio, posto bancário e lojas. O mais distante é o distrito de Salto do Paranapanema, que fica aproximadamente 20 km do Centro.

No decorrer da pesquisa, abordarei especificamente a história da construção dos bairros onde residem os entrevistados/as, e, contarei a partir das memórias desses entrevistados/as, como ocorreu a formação da comunidade/bairro e até o porquê do nome de cada um deles. Certamente cada um dos bairros têm uma história, suas peculiaridades. Porém, os conteúdos das falas dos/as sujeitos/as poderão lançar algumas pistas para responder algumas indagações acerca da cidade: o que o estaria por detrás desta ideia de cidade pacata? Seria uma cidade onde os padrões políticos, sociais e econômicos já estariam definidos? Seria essa a realidade desse município rural? Haveria uma acomodação da população diante das decisões políticas, administrativas tomadas diariamente pelo poder administrativo, legislativo e judiciário? Haveria algum conflito velado entre os moradores dessa localidade?

Ressalto aqui que toda a minha trajetória durante a realização do mestrado em Estudos da Condição Humana se deu no período em que a humanidade se deparou com a crise provocada pela epidemia de Coronavírus que assolou o mundo nos anos de 2020 e 2021. O governo do Brasil estava sob o comando do militar reformado Jair Messias Bolsonaro, que foi eleito para governar nos anos de 2019 a 2022 fazendo parte do PSL (Partido Social Liberal).

Novas regras de convivência social foram estabelecidas, sendo as principais o isolamento social, o uso obrigatório de máscara e a higienização com a lavagem das mãos e uso do álcool em gel.

Eu, particularmente, compareci ao campus da Universidade Federal de São Carlos, em Sorocaba, somente em duas datas que foram a etapa da qualificação, realizada no dia 29 de agosto de 2022, e no dia da banca de avaliação da dissertação de mestrado, no dia 27 de fevereiro de 2023.

Foi um período de muitas incertezas e dúvidas com relação à epidemia que estávamos vivenciando, muitos parentes, amigos e conhecidos falecendo misteriosamente, sem explicação científica para as causas. Tempos sombrios de medo, inseguranças e o mais profundo silêncio que inquietava as nossas vidas dia a dia.

Voltar a estudar no ambiente virtual foi uma novidade totalmente diferente do que eu conhecia em termos de estudos, trocas de conhecimento, informações, aulas, enfim um

ambiente desafiador. Mas que enfrentei com coragem, determinação, força de vontade, disciplina e muita responsabilidade.

Fazer a pesquisa em um momento de pandemia foi totalmente diferente do que a universidade pública estava acostumada a lidar rotineiramente. No período de realizar a minha, coincidiu que no município de CMA, a vacinação estava bem adiantada, e, no decorrer do agendamento com os entrevistados, todos já havíamos sido imunizados com duas doses da vacina, nos deixando menos preocupados com a transmissão do vírus.

Foi difícil, preocupante, muitas vezes extremamente cansativo realizar o cronograma de execução da pesquisa durante a pandemia. Mas, resisti, lutei dia a dia com a incerteza e a dor de acompanhar milhões de brasileiros, perderem a vida diante de um vírus desconhecido, da falta de preparo do mundo diante da adversidade da vida e, que a todo momento colocava a ciência em alerta máximo de desdobramentos de busca de conhecimento e informação.

Eu, assim como muitos outros colegas, resistimos. Descobri que sou muito mais forte do que imaginava e que me adapto a situações inusitadas e desconhecidas. Descobri na pandemia, que sou uma “mulher camaleoa”, pois construí uma bela carreira acadêmica que contou com professores instigantes, colegas vivenciando situações de trabalho, em casa, no mercado, enfim, situações rotineiras semelhantes; fiz amigos que virtualmente tornaram-se bem próximos, mesmo que estivessem do outro lado da tela, em outra cidade, mas estavam presentes.

Enfim, tempos desafiadores, sim, desanimadores, nunca.

Metodologia da trajetória da pesquisa

Para entender e buscar respostas com relação ao objeto de estudo, realizei com determinados membros da sociedade, uma coleta de dados através da aplicação de uma técnica denominada como entrevista, buscando obter informações contidas nas falas dos atores sociais que estão vivenciando a realidade pesquisada.

Realizei entrevistas semiestruturadas (BONI e QUARESMA, 2005), ou seja, com um roteiro de perguntas para me ajudar com o tema investigado e direcionado às pessoas da comunidade escolhidas pela pesquisadora, ou indicadas por outros membros da sociedade. Através das entrevistas, busquei dar existência às memórias dos entrevistados, fui ouvinte e narradora dos fatos e das histórias contadas, “dando existência escritural à fala” (BOSI, 1987, p. XII), parafraseando Ecléa Bosi, em seu livro *Memórias e Sociedade: Lembranças de Velhos*. Isso, ainda que se tenha optado por manter o sigilo com relação aos nomes do/as entrevistados/as.

As primeiras entrevistas foram realizadas com dois casais de “festeiros”, ou seja, responsáveis pela organização da Festa de São Roque nos anos de 1970 e 1980. Para a identificação de cada entrevistado/a adotarei letras visando a relativa preservação das pessoas que se dispuseram a conversar com a pesquisadora. A entrevista de número 1 foi realizada com o Casal AA (Senhor A e Senhora A), que organizou a festa na década de 1970. A entrevista de número 2 foi realizada com o Casal BB (Senhor B e Senhora B), que organizou a festa na década de 1980.

A entrevista de número 3 foi feita com o coordenador da organização da festa “Delícias do Milho”, que denominei de C. A entrevista de número 4 foi realizada com a pessoa denominada D, uma autoridade religiosa do município. A entrevista de número 5 ocorreu com a pessoa denominada de E, membro da Associação de Produtores Rurais da Microbacia do Ribeirão Barreiro (APRMHRB). Por último, a entrevista de número 6 foi realizada com a pessoa F, funcionária pública municipal.

Ressalto que, com relação à entrevista de número 5, a pessoa E, foi indicada pelo atual presidente da APRMHRB, senhor Rafael Bertolai Gomes, e pelo senhor João Emílio de Almeida (membro da Associação), por tratar-se da pessoa mais dedicada, participativa e peça fundamental para a existência da Associação. Com relação à entrevistada E, a pessoa foi escolhida por trabalhar há muitos na Prefeitura Municipal de CMA.

O roteiro de perguntas (ver o Apêndice) abordou, num primeiro momento, dados pessoais do/a entrevistado/a, que foram mantidos em sigilo; depois, seguem-se

questionamentos sobre o que ele/a entende por participação: se participa de alguma atividade fora do seu domicílio, como iniciou essa participação; o que participar mudou na sua vida e na vida de outras pessoas e, em qual modalidade de participação essa pessoa atua. Tendo sempre como objetivo obter informações sobre como o entrevistado/a se percebe como um “construtor/a” de um direito público estabelecido na Constituição de 1988, e qual a importância da sua atitude diante da “construção” do processo de cidadania dentro de uma sociedade democrática.

A pesquisa, portanto, foi de caráter qualitativo e adotou um caráter exploratório, pois me permitiu conhecer/analisar novas opiniões sobre determinado assunto. Sendo que esses novos conhecimentos foram descritos a partir do que foi pesquisado. Entretanto, numa pesquisa, os dados qualitativos, por vezes, são complementados por dados quantitativos, pois, a pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2001, p. 22): “[...] trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” E acrescenta: “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.”

O referido projeto que deu origem à pesquisa foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e obteve o parecer final de aprovação. Todos os documentos como o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE); o Termo de Autorização de gravação de voz/entrevista e imagem e o Termo de autorização de realização de entrevista com membro da Associação de Produtores Rurais da Microbacia do Ribeirão Barreiro (APRMHRB) também foram encaminhados e aprovados pelo CEP (ver Anexo B).

Ainda, para a realização deste estudo foram feitas, além das entrevistas, pesquisas bibliográficas e documentais aprofundadas sobre a temática da participação popular no Brasil com enfoque na participação sociocultural e política.

No conjunto, realizei seis entrevistas com munícipes, buscando observar como serão as atuações dos entrevistados levando-se em conta o sexo, a orientação sexual, a cor, a raça e a etnia dos entrevistados. A intenção foi conhecer como estes representantes interpretam a sua participação social, cultural e política na sociedade.

Nota-se que a maioria das pessoas entrevistadas, segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741 de primeiro de outubro de 2003, “é considerado pessoa idosa o cidadão com idade igual ou superior a 60 anos”. Assim, utilizo também os escritos de Ecléa Bosi em seu livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, para, e tal como a autora, abrir os ouvidos

e trazer a voz da população idosa sobre a sua forma de pensar e existir no mundo. Conforme Bosi, acerca do seu estudo sobre memórias de velhos:

Este estudo sobre memórias de velhos. Para obtê-las, entrevistei longamente pessoas que tinham em comum a idade, superior a setenta anos, o intuito que me levou a empreendê-la foi registrar a voz, através dela, a vida e o pensamento... o principal esteio do meu método foi a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores. Parece que estou rejuvenescendo enquanto recorro. A lembrança é a sobrevivência do passado. (BOSI, 1987, p. 1, 3, 15 e 17).

Compartilhando das ideias de Ecléa Bosi, as recordações que ocorreram durante a entrevista, seja na hora do café ou durante a despedida no portão, trouxeram bastantes elementos importantes que foram revelados em confiança pelo/a entrevistado/a à entrevistadora. Essas memórias revelaram nuances do relacionamento em família, da classe social em que o/a entrevistado/a está inserido/a, sua relação com a igreja, com o trabalho cotidiano e até com sua profissão.

Para Bosi (1987), o fato de lembrar no momento da entrevista significa que não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Forma inclusive, a memória de uma sociedade. Foi o que percebi durante a realização das entrevistas, principalmente dos casais da Festa de São Roque.

Foi solicitada aos/às entrevistados/as a permissão para a gravação das entrevistas em gravador digital de voz para que nenhuma palavra ou fala fosse esquecida. Também, pedi uma foto de cada pessoa entrevistada para ser utilizada como registro imagético no final do trabalho, que será lido e explicado ao/às entrevistado/as no primeiro contato pessoal entre entrevistado/a e pesquisadora. O mesmo procedimento foi realizado com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE). Não houve filmagens ou realização de vídeos.

Durante as entrevistas, observei fotografias que estavam expostas em diversos espaços da casa (sala, cozinha, quartos) de momentos vividos em família pelos entrevistados/as que me possibilitaram compreender os registros significativos da vida dos participantes e me auxiliaram na construção desta dissertação de mestrado. Através delas pude apurar informações que contribuíram para perceber as relações sociais do grupo, como os retratos de família, das festas (LEITE, 1994) que vislumbrei nas paredes das casas que visitei. Imagens que me possibilitaram conhecer, um pouco, alguns membros da comunidade de CMA.

Segundo a antropóloga Miriam Lifchitz Moreira Leite (1994, p. 139):

[...] a fotografia será vista de maneira diferente, dependendo de quem a olha. Como ao olhar retratos, quem olha está sempre à procura de uma relação entre ela e a imagem, cada um verá parcelas e níveis diferentes da fotografia. A câmera funciona

como extensão do olhar. Mas o olhar, que também é seletivo, funciona ao mesmo tempo que os outros sentidos e dentro de um contexto espacial e temporal que enriquece as impressões da imagem mental com inúmeros outros aspectos.

Seguindo as etapas, cada entrevista foi realizada de forma individual, mediante agendamento prévio por telefonema, e o local da realização foi a residência do entrevistado, visto que moram em sítios afastados da região central, além de serem idosos, com exceção de um dos festeiros/coordenador da festa Delícias do Milho, da funcionária da prefeitura e do religioso, que residem na cidade.

Não houve observação participante uma vez que as festas têm ocorrido de forma *delivery* devido à pandemia de Coronavírus, não ocorrendo o encontro das pessoas no local da festa.

Todo o gasto financeiro da pesquisa com impressão, deslocamentos para realização da pesquisa (gasolina), foi de responsabilidade da pesquisadora. Não houve nenhum gasto financeiro por parte dos participantes da pesquisa. Em tempos de pandemia da Covid-19, é obrigatório que a pesquisa seja submetida ao parecer do Conselho de Pesquisa, nº 044/2019, de 17 de setembro de 2019; e também à lei do Ministério da Saúde e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), além do consentimento do/a entrevistado/a através da assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo os aspectos éticos da resolução do CNS (Conselho Nacional de Saúde) nº 196, de 10 de outubro de 2019, do Ministério da Saúde e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – MS/CNS/CONEP. Desse modo,

[...] no que diz respeito aos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, tendo como referenciais básicos da bioética a autonomia, a não maleficência, a beneficência e a justiça, entre outros, de modo a prezar pela seguridade aos direitos dos participantes a pesquisa e os direitos e deveres da comunidade científica e do Estado.¹¹

Esses procedimentos são necessários para garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. De acordo com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), toda pesquisa pode oferecer algum dano aos participantes. Algumas pesquisas mais do que outras. Esses danos podem afetar a saúde do participante nas dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual. Por isso, é responsabilidade do pesquisador, ao perceber que algum risco esteja sendo afetado, comunicar imediatamente ao Comitê de Ética da Pesquisa e ao Comitê Nacional de Ética em

¹¹ Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos da UFSCar aprovado na Reunião Extraordinária do Conselho da Pró-reitora de Pesquisa, em 17.09.2019.

Pesquisa, independentemente do/a participante ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Dentre os riscos envolvidos em pesquisas com seres humanos, estão o cansaço ou o aborrecimento ao responder os questionamentos; o desconforto, o constrangimento ou a alteração de comportamento durante as gravações de áudios; e, como em qualquer outra pesquisa, o risco de quebra de sigilo por parte de quem realiza a entrevista. De acordo com a Resolução nº 466/2012, “Os pesquisadores sempre garantem o sigilo e fazem de tudo ao seu alcance para mantê-lo, mas como a mídia nos lembra, até os governos de grandes potências têm seus sigilos quebrados.”

Os/as entrevistados/as, ao concordarem em participar da pesquisa, não terão seus nomes e sua participação divulgados na cidade, na Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba e nos sites de pesquisas acadêmicas para quem tiver interesse no assunto abordado, ficando estabelecido para os participantes dessa pesquisa que haverá sigilo das informações declaradas.

Classifica-se de acordo com os graus de risco apresentado na Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde como risco mínimo:

Estudos que empregam técnicas e métodos retrospectivos de pesquisa e aqueles em que não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam no estudo, entre os quais se consideram: **questionários, entrevistas, revisão de prontuário clínicos e outros, nos quais não se identifique nem seja invasivo à intimidade do indivíduo.** (Resolução 466/2012)¹²

Antes de iniciarmos qualquer entrevista, foi necessária uma conversa para esclarecer o participante, como uma forma de aproximação gradual, orientando-o sobre o que se quer investigar e os possíveis resultados favoráveis ou não advindos do processo investigativo. Assim como, ao finalizar, e para a assinatura do Termo de Consentimento, expliquei que não existe obrigatoriedade de fazer a pesquisa, mas sim, uma cooperação de estudo que futuramente possa trazer benefícios para outros municípios e pesquisadores.

Resumindo a metodologia apresentada, cada etapa foi assim realizada. Primeira etapa: a escolha de modo intencional dos/as participantes; segunda etapa: agendamento telefônico para o primeiro contato com o entrevistado/a, ou filho (a) do entrevistado/a; terceira etapa: leitura e explicação sobre o TCLE e autorização do uso de imagens, que não foram utilizadas para preservar o anonimato dos entrevistados/as; aceitação ou não por parte do/a entrevistado/a de

¹² Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2022.

responder os questionamentos preparados e outros que surgirem durante a conversa, para a realização da entrevista semiestruturada como coleta de dados; quarta etapa: transcrição da entrevista pela pesquisadora; a quinta etapa: agendamento para validação da transcrição com o entrevistado e, por último, a sexta etapa: devolutiva da entrevista e da conclusão final do trabalho.

Esta dissertação está organizada de modo que o/a leitor/a compreenda como a participação popular tem sido um instrumento importante nos processos de luta pela democracia no Brasil. Pois foram décadas de mobilizações populares para que direitos sociais, políticos, econômicos fossem retomados ao país que vivia no período de governo realizados por militares e sob a égide da censura da liberdade e do pensamento crítico.

No primeiro capítulo, reflito sobre as definições das diferentes dimensões de participação popular, como a cultural, social e política, lembrando sempre que uma está imbricada com a outra. Há uma relação de interdependência entre todos os tipos e modalidades de participação popular. Reconheço que a participação popular é um processo de construção de cidadania muito recente no Brasil, pois viemos de um processo de colonização de exploração que ainda temos arraigados em nossas raízes de democracia.

No segundo capítulo, adentro no município de Campina do Monte Alegre para contar sobre a sua história enquanto cidade, sobre o povo que aqui vive, como a população participa da vida cotidiana em sociedade. Além disso, mostro exemplos concretos de participação popular nas festividades organizadas, como as festas anuais do padroeiro local, São Roque, e a festa gastronômica do milho, uma vez que o plantio de milho é um dos determinantes econômicos da agricultura da localidade.

Por fim, no terceiro e último capítulo, apresento o associativismo como uma modalidade de participação popular que, ao beneficiar o bairro do Barreiro, deu início à primeira associação de produtores rurais em CMA.

CAPÍTULO 1: PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Para começar a falar em participação popular é necessário retomar os anos recentes de nossa história, quando, em 1988, depois de 21 anos de governos militares e ditatoriais, foi promulgada a atual Constituição Federal. Chamada de “Constituição Cidadã”, a nova Carta passou a considerar cada município como uma esfera autônoma da federação, com autonomia política, administrativa e financeira, propiciando o papel de protagonista tanto na vida política, quanto na vida econômica, social e cultural. (SILVA, 2005).

O município de Campina do Monte Alegre (SP) foi emancipado em 19 de maio de 1991, constituindo-se desde então em uma unidade federativa do Brasil. Nesta direção, e conforme Costa (2010, p. 32):

[...] a questão local é colocada no centro de um novo cenário propício à realização de formas imediatas de participação popular. São nos municípios brasileiros que importantes experiências de participação popular direta na gestão pública vêm se realizando de fato, o que possibilita uma nova democracia no país.

No entanto, mesmo com a conquista dos direitos civis e políticos, o nosso país ainda vive sob um modelo econômico controlador de riquezas que traz, no seu bojo, muita miséria e desigualdades sociais, limitando assim que significativa camada da população consiga acessar e reconhecer seus direitos sociais e políticos.

A participação popular estabelece o princípio da democracia, garantindo aos indivíduos, aos grupos e às associações o direito à informação, à defesa de seus interesses, possibilitando a atuação, a interferência na gestão dos bens e serviços públicos. Unissonante, Dallari (1996, p. 13) declara que:

A participação popular significa a satisfação da necessidade do cidadão como indivíduo, ou como grupo, organização, associação, de atuar pela via legislativa, administrativa ou judicial no amparo do interesse público que se traduz nas aspirações de todos os segmentos sociais.

Portanto, a participação popular torna-se um direito fundamental da pessoa humana, condição *sine qua non* para um governo democrático. Como instrumentos de participação popular previstos na Constituição Federal de 1988, surgiram os conselhos nas instâncias municipais, estaduais e federais como espaços para ecoar as vozes e permitir a expressão das populações historicamente oprimidas. Os conselhos municipais se proliferaram nas áreas de saúde, educação, assistência social, agricultura, habitação, indústria, comércio, entre outros setores.

A democracia é uma forma de governo voltada para o interesse popular. Diante disso, não há cidadania em qualquer forma de governo se o indivíduo não participa das decisões políticas.

A partir das revoluções democráticas do século XIX, os direitos à participação política foram se efetivando. O poder político, as funções públicas e os cargos políticos devem estar abertos a todos/as os/as cidadãos/ãs em igualdade de condições.

O direito à participação no Brasil traduz a noção de dignidade humana, nos atos de atendimento aos interesses da coletividade para que as pessoas possam ter uma vida digna, convergindo, assim, os princípios constitucionais de soberania popular e do regime democrático de governo.

Assim, apresento o associativismo como modalidade de organização social dentro da comunidade de CMA, bem como um estudo com relação a Associação de Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Barreiro (APRMHRB), formada por produtores de agricultura familiar para lutar por melhorias na aquisição de água para suas áreas de produção, assim como para escoar a pequena produção agrícola, garantir a venda e os melhores preços na comercialização da produção. Eu mostro ainda que a APRMHRB expandiu sua finalidade inicial de criação com outras realizações como, por exemplo, o Programa de Aquisição Alimentar (PAA), estabelecido pelo governo federal, com o objetivo principal de melhorar a qualidade de alimentação da população vulnerável, acompanhada pelo Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil.

Outro assunto que abordo na dissertação são as festas tradicionais que acontecem anualmente no município, como a festa “Delícias do milho” e a secular festa de São Roque, que persiste já por mais de 150 anos como uma tradição transmitida de geração a geração. Isso porque me interessa também observar como as festas mobilizam a população do município e como podem interferir em relação à participação popular.

De acordo com Hobsbawm e Ranger (1997), as festas populares não constituem um conceito científico definido. Em geral, são derivadas do senso comum e podem ser resultantes de várias situações da vida social de forma concreta. São consideradas como um momento de sociabilidade entre os membros da comunidade. As festas, assim sendo, são um grande destaque na cultura popular porque propiciam momentos em que as pessoas estão liberadas para a sua forma de agir e de pensar sobre o mundo. Os espaços de festa podem ser considerados como lugares de liberdade, transgressão, resistência e também transmissão de saberes e ideologias voltadas à formação moral, ética e cidadã de um determinado povo.

Em cidades pequenas, como a estudada, as festas interrompem a rotina de trabalho das pessoas porque os munícipes querem festejar com seus vizinhos, amigos, compartilhando as mesmas crenças e valores do momento. Nas festas populares religiosas convivem o sagrado e o profano, saberes e fazeres de diferentes gerações são vivenciados, gente de diferentes localidades e distintas classes sociais coexistem. As festas promovem a convivência entre adultos, jovens, velhos, crianças; partilhando todos/as das mesmas regras, crenças, angústias, esperanças e fantasias.

Assim, esta pesquisa traz à luz aspectos da sociabilidade de moradores de CMA que, por vezes, podem não estar em compasso com as expectativas de uma vida participativa também no que diz respeito às decisões da vida pública, que ocorrem nos espaços públicos responsáveis por conduzir a interação comunitária entre povo e Estado. Refiro-me, por exemplo, ao uso do pleno direito de participação nas audiências públicas, nos conselhos municipais, nos movimentos sociais, nos fóruns de debates, nas organizações sociais do terceiro setor. Contudo, vejo tão presente cotidianamente como se estabelecem as relações de vizinhança, solidariedade e amizade, o que faz com que a população campino monte alegremente consiga viver socialmente enquanto comunidade.

1.1 Sobre a participação popular brasileira

Antes de falarmos sobre o Brasil, em termos cronológicos, foi na Grécia que surgiu a origem do termo participação do cidadão. No campo das ciências, o termo já era utilizado no século XVIII com os teóricos do liberalismo Jean Jacques Rousseau e A. Tocqueville, e, no século XIX, com os socialistas Owen e Fourier. Já Marx e Engels deram origem à tradição analítica que gerou paradigmas sobre a participação política. (GOHN, 2019).

Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 39), em seu livro *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*, relata que o acontecimento mais importante no século XX é a emergência da democracia como forma de proporcionar a participação popular nas decisões sociais, econômicas e políticas de administração dos governos. Em todos os países, a participação cidadã e os processos democráticos foram se constituindo em cada realidade administrativa.

Ainda no século XX, a filósofa e economista polonesa Rosa Luxemburgo se destaca ao teorizar sobre a participação das massas, bem como o italiano Antonio Gramsci, ao analisar os conselhos de fábrica da Itália. Segundo Maria da Glória Gohn (2019), os primeiros intelectuais que se interessaram pelo tema da participação e escreveram teorias a respeito foram George Cole, acompanhando o pressuposto apontado por Rousseau, que dizia: “a vontade, e não a força, é a base da organização social e política. Ela preconiza a necessidade de os homens atuarem via associações para satisfazer suas necessidades”. (ROUSSEAU apud GOHN, 2019, p. 65-66).

Muito resumidamente, podemos observar como as formas de participação popular se desenvolveram historicamente. Para a sociologia, a participação está atrelada à formulação clássica da teoria da ação social. Essa vertente teórica se desenvolveu na década de 1960 e preconiza a *participação comunitária*. Nos anos de 1970, em função dos regimes militares vigentes em grande número de países latinos, a participação popular se voltou para a *sociedade civil*. Nos anos de 1980, passou a estar atrelada ao conceito de *cidadania*.

Nos países do sul, a democracia, segundo Santos (2002), está intimamente ligada aos processos de surgimento da democracia, como no caso brasileiro, em que se viveu uma onda de democratização nos anos de 1980, com o surgimento dos movimentos sociais comunitários em diversas regiões do país.

No Brasil, o Programa de Aceleração Econômica (PAC), o Programa Universidade Para Todos (ProUni), a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Sistema Único de Saúde (SUS), as políticas afirmativas contra discriminação racial, de mulheres, de minorias

sexuais, os avanços na agricultura familiar, entre outros, foram realizados e decididos com a participação direta. Porém, poucas pessoas sabem disso, além das que estavam diretamente envolvidas, apesar de milhões de brasileiros/as terem participado por meio de lutas sociais, criação de canais de informação, de denúncias, propagação de conhecimentos. Assim possibilitaram a consolidação de uma política de participação popular nas decisões do governo para uma melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Essas políticas públicas ocorreram principalmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República, que assumiu a administração pública do país em 2003–2006, com o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva, que foi reeleito, governando o Brasil também de 2007 até 2011, sendo sucedido por Dilma Vana Rousseff de 2011 a 2016.

Isso somente foi possível devido aos movimentos populares iniciados nas décadas de 1960 e 1970 e sua oposição ao regime militar que comandava o país na época. Esses movimentos contribuíram decisivamente via demandas e pressões organizadas para a conquista de vários direitos sociais que foram estabelecidos na Constituição de 1988. A Assembleia Constituinte foi capaz de ouvir as vozes desses elementos culturais, sociais, políticos, surgidos nas lutas da sociedade, na institucionalidade emergente, abrindo espaço para a prática da democracia participativa.

A nova Constituição definiu muitos direitos negados até então ao povo brasileiro. Garantias trabalhistas, como jornada de trabalho regulamentada de 44 horas; direitos sociais, como a licença-maternidade, e mais investimentos em saúde e educação, são alguns exemplos. A Carta Magna ficou conhecida como “Constituição Cidadã” porque pela primeira vez na história brasileira a opinião da população foi levada em consideração na redação das principais leis que governam a nação até os dias atuais.

Desde então, dentre os novos rumos do Brasil, a Constituição Federal trouxe o conceito de democracia participativa, chamando a sociedade civil para participar da construção pública, em níveis federal, estadual e municipal, das decisões que melhor atendessem aos anseios da sociedade. Assim, ocorreu a descentralização política, compartilhando responsabilidades entre os entes federados, mas descentralizando as responsabilidades administrativas entre cada órgão competente. Isso implica dizer que a responsabilidade foi transferida pelo governo federal às outras instâncias, embora muitas vezes sem nenhum repasse de recursos financeiros, dando uma importância crescente ao poder local. Segundo Pase (2001, p. 23), “a consolidação da democracia moderna é, sem sombra de dúvida, um dos acontecimentos mais importantes do século XX, pois este regime de governo considera a vontade do cidadão”.

Na década de 1990, as políticas neoliberais avançam pelo mundo e no Brasil, embora não com a mesma intensidade de outros países. O neoliberalismo vem com novos conceitos de política, economia, sociedade que comprometem toda a estrutura de participação popular até então conquistada pelo povo brasileiro. Essa doutrina de governo defende a autonomia do mercado, do capital estrangeiro e um Estado assistencialista, provedor do mínimo básico para a manutenção da força de trabalho.

Como reação para essa doutrina econômica, a participação popular precisa se fortalecer e começa a ganhar características dos movimentos sociais que, segundo a autora Maria da Glória Gohn (2011, p. 335), “nós encaramos os movimentos sociais como ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”.

A democracia participativa tem sido construída historicamente pelas diversas mobilizações populares que culminaram nos movimentos sociais, uma modalidade de participação popular em luta por direitos dentro da sociedade capitalista brasileira. Esses movimentos possuem algumas características que são a identidade de ação, ou seja, fundamentam-se num projeto de vida e construção de sociedade. Contribuem para a organização de seus membros e conscientização dos mesmos acerca das demandas apresentadas. Suas ações são por desenvolvimento e sustentabilidade. Lutam contra a exclusão, a favor de políticas de inclusão das pessoas, pelo reconhecimento da diversidade cultural. Ressignificam as ideias dos clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade.

A igualdade está ligada à justiça social; a fraternidade, à solidariedade e a liberdade, ao princípio da autonomia, da constituição do sujeito, não o individual, mas no que se refere à sua inserção na sociedade. Assim, no século XX, os movimentos sociais eclodem na cena política como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas.

A participação popular estabelece o princípio da democracia, garantindo aos indivíduos, aos grupos e às associações o direito à informação, à defesa de seus interesses, possibilitando a atuação, a interferência na gestão dos bens e serviços públicos. Portanto, torna-se um direito fundamental da pessoa humana, condição *sine qua non* para um governo democrático.

Para Maria da Glória Gohn (2019), *participação* é uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade. De acordo com a época e a conjuntura da história, está associada aos termos como democracia, representação, direitos, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, inclusão, entre outros.

São consideradas potencialidades para a participação: abertura a todos/as os/as cidadãos/ãs sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização; combinação de democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional atribui aos participantes a definição das regras internas; exigências técnicas e legais da ação do governo, respeitando os limites de gastos financeiros; capacidade de negociação entre a população com suas demandas locais e a prefeitura municipal.

Isso seria a combinação da democracia representativa com a democracia participativa. Os cidadãos participam de um processo de negociação e deliberação sobre prioridades na distribuição de bens públicos. (SANTOS, 2002, p. 66). Seguindo ainda as ideias de Boaventura, em seu livro *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social* (2007, p. 62), declara que:

“[...] minha definição de democracia é: substituir relações de poder por relações de autoridade compartilhada. [...] onde necessitamos construir a emancipação a partir de uma nova relação entre o respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença.”.

O direito à participação no Brasil traduz a noção de dignidade humana nos atos relativos aos interesses da coletividade para que as pessoas possam ter uma vida digna, convergindo, assim, os princípios constitucionais de soberania popular e do regime democrático de governo. Mas por que é necessário que haja participação popular nos municípios brasileiros? A resposta quem dá é Victor Vincent Valla:

Embora as definições do termo participação popular possam variar, todas tendem a se relacionar à capacidade do Estado de arrecadar impostos e distribuí-los na forma de dinheiro público. Todas as forças da sociedade brasileira “participam” da disputa pelo dinheiro público. O termo “participação popular” se refere às classes populares. Para compreensão do sentido da participação popular, é interessante situar brevemente algumas definições de participação social. De forma geral, participação social compreende as múltiplas ações que diferente das forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na saúde, educação, transporte, saneamento básico, etc. (VALLA, 1998, p. 253).

Com relação à praticidade da utilização do termo participação popular, Vincent Valla (2000) declara que essa participação envolve interesses da sociedade capitalista demonstrando que a relação se dá principalmente entre a sociedade civil e os seus governos. Sendo o embasamento para uma nova concepção de participação social, mediante aos fenômenos da globalização e das políticas neoliberais.

O Brasil é um país com elevados níveis de desigualdade de renda e condições de vida. Cabe à participação popular, reverter essa exclusão transformando em políticas públicas os

anseios das classes populares que necessitam diariamente de serviços públicos como educação, saúde, transporte, habitação, saneamento básico etc.

1.2 Um campo de possibilidade: a participação popular

Segundo o *Dicionário de política* organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004) a participação política é usada para caracterizar uma série de atividades, tais como:

[...] o ato de votar, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além". (BOBBIO, 2004, p. 888).

Essa é uma definição, mas o termo pode ter outros significados já que a pessoa pode participar ou somente tomar parte nalguma coisa, desde que assuma a posição de espectador e protagonista da participação. Seguindo o mesmo raciocínio dos autores do *Dicionário de política* (2004, p. 888), podemos pensar em três modos de participação:

- a) os autores usam o termo *presença* para designar uma modalidade de participação menos intensa como, por exemplo, a participação com sua presença em uma reunião, em que a pessoa não coloca suas contribuições individuais;
- b) o termo *ativação/atividade* é empregado pelos autores para denominar o envolvimento das pessoas dentro ou fora de uma organização política, como o desenvolvimento de campanhas eleitorais, participação em manifestações de protesto etc.
- c) por fim, o termo participação em sentido estrito é entendido *no sentido de contribuição direta ou indiretamente para uma decisão política*, essa contribuição é a que mais diz respeito aos cidadãos/ãs, que de forma direta ocorre em contextos políticos muito restritos como sindicatos, associações culturais, recreativas e religiosas. A contribuição indireta é frequente na escolha de dirigentes que estão investidos de poder por certo período, para tomarem decisões para a sociedade. Enquadrando-se aqui o direito ao voto e a participação em partidos políticos. Sendo esses dois direitos muito recentes nas democracias contemporâneas.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004) declaram que o interesse pela política ainda é bem limitado porque as pessoas não se interessam muito pelos acontecimentos políticos como se interessam por acontecimentos esportivos ou do mundo dos espetáculos ou mesmo das crônicas da vida diária. Estudos apontados pelos autores indicam que os níveis de participação política são mais elevados entre os homens, as classes econômicas mais altas, as pessoas com

mais elevado índice de instrução, assim como nos centros urbanos mais do que nos agrícolas e entre pessoas educadas em famílias onde a política ocupa um lugar de relevo.

A participação tem como objetivo fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem que haja injustiças, exclusões, desigualdades e discriminações que são eventos recorrentes no debate contemporâneo. Desenvolvendo o termo de participação social, onde o pluralismo é marcado por partidos políticos que não são os únicos atores importantes, mas também os movimentos sociais e os agentes de participação social, que são múltiplos.

A participação social compreende múltiplas ações que vão desde influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e serviços públicos como na realização de mutirão, que é um apelo ou um convite para a população realizar algum tipo de serviço que o poder público não está conseguindo ofertar. Assim, os moradores de determinada localidade doam seu tempo de lazer, dinheiro, materiais para obras e ações de responsabilidade do governo.

Segundo a entrevistada F, funcionária da Prefeitura em CMA, a importância da participação popular é evidente: “Participação popular é quando as pessoas têm o direito de manifestar sua opinião sobre determinado assunto. Quando porque nem sempre existe essa possibilidade, nem sempre é aberto ao público opinar sobre isso ou sobre aquilo.”¹³

Hoje, a participação social se expandiu para todos os setores da sociedade, desde grupos de jovens, idosos, moradores de bairro etc. Todo segmento social quer ter representatividade dentro da sociedade.

Os entes que compõem os processos participativos são vistos como “sujeitos sociais”. Não se trata, portanto, de indivíduos isolados nem de indivíduos membros somente de uma dada classe social. A participação tem caráter plural em termos de classe, camadas sociais e perfis político-ideológicos. Nos processos que envolvem participação popular, os indivíduos são considerados como “cidadãos”. (GOHN, 2019, p. 67).

Para a entrevistada F, os membros do Conselho Municipal de Saúde (CMS) são atuantes e a representação social é de suma importância, uma vez que é constituído por membros da comunidade e trazem para a reunião mensal questões que ouviram na rua. Ela relata que a importância de estar no CMS é igual para todos os membros, além de que são usuários do serviço de saúde e querem a melhoria desse serviço para todos.

A participação possibilitou negociações em diversos setores do Brasil como entre patrões e empregados nas empresas, entre sociedade e governança local, com um único

¹³ Entrevista à pesquisadora, realizada em 5 dez. 2022.

objetivo, que é a resolução de conflitos dentro da sociedade. Independentemente se esse conflito é de ordem política, social, econômica ou mesmo cultural.

Por se falar em cultura, fica muito difícil estabelecer um marco divisório entre o que chamei primeiramente de participação política, social e cultural. Elas interagem entre si, sendo complementadas umas pelas outras. Eu não tenho, de forma alguma, uma participação social sem o viés político e cultural e vice-versa. É muito importante que isso fique bem claro para o leitor.

Sendo assim, a coletividade se mistura com o individual, provocando uma relação entre elas, numa mistura entre o individual e o social. Os problemas ou demandas surgem numa determinada localidade que acaba por estabelecer uma identidade territorial e, com isso, traz elementos em comum como aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos de um determinado grupo social. Para Michel de Certeau (2012, p. 192),

[...] a cultura tem hoje a conotação de um trabalho que deve ser realizado em toda a extensão da vida social. Por esse motivo, impõe-se uma operação preliminar que vise determinar, no fluxo fecundo da cultura: um funcionamento social, uma topografia de questões ou tópica, um campo de possibilidades estratégicas e das implicações políticas.

Nesta direção, dirá Certeau (2008, p. 192), “as indagações, as organizações e as ações ditas culturais representam ao mesmo tempo sintomas e respostas com relação a mudanças estruturais da sociedade”. Com relação à participação cultural, esta possui uma identidade dentro da sociedade. As demandas existem para um conjunto de pessoas que vive em um território em comum e precisa de melhorias, quaisquer que sejam: asfaltamento, postos de saúde, escolas, creches, rede de energia elétrica, poços artesianos, moradias etc. Através dessa mobilização coletiva é que as pessoas vão procurar espaços de representatividade dentro da sociedade.

Desde a Constituição brasileira de 1988, a democracia é representada por um sistema de governo em que as decisões políticas seguem as necessidades e orientações dos cidadãos, por meio de seus representantes (vereadores, deputados e senadores) ou pelo povo de forma direta. Através da participação popular, os cidadãos podem interferir no planejamento, na execução, na avaliação e no monitoramento das atividades do poder público ou do governo, em relação à garantia dos direitos humanos.

A cultura participativa respeita a autonomia das pessoas e seus direitos. Por isso, a sociedade civil é responsável pela construção de uma cultura participativa social e política das necessidades de um povo. O envolvimento das comunidades é de grande importância para a responsabilidade do ente público em realizar os pedidos, principalmente porque, na maioria

das vezes, nosso sistema político aposta na reeleição e, trabalhando em conformidade com a comunidade/sociedade, as chances de obter o apoio do coletivo é muito maior.

De acordo com Carla Ventura (et. al, 2017) através do monitoramento sobre a implantação de políticas e seus resultados, a sociedade civil pode contribuir conscientizando as comunidades a se organizarem e defenderem uma governança mais inclusiva.

1.3 Avanços e limites da participação popular na realidade brasileira e em Campina do Monte Alegre

Neste tópico, trago uma reflexão sobre o que mudou desde a promulgação da Constituição de 1988. Os atores sociais que lutam diariamente nos processos de tomadas de decisões percebem a grande importância da participação ampliada em todos os segmentos da sociedade.

Muitas vezes as inclusões de temáticas, discussões e negociações somente ocorreram por lutas sociais porque, na maioria das vezes, era ignorada pelo sistema político. Essa redefinição de atitude por parte dos poderes locais motivou a participação popular, principalmente nas cidades de pequeno porte.

Tudo dentro de um limite em que o poder político esteja aberto à sua “vontade” de permissão de decisões porque, bem como sabemos, as demandas coletivas podem levar a uma “sobrecarga democrática”, trazendo para a sociedade capitalista o que tanto a elite econômica teme, que é a redistribuição dos dividendos ao povo, ao invés, da prioridade de acumulação de capital. Isso é inviável dentro da sociedade capitalista em que vivemos.

Quando entrevistada F, funcionária pública em CMA, remete à presença do prefeito (gestor executivo) nos mecanismos de participação popular destacando sua relevância para o êxito da participação:

Eu acho que a participação popular era muito boa lá atrás entre 1990 até o ano de 2000, depois ela ficou ruim e, na minha opinião, neste momento ela está melhorando. E o que vem influenciando isso é que as pessoas gostam muito de marcar uma reunião e falar que eu vou lá explicar e as pessoas não dão bola. Agora, quando o prefeito... e o prefeito, ele não fala só para a pessoa responsável publicar na rede social, tem algumas pessoas que ele vai atrás e convida e tem pessoas que ele liga ou manda mensagem. Estou falando porque, nesse caso, mesmo da associação do produtor rural, o meu marido, ele é produtor rural, mas não é da associação, porém a prefeitura está fazendo várias atividades para o produtor rural independente da associação, umas em conjunto e outras sem ser em conjunto. E todas as vezes o Tiago [prefeito municipal] manda mensagem o chamando para ir. O convite tem um peso.¹⁴

Como defesa a essa remota possibilidade, temos presente no cenário político o fenômeno da cooptação de políticos para que as demandas excessivas não cheguem até as benfeitorias para a sociedade em sua maioria. Por isso, as políticas de saneamento básico, habitação, saúde, educação, meio ambiente, acesso às universidades, reforma tributária, trabalhista, entre outras, são tão fragilizadas, remotas e focalizadas em um determinado segmento da sociedade brasileira.

¹⁴ Entrevista à pesquisadora, realizada em 27 dez. 2022.

[...] o exercício da democracia, no contexto dos sistemas globalmente legitimados, deixa de satisfazer a demanda de novos grupos, como é o caso das mulheres na necessidade de ação mais plural e transversal aos diferentes espaços de produção do político. (SANTOS, 2002, p. 63).

Outra dificuldade encontrada para a participação popular está no fato de que a Constituição Federal de 1988 garante aos indivíduos, aos grupos sociais e movimentos sociais o direito à organização e reivindicação. Mas para que as pessoas possam se organizar, elas precisam primeiramente frequentar reuniões, ter conhecimento e informações sobre os assuntos a discutir, elaborar e encaminhar demandas; tudo isso necessita de tempo, de gasto de energia e, muitas vezes, esse tempo é roubado do próprio trabalho e da convivência com familiares.

[...] um gestor que ele deixe as pessoas perceberem que ele está interessado em ouvir a opinião delas. Isso pode ser desmotivador, porque eu vou à reunião e dou a minha opinião e falo, fazem uma ata e depois não acontece nada. Isso desmotiva. Se o poder público tiver mais compromisso, e realmente acatar o que as pessoas falam desde que seja dentro da lei, porque as pessoas também não entendem da legislação e muitas vezes podem sugerir coisas que não podem ser executadas e aí pode dar mais resultados. (TONELLA, 2018, p. 159).

Surge também o polêmico tema que é a remuneração de conselheiros para representarem as entidades da sociedade civil. Se, por um lado, a remuneração talvez possa garantir uma participação mais eficaz da sociedade, por outro, essa mesma temática acarreta ainda outro problema tão comum em nossa sociedade que está centrada na política clientelista e na troca de favores, tornando-se assim, “cabide” de empregos para os prefeitos e demais políticos locais.

Ressalto que a participação é um processo de aprendizagem, necessitando de estudos da cultura política, da estabilidade da democracia, das instituições democráticas e, principalmente das atitudes da população.

Segundo Celene Tonella (2018), os indivíduos que habitam as grandes metrópoles tendem a buscar uma melhor qualidade de vida para si e sua família, não querendo fazer esforços para lutar por direitos coletivos e cidadania. Vendo a realidade de CMA, município de pequeno porte, entendo que são necessários mais investimentos em informações, capacitações para todos os munícipes, desde aquele que usa a política de saúde, ou um familiar que tem o filho na escola, o que precisa do asfalto na sua estrada rural, tem que participar para conhecer seus direitos, mas também seus deveres enquanto cidadão.

Observa-se na participação popular uma força social que pode fazer sair do papel as conquistas e demandas das classes mais pobres e impulsionar mudanças necessárias que se façam presentes na sociedade capitalista.

Li um fato que julgo de extrema relevância sobre a dificuldade na participação popular no artigo de Victor Vincent Valla (2000, p. 259). Trata-se da passagem em que o autor apresenta a atuação do profissional denominado como “mediador aliado”, que são pessoas com formação universitária e técnica, mas que apresentam dificuldades para interpretar bem a fala e o fazer das classes populares.

Muitas vezes, no trabalho cotidiano, me deparo com essa realidade, em que os colegas de profissão ou de trabalho, não têm vontade de escutar o cidadão à sua frente, muitas vezes carente de informação sobre seus direitos, outras vezes querendo desabafar sobre sua vida ou seus problemas. O mundo hoje está carente de pessoas acolhedoras.

De acordo com um estudo realizado por Ventura, Miwa, Serapioni, Jorge (2017), ainda pensando sobre as dificuldades em relação à efetivação da participação popular na sociedade brasileira, os pesquisadores relatam que não é desenvolvida uniformemente no Brasil. Cada região ou mesmo cada municipalidade possui suas próprias características de representatividade social e isso pode influenciar diretamente na participação popular e no desenvolvimento da democracia e dos direitos humanos como um todo.

Baseando-se nos autores citados acima, no artigo que produziram no ano de 2017, “Cultura participativa: um processo de construção da cidadania no Brasil”, surgem diversas dificuldades na construção de espaços de participação popular que o município de Campina do Monte Alegre também enfrenta diariamente na realidade em que estou inserida. São eles: falta de espaço físico para realização de reuniões, encontros, estudos, pesquisas e discussões, falta de arquivamento de materiais e documentos referentes aos meios de participação.

Vamos pensar, por exemplo, nos Conselhos Municipais, que são instâncias colegiadas, compostas por membros indicados pelo poder público e pela sociedade civil para compor esse espaço de discussão visando atrelar os interesses da comunidade com as possibilidades de financiamento do poder público. Os Conselhos Municipais são estruturas participativas presentes em todos os municípios brasileiros e sua representatividade é formalizada em todas as esferas da sociedade e dos serviços públicos, sejam nas áreas da saúde, educação, habitação, segurança, meio ambiente, agricultura, etc. Contudo, são pouco efetivos na realidade de CMA porque falta um quórum representativo dos segmentos sociais, uma vez que não há por parte da população conhecimento da realidade de direitos e políticas públicas na área; além da desarticulação entre os membros que possuem representatividade.

Em municípios pequenos, como é o caso, os conselheiros encontram dificuldades de sobrecarga de atividades, pois, muitas vezes, participam de vários conselhos e ainda trabalham no setor público ou institucional, coincidindo as horas de reunião com o seu horário de trabalho.

Muitas vezes, a participação é prejudicada por aquele conselheiro/a que não pode deixar de trabalhar e, além disso, ao chegar em casa, fazer o jantar, cuidar das crianças, lavar roupas, entre outras atividades que se acumulam no cotidiano doméstico de qualquer família. Além do que, os representantes ou conselheiros são sempre os mesmos.

Em CMA, precisa-se adotar como medida de urgência, ao meu ver, a valorização de movimentos para educação em direitos, para toda a sociedade. Assim, os usuários das políticas públicas, os conselheiros, os/as cidadã(o)s teriam um maior conhecimento de seus direitos, saberiam se posicionar com empoderamento dentro das instâncias de participação, e, deixariam de viver a eterna “ignorância” de que as políticas públicas são um favor concedido pelo Estado, do que, prioritariamente, como direitos essenciais ao exercício da sua dignidade enquanto ser humano.

Muitas pessoas que participam de conselhos reclamam também da pouca possibilidade de ver suas indicações ou demandas atendidas pelo poder público. A participação popular é diretamente influenciada ou não com bons exemplos de relações construídas entre o poder público e a sociedade. De acordo com a autora Celina Souza (2004, p. 39),

[...] existe um tipo de conselho, [...] não incomum nas comunidades pequenas e pobres, em que muitas vezes os membros do conselho são indicados pelos dirigentes locais, principalmente o Prefeito, e o seu papel é o de ratificar as decisões tomadas pelo (poder) Executivo local.

Mas a participação popular não vive só de entraves. Com o passar dos anos, desde a promulgação da Constituição Cidadã, muitas evoluções foram acontecendo e valorizando cada vez mais a participação de cada cidadão no processo da construção da democracia brasileira.

Além dos Conselhos temáticos, as Audiências Públicas, o Orçamento Participativo, a execução da Lei do Acesso à Informação, a Escola de Ativismo, o Portal da Transparência Brasil, a plataforma Cidade Democrática, curso de Ciência Política (online), portais digitais oficiais do governo, são as mais diversas formas de informação que a população brasileira pode ter acesso para estar acompanhando as ações e atitudes políticas dos políticos brasileiros, através de suas estratégias e cidadania.

Precisamos cada dia mais estar atentos/as ao que é coletivo, ao que é democrático e ao que possa trazer a inclusão social de todo brasileiro quanto aos seus direitos como integrante do país Brasil.

Ao ser indagada sobre os avanços da participação popular na administração pública nesses quase trinta anos de trabalho, F expressa que:

Em 1995, como as coisas eram mais simples, e também porque era o primeiro governo e na época também tinha um gestor que gostava dessa parte de criar

começando do zero, convocando toda população a participar do Conselho, eu observei que tinha bastante participação, com conselhos bons e atuantes. E depois deu uma boa esmorecida, aí veio [sic] as questões das redes sociais e tudo mais. Eu acho que isso talvez tenha diminuído o interesse da pessoa em participar do conselho e vir, porque qualquer coisa é falada nas redes sociais. E também as leis, a legislação mudou muito. Exatamente por causa da chegada das redes sociais foram criadas novas leis, a lei de transparência, auditoria eletrônica, então é isso que eu vejo como mudanças.¹⁵

Percebi, durante a realização das entrevistas, que muitas vezes os/as entrevistados/as demonstraram um certo receio de dar a sua opinião sobre como o administrador político (prefeito) e os representantes legislativos (vereadores) lidaram com a questão da participação popular, com as concessões de solicitação de demandas em benefício da comunidade. Isso se deve ao fato de vivermos em um município pequeno, onde as pessoas se conhecem, muitas famílias possuem parentescos com os governantes e ninguém quer ter atrito com os demais membros da sociedade.

Pode-se perceber, na fala do Casal AA, sobre o Senhor A fazer parte da política pública municipal, quando questionado: “Não, mas fui convidado quando era Angatuba, meu dom não é política, tudo para mim é bom, tenho amizades com todos os prefeitos que passaram”.

Assim, eu constato que a participação popular acontece em CMA, seja no âmbito política, cultural ou social porque as tradições festivas são realizadas anualmente e as sessões da Câmara Legislativa, semanalmente. Em 2021, estas passaram a ser transmitidas via Facebook. Devido a essa comodidade, mais moradores estão também no ambiente virtual, participando.

No próximo capítulo, será abordado como se dá a participação popular na realidade campino monte alegreense.

¹⁵ Entrevista à pesquisadora, realizada em 5 dez. 2022.

CAPÍTULO 2: PARTICIPAÇÃO POPULAR EM CAMPINA DO MONTE ALEGRE

Neste capítulo, falo de duas festas realizadas anualmente em Campina do Monte Alegre. A festa de São Roque, realizada pela Igreja Católica, e a festa denominada Delícias do Milho, preparada com a doação do produto pelos agricultores da região como uma forma de agradecimento a Deus pela colheita. Destaco tanto a história de São Roque como padroeiro da cidade, como a origem do milho na colonização brasileira, demonstrando que o produto era nativo, já muito utilizado pelos indígenas que aqui viviam e que foi apropriado para satisfazer as necessidades alimentares dos portugueses na colônia.

As festas populares não constituem um conceito científico definido, são derivadas do senso comum e podem ser resultantes de várias situações da vida social de forma concreta. São consideradas como um momento de sociabilidade entre os membros da comunidade. Através dos relatos orais que recolhi, observei que os festeiros, ou seja, as pessoas responsáveis pela organização das festas, deixam temporariamente seus afazeres cotidianos para interagir com outras pessoas, resultando num processo de aprendizagem com outros segmentos sociais realizando o exercício de trocas culturais. Em paralelo a isso, temos a comezaina e a bebedeira que constituem elementos caracterizantes das festas populares. (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

As festas são um grande destaque na cultura popular porque são os momentos em que as pessoas estão liberadas para a sua forma de agir e de pensar sobre o mundo. Os espaços de festa podem ser considerados como lugares de liberdade, transgressão, resistência e de transmissão de saberes e de ideologias voltadas à formação moral, ética e cidadã de um determinado povo.

2.1 Os espaços de participação na municipalidade

Esse subtítulo terá como assunto as duas festas tradicionais que ocorrem no município de CMA com a participação dos membros da sociedade civil, construindo significativamente a história de um povo por várias décadas. Fato relevante é a construção da história cultural de um povo.

Imagem 3: Praça Matriz de Campina do Monte Alegre (SP)



Praça Matriz de Campina do Monte Alegre (SP), em frente à catedral, onde ocorrem as festas em louvor de São Roque e Delícias do Milho.

Imagem 4: Centro catequético



Fachada do Centro Catequético, em frente à Praça Matriz.

2.1.1 Festa de São Roque

São Roque é um santo muito venerado no Brasil e no mundo, segundo Brustoloni (1992), porque ele fez o que Jesus Cristo pregava através de seus ensinamentos: dedicou a sua vida a serviço dos pobres e dos doentes. Não existem grandes certezas sobre as informações da vida de São Roque que teria nascido no ano de 1295, na cidade de Montpellier, na França, filho de um mercador rico, de nome João, que teria funções governativas na cidade, e de sua mulher, Libéria, que também era de uma família importante da cidade. Roque, portanto, era herdeiro de uma considerável fortuna.

Fazendo-o herdeiro e administrador do Senhorio de Console, o pai lhe recomendara estes quatro mandamentos: primeiro, será sempre e continuamente imitador de Jesus Cristo; segundo, ser caridoso e compassivo com os pobres, as viúvas e as órfãs; terceiro, fazer bom uso da sua herança da qual será herdeiro e administrador; quarto, visitar frequentemente os lugares pios e os hospitais onde se encontram os pobres, membros defensores de Cristo. (BRUSTOLONI, 1992, p. 13)

E com esse incentivo, aos 20 anos, Roque fica órfão, renuncia ao título de governador e à toda riqueza de sua família, saindo pelo mundo vivendo e realizando a caridade, a doação e o amor ao próximo.

São Roque é considerado o médico dos pobres, uma vez que estudou medicina na cidade de Veneza. Entretanto, não se tem a confirmação de que ele concluiu seus estudos. É padroeiro de diversas profissões ligadas à medicina, ao tratamento de animais, principalmente dos cães.

Realizou a cura de várias pessoas contagiadas pela peste somente com o sinal da cruz. Ele próprio foi contagiado pela doença, isolando-se numa floresta para não contaminar outras pessoas. Quem lhe prestou assistência foi um cão de caça que pertencia a um homem rico, chamado Gottardo Pollastrelli, grande latifundiário, que estranhou todos os dias o seu cão sumir do palácio, retornando somente ao final da tarde. Intrigado, seguiu o cão. O animal trazia pão para alimentar São Roque e lambia-lhe as feridas produzidas pelos bubões da peste. Curado, continuou sua peregrinação até regressar a Montpellier, mas foi considerado um espião pelo governador e preso por vários anos. Morreu na prisão aos 32 anos, no dia 16 de agosto de 1327.

De acordo com Brustoloni (1992), o culto a São Roque chegou ao Brasil por volta de 1549, por ocasião da fundação da cidade de Salvador, na Bahia. Uma das embarcações da comitiva de Tomé de Souza tinha o nome do santo. Contudo, não se conhece em definitivo a data da canonização e da beatificação do santo porque era comum, naquela época, a devoção por afeição popular e não por decisão eclesiástica.

Imagem 5: Imagens de São Roque



Imagens de São Roque na Igreja Matriz de Campina de Monte Alegre.
 À esquerda, imagem de 80 cm que fica no altar da igreja.
 À direita, réplica em miniatura (20 cm) de São Roque no cupinzeiro.

As festividades em homenagem a São Roque são uma tradição do catolicismo e da cultura popular, encontradas em várias regiões do Brasil. Em cidades pequenas, como a estudada, a festa interrompe a rotina de trabalho das pessoas porque os munícipes querem festejar com seus vizinhos, amigos, compartilhando as mesmas crenças e valores do momento. Entretanto, não há nenhum registro documental sobre as celebrações antigas.

A festa em louvor de São Roque ocorre todos os anos, perto de 16 de agosto e dura vários dias, com barracas de comidas típicas (bolinho de frango, sanduíche de pernil, assados, doces caseiros), atrações festivas como bingos, shows de músicas sertanejas e bailão em todos os dias da festa. No domingo, especialmente, ocorre o leilão de gado, carneiros e porcos. Na parte religiosa, o padre faz a novena e a celebração eucarística todos os dias, no domingo ocorre a procissão com o andor de São Roque enfeitado por algum casal, membro da comunidade.

Hoje, a festa é organizada por uma comissão composta de vários casais e conta com a participação de toda a comunidade campino monte alegre de matriz católica. Participam da festa alguns políticos tradicionais que ocupam cargo de deputado estadual, os moradores de CMA como vereadores, prefeito, vice-prefeito, comunidade católica, outras comunidades religiosas, familiares que viveram a infância no município e retornam nas festividades, o bispo

da diocese de Itapetininga, padres de outras comarcas, enfim, a festa é sempre aguardada por muitas pessoas.

Ao ser questionado sobre a organização da festa ser feita somente por casais, o pároco atual, Roberto Moreira, declarou que não vê nenhum impedimento de quem organiza ser uma pessoa sozinha (homem, mulher, homossexual). Afirma que nenhum deles se candidataram a realizar a organização da festa, mas que se tiver pessoas interessadas serão muito bem-vindas.

São doados os ingredientes para a realização dos quitutes, a mão de obra para a confecção dos mesmos, bem como a presença de voluntários para as barracas em que são vendidas comidas típicas, montadas na praça onde fica a igreja matriz de São Roque.

O recurso financeiro auferido é destinado para o trabalho das pastorais – da sobriedade, das crianças e adolescentes, dos jovens, dos idosos, da catequese, do batismo, dos casais em Cristo e para a manutenção dos prédios, do som, da iluminação, da limpeza da secretaria paroquial e da casa paroquial. Sempre são apresentados pelos festeiros os balancetes com as doações e a prestação de contas no final de cada festa.

Nas festas populares religiosas convivem o sagrado e o profano, saberes e fazeres de diferentes gerações são vivenciados, gente de diferentes localidades coexistem entre distintas classes sociais. A festa promove a convivência entre adultos, jovens, velhos, crianças partilhando todos as mesmas regras, crenças, angústias, esperanças e fantasias.

Ao estudar essas festas pode-se compreender a importância das relações sociais, culturais e afetivas que ocorrem em um determinado grupo, podendo ser observados valores como a solidariedade, a pluralidade de pensamentos, significados, comportamentos e a liberdade de ação dos participantes da festa.

A festa popular é o grande e fecundo momento a nos ensinar que a arte de viver e de compreender a vida que nos envolve está na perfeita integração entre o velho e o novo. Sem o novo, paramos no tempo. Mas sem o velho nos apresentamos ao presente e ao futuro de mãos vazias. (PESSOA, 2005, p. 39).

As manifestações culturais são formas de comunicação entre a sociedade. Elas estão situadas em um tempo histórico e um espaço social determinados. Também são momentos de dar e receber, contribuir e retribuir, obedecer e cumprir. As bênçãos, as danças, a celebração da fé se traduzem em comunicação social. Como lembra o Senhor B, que foi festeiro nos anos 1980: “Todo mundo ajuda com o que tem. Às vezes nem tem, mas quer ajudar. Você pede a prenda e a pessoa revira o armário e dá nem que seja um pó de café, um quilo de farinha. As pessoas são boas, querem participar de alguma forma. Ela é do bairro, conhece a gente.”¹⁶

¹⁶ Entrevista à pesquisadora, realizada em 10 jun. 2021.

É por meio das festas populares que se pode perceber o modo de vida dos brasileiros bem como suas tradições porque as festas sempre relatam a cultura, a simbologia, o pertencimento de um povo a um determinado grupo dentro de uma sociedade.

As festas populares também possuem uma perspectiva de resistência, pois se caracterizam como práticas educativas que transcendem a esfera pedagógica. Seu caráter religioso revela diversos contextos e âmbitos da existência individual, relacional, institucional, podendo assim dar vistas a novos mundos e novos pensamentos. Tudo isso favorece a aproximação das pessoas com seus potenciais de questionamento, de dúvidas, a repensar novas formas de organização social.

O entrevistado D recorda que

Em 2019, quando cheguei aqui, havia muita participação da população na festa de São Roque, era uma comissão que organizava a festa, composta por vários casais. Cada equipe ficou responsável por uma função durante a festa. Os munícipes participavam com alegria de estar servindo.¹⁷

Dentro dos processos educativos que ocorrem na realização das festas, valores são sempre repassados, como respeito, principalmente com os mais velhos. Estão presentes as práticas de coletividade e solidariedade, como nos fazeres das comida, nos atos de fé, nas memórias, nas lembranças, nos valores, nos sonhos, nas esperanças, vários sentimentos de sensibilidade que são trocados entre os participantes. Tudo isso desvela uma representação da vida em sociedade. Temos aí, então, a produção legítima de uma cultura que é a matéria-prima para a construção de uma comunidade.

É justamente nessa possibilidade de construção de uma sociedade que o capitalismo teme a participação social em qualquer esfera sob sua égide. O poder do capital nunca pode ser ameaçado, ainda mais por pessoas que pensam diferente da sua lógica da expropriação do trabalho, dos acúmulos dos meios de produção, da concentração do capital nas mãos de poucos e da exploração em massa da sociedade do consumo (GANANÇA, 2006).

Para Hannah Arendt (2019), o pensamento crítico deve sempre estar presente no agir de cada cidadão, os fatos existentes devem ser pensados, interpretados, compreendidos e analisados dentro da ótica de vivência de um determinado povo, grupo ou sociedade. A *vita activa*, que a filósofa qualifica em sua obra como as atividades que ocorrem entre os seres humanos através da ação de cada um deles – como festa popular de São Roque – pode possibilitar mudanças coletivas em espaços públicos e junto com outros pensantes. Há aí a possibilidade de mudar a história.

¹⁷ Entrevista à pesquisadora, realizada em 21 jun. 2021.

Segundo a filósofa, o espaço público é um local de reivindicação, de surgimento de contradição entre os participantes, mas também, um espaço democrático para a expressão de seus membros, levando todos à construção da cidadania. As festas populares também podem ter a mesma conotação apresentada por Hannah Arendt porque são uma manifestação cultural, um processo de resistência às novas demandas da sociedade neoliberal do século XXI.

O geógrafo Milton Santos (2019) nos dá uma esperança de que as mudanças sociais provirão de movimentos sociais de baixo para cima, ou seja, virão pelas classes subalternas, dos deserdados e dos pobres. Sendo, quem sabe, de movimentos oriundos de festas religiosas brasileiras que acontecem em todo o país como manifestação de resistência da cultura popular do Brasil e das suas miscigenações.

O cotidiano do município de Campina do Monte Alegre (SP) é composto por muitas atividades atreladas aos encontros religiosos ocorridos nos templos de suas religiões. Podemos caracterizar esses encontros entre as pessoas como a produção de uma cultura. A própria Festa em louvor de São Roque é um exemplo dessa cultura popular, uma vez que revela o dia a dia da vida de pessoas humildes e demonstra o regionalismo, a espontaneidade, presentes na localidade, onde se pode observar a presença de uma política territorializada.

Essa cultura popular vivenciada em municípios pequenos, interioranos, faz com que os moradores criem também uma cultura de vizinhança, de experiência valorizada pela convivência e na solidariedade entre os membros pertencentes ao território.

As diferentes formas de manifestação popular se mostram no ambiente da festividade através da fala, de simbologias, da música, das danças, da participação, da solidariedade, do empenho e da dedicação das pessoas. Todos esses processos vão assegurar o movimento dessa sociedade.

A Festa em louvor de São Roque tem 150 anos de existência e sua história perpassa a resistência de um povo que busca driblar as dificuldades cotidianas através da fé, da solidariedade, da harmonia de uma sociedade em um município que tem apenas 30 anos de emancipação e vem se construindo como esfera pública administrativa autônoma. A cada ano reafirma a existência de participações sociais pouco divulgadas e possibilita o envolvimento político de membros da comunidade que possam reivindicar melhorias para a cidadania de todos.

Todavia, o processo de tomada de consciência – já vimos – não é homogêneo, nem segundo lugares, nem segundo as classes sociais ou situações profissionais, nem quanto aos indivíduos. O tempo que cada pessoa leva para se apropriar da verdade contida na história é diferente, tanto quanto a profundidade e coerência dessa apropriação. A descoberta individual

já é um considerável passo à frente, ainda que possa parecer ao seu portador um caminho penoso, à medida das resistências circundantes a esse novo modo de pensar. (SANTOS, 2019, p. 169).

Segundo o pensamento de Dardot e Laval (2017), mesmo num município rural, no interior do sudeste do estado de São Paulo, a união de uma comunidade ou sociedade em relação à construção de um bem comum pode contribuir para o início de uma fundamentação da existência de uma democracia social que beneficie os cidadãos do município em questão.

Festeiros da festa de São Roque já foram candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador, alguns se efetivaram em cargos públicos, tendo a possibilidade de executar ou legislar em favor da maioria.

Sendo o Brasil um país novo, se comparado a países de outros continentes como o europeu, por exemplo, e Campina do Monte Alegre (SP) um município mais novo ainda, muitos caminhos de participação popular ainda farão parte da construção dessa história. O que conta mesmo é o tempo das possibilidades efetivamente criadas, o que, à sua época, cada geração encontra disponível. A isso chamamos de tempo empírico. Nele, as mudanças são marcadas pela irrupção de novos objetos, novas ações e relações e novas ideias. (SANTOS, 2019, p. 173). Na busca por saber das “possibilidades efetivamente criadas” tratarei das entrevistas realizadas com casais de festeiros das festas em louvor a São Roque.

Quando eu mencionar as entrevistas, vou me referir aos casais como entrevistados 1: Casal AA entrevistados 2: Casal BB. Os quatro foram extremamente receptivos à entrevista. Tanto as mulheres como os homens foram falantes, alegres, sorridentes ao contar os “causos” e as travessuras da época em que realizavam a festa. Estavam dedicados aos depoimentos e não ofereceram cafezinho durante a conversa, somente ao final da entrevista.

A dedicação e o comprometimento desses velhos/as nos depoimentos podem ser pensados seguindo a ideia de Ecléa Bosi, que me remete a pensar que o/a velho/a, ao lembrar de seu passado, não está descansando do trabalho do cotidiano, mas sim, está se ocupando conscientemente do próprio passado, do que foi importante para a sua vida. Conforme Bosi (1987, p. 23 e 24):

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento da velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. [...] Em nossas sociedades também estimamos um velho porque, tendo vivido muito tempo, ele tem muita experiência e está carregado de lembranças. [...] O que se poderia, no entanto, verificar, na sociedade em que vivemos, é a hipótese mais geral de que o homem ativo (independentemente da sua idade) se ocupa menos em lembrar, exerce menos frequentemente a atividade da memória, ao passo que o homem afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habitualmente à refeição do seu passado.

A primeira entrevista foi realizada com o Casal BB e teve duração de aproximadamente 50 minutos, na propriedade do casal, distante 4 km do centro administrativo da cidade. Fui muito bem recebida. Sentamo-nos na sala onde havia dois sofás, televisão e vários retratos na parede, do casal e da família que formaram. Com muito orgulho, eles iam contando sobre os pais já falecidos e, em destaque, estava a foto do único neto de um de seus três filhos.

Durante todo o encontro senti um ambiente acolhedor pelo casal. Quando falei que a entrevista seria gravada, eles se entreolham em cumplicidade e a Senhora B disse: “não podemos falar besteiras!”. Rimos todos e a entrevista transcorreu harmonicamente.

Recontaram como acontecia a festa de São Roque nos anos de 1980. Como a maioria das pessoas não tinha carro, as famílias dos festeiros se mudavam para a “casa da festa”, hoje, o Centro Catequético. Os homens saíam a cavalo em busca de prendas e doações e, depois, matavam e limpavam os animais ofertados, como porco, carneiro, boi, aves. As mulheres ficavam com os afazeres domésticos de preparar as refeições, lavar prendas e preparar os alimentos doados, cuidar dos filhos e fazer a alimentação para a hora em que os maridos chegavam e, muitas vezes, para o convidado que traziam.

Nosso primeiro encontro aconteceu no dia 9 de junho de 2021. Na ocasião, a Senhora B falou:

Eu tenho saudades daquela época, era muito trabalho ir ao ribeirão lavar aqueles bichos, não havia água encanada, chuveiro, banheiro. Mas, todos eram unidos. Tínhamos muito trabalho, mas dava para conversar, participar com todos da festa. Hoje, ninguém tem tempo mais, nem nas rezas não vão. Eu não sei falar bonito o que é participação, mas mais jovens participávamos de tudo na igreja, era só isso que tinha para fazer. Agora esse negócio de Prefeitura nem eu nem o Dito gostamos.¹⁸

No dia 27 de outubro de 2022 retornei à casa do Casal BB para retomar alguns pontos do roteiro semiestruturado que me orientou para a realização da entrevista. Mais uma vez, se repetiu o cenário da primeira entrevista na qual o Senhor B me perguntou: “Já te contei sobre os retratos na parede?” A Senhora B, mais que depressa, respondeu: “Claro que sim, Dito! Você gosta de mostrar as fotografias!”. Ao questioná-los novamente sobre o que compreendem como participação popular, ficaram silenciosos, entreolhando-se.

Eu entendo que talvez eles podem não ter a compreensão do significado semântico e acadêmico do que significa a expressão “participação popular”. Mas, ao organizarem a Festa de São Roque foi exatamente o que fizeram. Saíram de sua casa, foram para a casa da festa e

¹⁸ Entrevista à pesquisadora, realizada em 9 jun. 2021.

lá dedicaram-se por dias ao trabalho coletivo com outros casais. Reforçando uma tradição cultural no município, que perpassa gerações.

Então, eu disse que quando eles organizaram na década de 1980 a Festa de São Roque, essa era uma participação deles. Confirmaram que sim, o que me remete a esta afirmação de Antonio Candido: “o aspecto festivo, constitui um dos pontos importantes da vida cultural do caipira” (CANDIDO, 2010, p. 82). Em seguida, perguntei se fazem ou se já fizeram parte de algum conselho municipal. Responderam que não. Indaguei-os sobre quando da emancipação do município, se iam às sessões da Câmara Municipal. A Senhora B relatou que o esposo ia, mas ela não: “nunca gostei de sair muito de casa. O B ia, mas não achava bom”. O Senhor B declara que: “No começo eu ia bastante, era bom. Mas quando eu vi sair tanta besteira, aí não voltei mais. Porque falar é fácil, fazer que é difícil. As pessoas começaram a criticar e todo mundo quer resolver seu problema”.¹⁹

Durante a entrevista, o casal lembrou que ambos começaram a trabalhar durante a infância. Com a idade de 4 anos já ajudavam os pais nos afazeres da lavoura. A Senhora B falou algo muito significativo com relação a isso:

Eu tenho até a terceira série. Fui para a escola quando eu tinha 10 anos. Nós ia [sic] na escola e não tinha nem roupa para vestir. A mãe mandava a roupa onde o pai trabalhava. Nós chegava [sic] da escola, trocava de roupa e ia trabalhar, cozinhar. Você pensa que a gente que nasceu no sítio teve oportunidade, teve infância? Não teve nada disso.”²⁰

Outro fator que me chamou a atenção foi quando a Senhora B, ao ser perguntada sobre a utilização dos serviços públicos, como a saúde, declarou que utiliza somente para buscar a receita do seu calmante. Ela relatou que, num feriado de ponto facultativo cedido para os funcionários públicos, foi à UBS buscar a receita e se deparou com a seguinte situação:

Eu vi uma baixaria esses dias que fui no posto, lá. Sentei no posto e chegou uma mulher lá de baixo. Você conheceu o P., [era] a mulher dele. Sentou perto de mim e começou a falar sobre o ponto facultativo, depois do dia 12 de outubro. Ela foi pegar a receita e só atendia urgência. Essa mulher saiu de lá... deu ânsia em mim, aquela vontade de falar. Ela já não era daqui, para nós [sic] ela é estranha, ela não é daqui, veio morar aqui e ainda exigir; falando que esses funcionários são um bando de vagabundos? Não é assim! A gente, para conquistar as coisas, tem que conversar com a pessoa. O P. (filho e vereador de Campina do Monte Alegre) tinha levado nós [sic] e deixou lá. Depois veio buscar. Eu olhei nela e falei: “espera um pouco, eu vou falar com o P.” Eu falei: você conhece o P., vereador? Ela falou: “conheço”. Eu falei: “eu sou a mãe dele! Eu vou chamar ele aqui, ele vai vim [sic] resolver esse problema aqui.” A mulher mudou completamente. No mesmo intervalo, ela falou: “a M. [enfermeira do UBS] ligou para mim e avisou que eles vão liberar a farmácia e o remédio para mim.” Então, para que fazer um escândalo daquele, xingar os funcionários de vagabundo? Se a pessoa está trabalhando, é porque não é vagabundo!

¹⁹ Entrevista à pesquisadora, realizada em 27 out. 2021.

²⁰ Entrevista à pesquisadora, realizada em 27 out. 2021.

Esse sentimento de pertencimento à cidade em que se vive é muito característico dos moradores nativos da cidade de Campina do Monte Alegre. Para grande parte deles, somente são considerados membros do município as pessoas que nasceram aqui. Esses têm o direito de morar naquela localidade, de utilizar os serviços públicos prestados aos moradores. Os moradores que, durante os anos seguintes, vieram a se estabelecer em CMA são considerados forasteiros.

No livro *Os Estabelecidos e os Outsiders*, os pesquisadores Norbert Elias e John L. Scotson apresentam um estudo de campo que realizaram no final da década de 1950, em uma localidade denominada ficticiamente de Winston Parva, na Inglaterra, onde a população era dividida em dois bairros distintos. Em um deles estava presente a delinquência juvenil. No decorrer da pesquisa, Elias e Scotson compreenderam que os chamados “estabelecidos” (establishment) se reconheciam como um grupo local, que fundou a localidade e, portanto, tinha o seu poder no princípio da antiguidade. Além disso, estabeleceram um estilo de vida comum e um conjunto de regras de convivência, ligado às tradições comunitárias. Enquanto os “outsiders”, que vieram para a localidade depois, não se constituíram propriamente como um grupo social, na visão dos estabelecidos.

Os autores relatam ainda comportamentos muito característicos e semelhantes, na minha percepção, aos da comunidade do meu estudo: fofocas entre os estabelecidos sobre os recém-chegados, monopolização de informações, estigmatização dos outsiders etc.

Entretanto, os pesquisadores, após 3 anos de estudos, perceberam que o problema daquela comunidade não era a delinquência juvenil, como pensaram inicialmente, mas, sim, a busca de soluções para melhorar os fenômenos comunitários que estavam presentes na localidade. Segundo Elias e Scotson (2000, p. 21): “A única diferença entre elas era a que já foi mencionada: um grupo compunha-se de antigos residentes, instalados na região havia duas ou três gerações e o outro era formado por recém-chegados”.

Em CMA, percebo que um fenômeno semelhante a esse sentimento de pertencimento ficou mais exacerbado com a vinda do *campus* Lagoa do Sino, da Universidade Federal de São Carlos, instalado no município vizinho de Buri. Mas, como a proximidade é maior com CMA, aqui moram estudantes, professores, funcionários de todas as regiões do Brasil, e todos enfrentam essa barreira com relação aos moradores de CMA. São considerados “forasteiros”, e por isso seus comportamentos são criticados, principalmente no caso dos jovens estudantes, através das festas, das roupas, dos cabelos coloridos, da homoafetividade.

Eu mesma sou uma forasteira, mas como já vivo no município há 21 anos, tenho o respeito, o carinho e a consideração da comunidade, mas, ao ler Norbert Elias e John L. Scotson, me faz refletir o seu apontamento:

Baseava-se no alto grau de coesão de famílias que se conheciam havia duas ou três gerações, em contraste com os recém-chegados, que eram estranhos não apenas para os antigos residentes como também entre si. Os recém-chegados eram desconhecidos não apenas dos antigos residentes, mas também entre eles; não tinham coesão, e, por isso, não conseguiam cerrar fileiras e revidar. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 22).

Nessa direção, refletindo acerca da pesquisa e observações de Elias e Scotson (2000), quero destacar que, apesar das relações entre os moradores considerados nativos, naturais de Campina do Monte Alegre, e os que vieram de fora, como a própria pesquisadora, transcorrerem sem grandes problemas, no cotidiano, algumas situações revelam as tensões e as reivindicações de direitos e ou poder por parte dos que nasceram no município.

Outro aspecto, não menos relevante, diz respeito às entrevistas com os casais de ex-festeiros da Festa de São Roque. Através deles é possível relativizar sobre a presença da fala das mulheres na relação marital, pois, junto àqueles casais, pude observar que as mulheres participaram todo o tempo da entrevista, dando suas opiniões e a senhora B, algumas vezes, até ficava brava com o esposo porque ele não escutava corretamente a pergunta ou brincava comigo ao dar a resposta.

Ao longo da entrevista, os casais se revezavam durante as falas, um esperava o outro concluir o seu raciocínio. Muitas vezes, vi lágrimas em seus olhos, ao recordar com saudades do tempo em que eram jovens e que se divertiam participando da organização da festa. Lembraram dos tempos de escola, dos amigos que já faleceram e dos bailinhos onde puderam conversar com suas atuais esposas. Assim, a paquera, as danças, a conversa ao pé do ouvido, transformaram-se em amor, em casamento e na construção de suas famílias. Muitas das meninas da época eram vigiadas por seus familiares e contavam com ajuda dos amigos para o encontro escondido. Ecléa Bosi (1987, p. 17) relata:

A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência que são peculiares a esse indivíduo.

Os idosos, como ficam a maior parte do tempo sozinhos, tendem a gostar de conversar com as pessoas que os procuram. Por não possuírem escolarização completa, muitas vezes acham que com suas lembranças não podem contribuir para a construção de conhecimento. Entretanto, a Senhora B se sentia muito à vontade em contar suas experiências como festeira

para uma mestranda. Como ela própria falava: “contar as memórias dá trabalho, você precisa buscar recordações do fundo do baú da cabeça.”

Essa afirmação me remete outra vez aos escritos de Ecléa Bosi (1987), que, em seus estudos, fala que lembrar não é apenas reviver os fatos ocorridos, mas sim, reconstruir o que foi vivido com as imagens do presente. A memória não é o relato de um sonho, é trabalho sobre o que já foi vivido dentro do contexto atual.

Sobre o Casal AA, também fui recebida com muita alegria e entusiasmo durante as entrevistas. Eles também moram num bairro distante aproximadamente 4 km do centro administrativo da cidade.

Na casa do Casal AA, conversamos na sala e, em momento algum ocorreu a ausência de um deles. Ambos participaram da entrevista, mais ativamente Senhor A e a Senhora A somente ouvindo e mais calada. O Senhor A contou alguns “causos” do passado com a alegria e a cumplicidade da esposa. Esse casal é mais tímido e comedido que o Casal BB. Vivem somente os dois na casa, mas um dos filhos e o neto moram na mesma propriedade. Atualmente, a paixão do casal é a segunda bisneta, um bebê de poucos meses.

O Senhor A também fica “cabreiro” com a expressão “participação popular”, não compreende a organização, a elaboração e execução de como se forma essa característica democrática da população brasileira. Mas, quando falo da organização da festa, de participar das primeiras sessões da Câmara Municipal logo depois da emancipação do município, ele relata que as frequentou, mas sem muito interesse nas questões a serem deliberadas. Afirma que:

Política é um dom da pessoa, e eu tenho amizade com todos, mas acho que o político não tá lá pelo nome, mas sim pelo poder... eu incentivei meu filho, depois caí na real que não compensa, pois o povo é ingrato, é difícil você sair, pedir voto e realmente contar com aquela pessoa mesmo ajudando ela.”²¹

O Senhor A se refere ao filho do casal que concorreu às eleições municipais anos atrás e ficou em segundo lugar na disputa para o cargo de prefeito. Contudo, o primeiro colocado não pôde assumir porque possuía ressalvas no Tribunal Eleitoral. Então, o filho do Casal AA chegou a governar CMA durante 10 meses.

Em outra passagem, a Senhora A declarou: “tem hora que dá raiva, tem um moço aqui que o [refere-se ao filho] ajudou arrumando serviço e pediu o voto, depois [o moço] disse que

²¹ Entrevista à pesquisadora, realizada em 10 jun. 2021.

votou no [outro candidato] porque queria bem o [outro candidato], mesmo que ele não estivesse fazendo nada por ele.”²²

Sua fala mostra a expectativa de troca de favores entre o político e seu eleitor para a “compra” de votos. O voto de cabresto ainda está presente em alguns espaços na nossa realidade eleitoral. Os eleitores não votam pelo projeto político do candidato, atrelado à ideologia de um partido, pelo seu plano de governo e pelas suas propostas políticas para saúde, educação, segurança, habitação, meio ambiente, entre outros.

Essa velha forma de política não se restringe somente à compra do voto, mas também às trocas de favores entre os políticos de currais eleitorais no país todo. São políticos do governo federal mantendo suas bases de votos nos seus municípios de origem, bem como os deputados estaduais e federais corroborando para a máquina do voto baseado no favoritismo. Quem paga essa despesa somos nós, o próprio povo brasileiro.

Nos anos de 1960, essa realidade já era percebida por vários intelectuais e estudiosos da época, inclusive Vitor Nunes Leal (2012, p. 65), que escreve:

[...] é de praxe que os candidatos também contribuam, assumindo, alguns, pesadas responsabilidades financeiras para disputar a cadeira desejada. Mas, como é notório, são os cofres públicos que costumam socorrer os candidatos e chefes locais governistas nessa angustiada emergência. Os auxílios são dados, algumas vezes em dinheiro de contado, ou pelo pagamento direto de serviços e utilidades. Outras vezes, o auxílio é indireto, através de contratos, que deixam boa margem de lucros, ou pela cessão de edifícios, transporte, oficinas gráficas, material de propaganda, etc. Dos recursos, tradicionalmente ínfimos, de nossas municipalidades, uma boa parte, em época de eleição, destina-se a essa finalidade. Entre os motivos que tornam tão acirradas as eleições municipais no Brasil, este ocupa, conseqüentemente, lugar de destaque. O Estado e, eventualmente, a União e as entidades autárquicas também costumam contribuir com fundos ou serviços, para uso exclusivo – é claro – dos candidatos governistas.

Essa prática está presente nas relações políticas até os dias atuais e contribui para promover descrença num sistema político baseado na democracia e na participação popular como tomada de decisão da maioria.

É presente nas falas da Senhora A a tristeza de que a política traz muito sofrimento para o candidato e seus familiares, o que também se percebe em cidades de pequeno porte, pois todos se conhecem e as relações que acontecem na sociedade tornam-se pessoais, gerando desconforto a todos os envolvidos.

²² Casal AA, entrevista à pesquisadora, realizada em 10 jun. 2021.

2.1.2 Festa Delícias do Milho

Segundo a historiadora Rafaela Basso (2014), a alimentação é uma necessidade básica de sobrevivência da humanidade. Está diretamente ligada à existência das pessoas desde os primórdios do tempo e vai muito além da necessidade biológica porque o fato de comer envolve significados sociais, políticos, familiares, religiosos e até mesmo estéticos. Por isso, através da alimentação, podemos conhecer e aprender muitas características sobre diferentes aspectos da existência de um povo.

O milho, pela importância na culinária brasileira, faz parte do patrimônio imaterial da cultura alimentar brasileira, fruto de uma construção histórica, cultural, econômica e simbólica, edificada ao longo da história do país pela presença nas culturas que compõem o povo brasileiro: dos povos indígenas, portugueses, africanos, espanhóis, judeus, alemães, italianos, árabes e japoneses.

O reconhecimento do valor do milho na economia e na cultura do país foi formalizado no Decreto Presidencial nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, e o dia 24 de maio foi decretado oficialmente o “Dia Nacional do Milho” pela Lei nº 13.101, de 2015. Trata-se de uma homenagem.

O início da colonização do Brasil, quando os bandeirantes adentram para o interior do país colonizado, povoando as regiões, inclusive os sertões paulistas, coincide com a construção da história do surgimento do município de Campina do Monte Alegre.

Em tempos de colonização, tendo condições de solo fértil e clima favorável, os indígenas garantiam a produção do milho para a sua subsistência sem realizar um trabalho exaustivo como outras culturas e também estavam acostumados a dividir sua alimentação com as criações domésticas.

Para o historiador Henrique Soares Carneiro (2003, p. 28),

[...] a alimentação tem várias abordagens como: social (mostra a estratificação das pessoas ao acesso social do produto); cultural (mostra os aspectos simbólicos dos alimentos, suas práticas alimentares e os costumes de comê-los à mesa). Na constituição da cultura do milho, o maior destaque é da abordagem cultural pois destaca-se a aproximação de duas culturas bem distintas como a português desbravador do interior paulista e os indígenas que aqui viviam e eram os donos das terras.

Na obra *Casa-Grande e Senzala*, publicada em 1933, Gilberto Freyre dedicou boa parte de sua escrita a assuntos de alimentação porque retratou muitos aspectos da colonização portuguesa no Brasil. De acordo com o autor, o sucesso da colonização portuguesa se deu, sobretudo, porque os portugueses se adaptaram à cultura local. Enfatiza que o regime alimentar

dos portugueses mudou radicalmente, pois nele foram introduzidos produtos alimentícios e hábitos naturais da terra.

Para a historiadora Rafaela Basso (2014, p. 83)

A região do Planalto, onde se situava a vila de São Paulo, possuía um clima mais ameno, de temperaturas mais baixas, com períodos chuvosos menos intensos. Fatores estes favoráveis ao ciclo vegetativo do milho, que, nestas condições, se desenvolvia com mais rapidez e com maior rendimento. Isso tornava seu cultivo vantajoso em muitos sentidos para os paulistas daquele tempo, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista da subsistência, na tarefa de alimentar um alto contingente populacional. Em contrapartida, o clima e de temperatura mais elevada, característico da costa litorânea, diminuía em muito a capacidade germinativa desta planta.

Comparando a alimentação nas diferentes regiões colonizadas, como Nordeste e Sudeste, pode-se notar várias diferenças, como menciona o historiador Caio Prado Júnior (1985), pois essas regiões disseminaram culturas diferentes como a mandioca e o milho, mas nos sertões do interior, o milho foi considerado o “pão da terra”.

De acordo com a historiadora Rafaela Basso (2014), os denominados bandeirantes, portugueses que chegavam na colônia e adentravam o interior do Brasil para aumentar as terras colonizadas, viviam as dificuldades da vida de desbravador de terras, porque, diariamente, eram assolados pela fome e com as precariedades do sertão. Então, recorriam à caça, à pesca, à coleta de a plantação de subsistência para sobreviverem. A base das refeições dos bandeirantes, segundo a pesquisadora, era a canjica e o angu de farinha de milho, ambos ensinados pela população indígena. Esses pratos não precisavam ser temperados com sal, que era escasso na época.

Ainda segundo Basso (2014), a mobilidade das pessoas do Planalto Paulista era insuficiente porque estava atrelada à distância dos grandes centros de consumo, o que não atraía os negros africanos a virem habitar essas terras, ficando somente a exploração indígena obrigados a correr os sertões com todas as dificuldades de habitação. Muitos bandeirantes, quando conseguiam ir embora dos sertões, abandonavam suas carreiras para depois se dedicar a atividades agrícolas e à criação de animais. Percebe-se assim, conclui a autora, a fertilidade da terra encontrada nas regiões do Planalto que tornavam o ambiente propício para o desenvolvimento de uma lavoura voltada ao mercado de consumo.

No século XVII, quando ocorreu a corrida pelo ouro no Brasil colônia, muitos colonos e colonizadores começaram a se enveredar pelos sertões em busca dos metais preciosos. Foi necessária uma alimentação que se adequasse à mobilidade de idas e vindas de tropas. O milho se firmou como base da alimentação dos paulistas devido à simplicidade e à rusticidade de

técnicas aplicadas à lavoura do grão e à utilização de seus produtos. Esse poderio da lavoura do milho estendeu-se até o século XVIII.

Por isso, a autora confirma que o milho foi disparadamente o alimento de que mais se teve notícias em estudos históricos que relatam o deslocamento dos bandeirantes para o interior do país. Isso porque a cultura do milho era itinerante. O milho foi um gênero alimentício que a maioria dos paulistas tinha fácil acesso em suas próprias roças e quintais para sua subsistência, principalmente para povos indígenas, como os denominados tupi-guarani, que tinham conhecimento sobre o plantio.

O milho se apresentava sob a forma de canjica, feita com milho grosso, alimento que estava não só presente na mesa das pessoas pobres, mas era um alimento valorizado para garantir a necessidade do consumo alimentar para a sobrevivência da população ali residente.

Por su alto contenido calórico el maíz es la única entre las plantas que se ensilan que tiene la capacidad de satisfacer plenamente los requerimientos energéticos del ganado mayor para engorda, por lo que solo requiere de su complemento con proteínas para construir un nutriente completo. (WARMAN, 1988, p. 35)

Os indígenas capturados na região do Planalto passavam a ser responsáveis pelas tarefas domésticas, pelas tarefas produtivas desde a lavoura, a criação dos animais, e também desempenhavam ofícios como tecelões, alfaiates, sapateiros e carpinteiros. Abriam e conservavam caminhos, transportavam autoridades portuguesas e mercadorias, e construíram fortalezas para abrigar a Coroa Portuguesa. A maioria dos indígenas eram tupis-guaranis, tinham sua alimentação baseada no consumo do milho e de outras plantas nativas como mandioca, abóbora e batata. (BASSO, 2014).

O milho assumia um papel muito importante na vida social das aldeias. Com ele, fabrica-se o cauim, uma bebida consumida durante ocasiões cerimoniais especiais que iam desde encontros de negócios, cerimônias religiosas até rituais de sacrifícios. Era considerado pelos indígenas como uma dádiva dos seres místicos ao seu povo, pois a sua produção estava ligada aos ciclos da natureza tais como a fertilidade do solo e o período de chuvas, sendo assim, plantio e colheita estavam ligados ao calendário religioso e social.

Durante o período colonial, a posição que o milho assumiu em São Paulo está diretamente ligada aos indígenas que aqui viviam e que modificaram os hábitos alimentares dos colonos. Ocorreram trocas de cultura, conhecimentos e técnicas de plantio que possibilitaram muitas mudanças no contorno da sociedade que estava se construindo. O milho saiu da choupana indígena para a mesa dos brancos da vila. E foi muito apreciado porque os colonos que aqui habitavam, tinham muitas dificuldades em adquirir os alimentos que

costumavam consumir na Europa. A distância do mar ao sertão era muito grande. Podemos comprovar a existência desse problema através dos escritos de Leila Algranti (2005, p. 119-120) quando retrata que:

A enorme distância da Metrópole, a ser vencida pelas embarcações, ditou modas e hábitos de todo tipo. O atraso das frotas podia deixar os colonos sem vinho, trigo, ou sal durante meses. Quando elas finalmente chegavam, percebia-se que continuavam faltando em proporções razoáveis utensílios domésticos, equipamentos de trabalho, anzóis e linhas, armas, tecidos, remédios e tudo o mais de que se precisava no dia a dia.

Os indígenas moradores das terras, conheciam a fauna e a flora brasileira, sabiam e tinham a prática do plantio e do cultivo do milho. Com a dependência dos colonizadores na alimentação dos colonizados, novos hábitos e práticas alimentares vão sendo construídos para os portugueses. Estes, também aprenderam sobre a extração de riquezas minerais, a vida itinerante, o respeito à natureza e geografia das terras. Adquiriram hábitos de caça, pesca, coleta e pilhagem.

Segundo os estudos de Carlos Alberto Antunes dos Santos (2005, p. 12), “a formação do gosto alimentar não se dá, exclusivamente, pelo seu aspecto nutricional, biológico. O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social.” O paladar acaba sendo formado pelas identidades individuais e coletivas como aconteceu na história brasileira.

Entretanto, nas capitanias do Nordeste, o milho não fez o gosto dos portugueses, conforme ilustra a estudiosa Paula Pinto e Silva (2002, p. 11): “Era um alimento pouco domesticado, cultivado em roças itinerantes com mão de obra e técnicas indígenas, precisava de poucas sementes, pouco espaço, pouca mão de obra, pouca civilização.”

Isso revela, com base no estudo de Basso (2014), o pouco valor que o milho tinha para os colonos. O preconceito com o alimento, encontrado em abundância na colônia, se dava sobretudo porque eram hábitos dos nativos, totalmente incorporados na cultura indígena e isso assustava os europeus que preferiam manter-se fiéis aos hábitos além-mar e da Coroa Portuguesa.

Vários relatos de sertanistas informavam a Portugal, conforme mostra a pesquisa de Rafaela Basso (2014), que o milho era a lavoura predominante na época, um alimento de extrema importância para a subsistência dos portugueses, bem como a farinha advinda da trituração do milho, que passou a ser constante nas escritas nas viagens para Portugal. A farinha de milho se constituiu como a base da alimentação que atenderia às necessidades de um grande contingente populacional que estaria para vir para as novas terras.

Mas, para as elites europeias, o milho era considerado nocivo à saúde devido a sua associação entre o consumo e a propagação da pelagra, doença causada devido a uma dieta insuficiente de nutrientes e que tinha o milho como seu principal componente. Outro fator de nocividade aplicada ao milho tem relação com questões de paladar e gosto e a demarcação indenitária. Ou seja, os ricos se recusavam a se alimentar da mesma comida que era servida aos seus criados e aos animais.

A adoção de hábitos indígenas por parte de colonos portugueses e espanhóis, entendida como Rafaela Basso menciona, reflete a incorporação de elementos culturais entre os mesmos:

Quando se trata da ideia de contato entre povos, a incorporação de elementos culturais por qualquer uma das partes em interação é vista por alguns autores que estudaram o encontro intercultural não como um processo puro e simples de aculturação, ou seja, de adaptação à cultura do outro e conseqüente perda da sua “cultura original”. Essa noção, por envolver uma atitude passiva por parte dos sujeitos, é colocada de lado, em favor da utilização do conceito de apropriação, através do qual, indivíduos incorporam em seus próprios termos os elementos que lhe estão disponíveis. (BASSO, 2014, p. 139).

Para Câmara Cascudo (2004), a culinária portuguesa contribuiu para o surgimento da culinária brasileira, uma vez que o colonizador utilizou os produtos da terra, que eram abundantes, semelhantes aos da dieta lusitana, como o trigo e a carne bovina. Um dos produtos produzidos pelos indígenas que caiu no gosto dos portugueses foi a canjica. Feita de milho seco, quebrado no pilão, agradava porque sua base era de água e assemelhava-se às sopas e as papas que os colonizadores estavam acostumados a tomar. Não levava sal, já que esse era um produto muito raro e que vinha da metrópole.

Havia também a canjica fina, feita com o milho bem socado que, na falta do arroz, chegava a substituí-lo e muitos gostavam. Ambas as formas de canjica poderiam receber condimentos trazidos do velho continente como cebola, alho, salsa, além de condimentos nativos, como raízes e ervas. A culinária portuguesa contribuiu também para que essas canjicas fossem doces, segundo Câmara Cascudo (2004, p. 137), pela adição de “leite de coco ou de gado, e açúcar, enfeitada de canela em pó”. Assim, várias outras modificações de receitas foram sendo realizadas e surgiram pratos que são degustados até os dias atuais, como o mungunzá africano (grão de milho cozido com leite de coco ou de gado), creme de milho, canjiquinha, curau, entre outros.

Essas modificações foram sendo possíveis à medida que chegavam especiarias da Corte, como o sal, o açúcar e temperos. Algumas formas de consumo do milho também ficavam restritas aos segmentos sociais privilegiados, demonstrando assim, a hierarquia do consumo.

Outro derivado do milho muito utilizado na alimentação dos escravizados a partir do século XVIII foi o angu, um cozido de farinha de milho com água. Era um prato substancial e que dava energia ao trabalho pesado. Essa comida ficou estigmatizada como a comida do pobre e do escravo. Do milho, também foram confeccionados broas, bolos, pão de milho e outros doces e quitutes. Para a escritora Leila Algranti (2005, p. 142), “o milho enquanto um elemento participante e importante da alimentação luso-brasileira”.

Para Câmara Cascudo (2004, p. 108) “o milho dava bolos, havendo ovos, leite, açúcar e a mão da mulher portuguesa para a invenção”, vem daí o alcamonia ou pé de moleque feito de farinha de milho, melado e amendoim que muito agradou aos portugueses.

Ao milho foi atribuída uma hierarquia social com relação ao seu consumo. Como ocorria na Europa e na América colonial, a comida da elite se opunha à comida dos pobres. A alimentação passou a ser um marcador identitário e social para os colonizadores, como para os africanos escravizados e para os indígenas. A saída foi utilizar os grãos produzidos na colônia com a introdução de ingredientes novos.

Para os indígenas, o milho deveria ser consumido assado em espiga, cozido ou como bebida fermentada. Também era usado para alimentar as galinhas, cabras, ovelhas, cavalos e porcos, através do grão puro e seco. As pipocas também eram feitas com milho e agradaram o paladar luso. Enquanto para os colonizadores o milho era enriquecido com açúcar, leite de coco, sal que vinha para as colônias através dos navios. Somente eles tinham o poder de compra da matéria-prima advinda da colônia.

De outra junção das técnicas coloniais aos conhecimentos indígenas foram criadas as bebidas provenientes do milho. Como disse o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1994, p. 185), “a adaptação de técnicas europeias à elaboração de um produto genuinamente nativo”. No início, a preparação realizada pelas mulheres consistia na fermentação do milho, sendo que o milho deveria ser mastigado pelos homens para que a bebida pudesse ficar substancial e saborosa. Entretanto, essa peculiaridade ameríndia era vista pelos colonos como algo repulsivo ao paladar europeu. Assim, começaram a realizar a fermentação sem o processo de mastigação, mas com esmagamento manual ou mecânico do milho e depois a fervura. Essa bebida, denominada de cauim, somente poderia ser consumida por homens e mulheres que já tivessem passado pelo ritual da puberdade, ou pelo homem que já tivesse matado um inimigo. Ficando assim explícito o caráter simbólico e identitário da cultura indígena.

A aguardente fabricada com milho jamais chegou a ser concorrente com a bebida confeccionada da cana-de-açúcar. Ambos foram consumidos por muitos anos principalmente pela população de baixo poder aquisitivo. Os indígenas e alguns colonos faziam uso da bebida

em cerimônias ritualísticas, festas e dias de alegria, como da colheita. De acordo com o autor Códice Costa Matoso, citado por Rafaela Basso, essa iguaria era feita a partir de grãos cozidos que:

Mascados na boca e lançados no caldo da mesma canjica, e no dia seguinte já tem seu azedo e está perfeita, e para ser mais saborosa há de ser mascada por alguma velha, e quanto mais velha melhor, isto por lhe aproveitar a baba; e assim dela gostam os de bom estômago, que os nojentos a levam e socam no pilão e acrescentam-na com água, está é medicinal para febres, por fresca, para o que sempre se escolhe o milho que seja branco, mas nunca é tão saborosa nem medicinal como a mascada aos dentes. (MATOSO *apud* BASSO, 2014, p. 172).

Percebe-se que tanto a aguardente fabricada com o milho como a feita com cana-de-açúcar tornaram-se gêneros básicos para a vida dos colonos europeus, foi uma bebida com potencial estratégico para a adaptação do colono ao Brasil. Como a importação do vinho, que era a bebida favorita dos portugueses, e a importação além-mar quase nunca chegava ao interior, os colonos buscaram alternativas para sua substituição e, assim, encontrou-se no milho e nas frutas da terra, matéria-prima para novas possibilidades de aguardente que fossem saborosas ao paladar dos colonos.

Estamos em pleno século XXI e, na região dos sertões paulistas, a prática de utilizar o milho em festividades religiosas ainda acontece. Esse grão, cultivado e produzido pelos fazendeiros da cidade de Campina do Monte Alegre, é doado anualmente para a paróquia de São Roque que, na semana da festividade de *Corpus Christi*, realiza a festa denominada “Delícias do Milho”.

A festividade teve início em 2009, quando a paróquia, que passava por dificuldades financeiras, pediu auxílio para seus fiéis e ganhou de um fazendeiro uma doação de um caminhão de espigas de milho verde, ideal para fazer os quitutes com a matéria-prima de produção no próprio município. O pároco da época, padre Tarcísio, em conjunto com a comunidade, pensou que a solução do problema seria a realização de uma festa, para angariar fundos para cobrir as despesas da paróquia.

Atualmente, a festa Delícias do Milho está sob a coordenação do Entrevistado D e de sua esposa, que moram no bairro central. O casal é responsável por organizar e distribuir as funções entre os fiéis que querem participar com o sentimento de agradecimento a Deus por diversas bênçãos recebidas como a saúde, o emprego, uma graça alcançada, o neto que nasceu e assim por diante.

Inicialmente, a segunda entrevista era para ser realizada com o casal de festeiros. Entretanto, a esposa do Entrevistado D não pode estar presente no dia agendado por motivos particulares. A entrevista ocorreu na Secretaria de Assistência Social, situada no prédio da

Prefeitura Municipal, local onde a pesquisadora trabalha. O entrevistado foi muito solícito em suas respostas aos questionamentos. Ao relatar qual a sua definição de participação popular, disse que é participar da festa: “Você vai lá e participa lá. Senta na sua cadeira, come a sua pamonha, seu prato de sopa com franguinho”.²³ Sua ideia de participação popular restringe-se, portanto, ao ambiente festivo e não como um direito constituído pelo regime democrático de governo em que vivemos, com a intenção de aproximar governo e sociedade civil.

De acordo com Mayer (2016, p.12), a existência das diversas formas de participação social na tomada de decisões de um povo ou a maneira como são dispostos os instrumentos de participação, bem como a possibilidade de manejá-los pelo cidadão, na realidade brasileira, ainda é distante do que se poderia chamar de satisfatório.

Para o entrevistado, a importância da festa é ajudar financeiramente a Igreja nas suas despesas, que são muitas, como: pagar os funcionários, as taxas da diocese, melhorar a estrutura física da igreja para ficar mais confortável aos fiéis. Como é nativo de CMA, o Entrevistado C gosta de “pedir as prendas” para os membros da comunidade porque sente-se bem recebido pelos outros munícipes, identifica a solidariedade na comunidade e não se considera coordenador, mas sim, membro de uma equipe que participa da realização do evento: “a festa foi criada para ajudar a parte financeira da Igreja, deu certo e acontece até hoje. [...] eu sempre sou festeiro porque gosto de sair na comunidade junto com o padre e pedir as doações. Se é para a igreja, o povo ajuda.”²⁴

Nos bastidores da entrevista, C declara que antes, quando as funções da festa eram divididas, cada um se responsabilizava somente pela sua parte, como, por exemplo, quem ganhasse do fazendeiro local a doação da matéria-prima da festa, que é o milho, não ajudaria a descascar, limpar e triturar o milho. Hoje, todas as pessoas envolvidas ajudam na realização de todos os processos e etapas da festa.

Imagem 6: Preparativos para a festa Delícias do milho

²³ Entrevista à pesquisadora, realizada em 24 de março de 2022.

²⁴ Idem.



No interior do Centro Catequético,
a festa Delícias do Milho começa a ser preparada com a ajuda de todos.

O Senhor C participa também da Festa de São Roque fazendo principalmente os pedidos das prendas para o santo, sempre visando a melhoria da matriz e das outras igrejas nos bairros que estão sendo construídas com o apoio dos fiéis. O entrevistado disse que se tornou uma pessoa mais carismática: “eu estou interagindo muito mais com as pessoas. Antes eu só cumprimentava, hoje é diferente, as pessoas sentam, batem um papo. O padre está junto e as pessoas confiam mais em você.”²⁵

Ressalto que a “figura” do padre é muito bem vista pela comunidade, principalmente a católica, porque o padre passa uma visão de pessoa idônea, de credibilidade, homem “de Deus”.

Com relação à participação social ou política, o Senhor C fica contido. Já ocupou cargo político ou comissionado como chefe de transporte em outra gestão administrativa. Declarou que na gestão anterior (governo 2017/2020 – Prefeito Gil Vicente de Oliveira Júnior) até tentou,

²⁵ Entrevista à pesquisadora, realizada em 24 de março de 2022.

mas a “coisa” não fluía, mas não explicitou melhor o que era “não fluía”. Como também acha que as informações políticas não chegam a todas as pessoas do município, somente a quem interessa.

Essas peculiaridades são muito características de cidades pequenas, onde a política é centrada na figura do governante “coronel” e seus afilhados políticos. Essa preocupação do município já era encontrada há muitos e muitos anos na realidade brasileira e foi estudada há mais de 60 anos por Vitor Nunes Leal (2012, p. 60), em seu livro *Coronelismo, enxada e voto*. A autor se refere aos acontecimentos políticos atuais na realidade brasileira:

[...] a outra face do filhotismo é o mandonismo, que se manifesta na perseguição aos adversários: para os amigos pão, para os inimigos pau. As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais. O normal é a hostilidade. Além disso, como é óbvio, sistemática recusa de favores, que os adversários, em geral, se sentiriam humilhados de pedir. (LEAL, 2012, p. 60).

Ambos exemplos de participação popular, são mencionados no livro *Os parceiros do Rio Bonito*, em que Antonio Candido relata que as prendas e doações da comunidade, em geral, não são uma obrigação para com a pessoa na figura do festeiro, mas sim, uma obrigação para com Deus, por um amor de quem serve ao próximo como Deus nos ensinou. Por isso, ninguém recusa um pedido. A necessidade de ajuda por parte da igreja e a retribuição automática pelos solicitados determina a formação de uma rede de relações, ligando moradores uns aos outros, vizinhos, estabelecendo a solidariedade e a sociabilidade entre os mesmos.

Em CMA, nas festas religiosas, a figura do festeiro e as prendas ou doações da comunidade se diferem em alguns aspectos da apresentada por Antonio Candido (2000, p. 87):

O sorteio se faz do seguinte modo por ocasião da festa [...] visando o próximo ano põem-se num chapéu tantos papeizinhos quantos “irmãos de sorteio”; em três deles estão escritos os cargos que se devem preencher: festeiro, capitão do mastro, alferes da bandeira. A este compete providenciar novas bandeiras do santo, para substituir as rasgadas ou descoloridas pelo sol e a chuva durante o ano anterior, e que são içadas aos mastros novos, arranjados pelo capitão. Ao festeiro cabem os encargos principais. Pouco antes dos festejos, saí, geralmente acompanhados dos outros, ou um deles, ou demais irmãos a tirar os *ajutórios*, geralmente dados em espécie: leitoas, galinhas, sacos de farinha, ovos etc., para o leilão e hospedagem dos irmãos, que durante a festa dormem na Casa do Santo, próximo à capela. Se a festa não rende, o festeiro deve cobrir as despesas; se rende, a sobra é incorporada ao patrimônio do Santo, a cargo do zelador.

Para as festas de CMA, o padre pede indicações dos membros mais velhos da comunidade, de nomes de casais que frequentam as missas, que participam das festividades e que possuem boa índole e respeito pelos membros da comunidade. Na missa de domingo das 19:00 horas, a mais frequentada pelos católicos, os casais já foram consultados pelo pároco e, se querem fazer esse serviço, sobem até o altar e a comunidade escolhe através das palmas o

casal para ser festeiro. Cabe a esses escolhidos, divulgar a festa para toda a região, estabelecer o contato com as outras comunidades (bairros), angariar as prendas, preparar as comidas e quitutes que serão vendidos, organizar o leilão dos animais que foram doados e a parte festiva da festa (baile, bingo, apresentação de cantores). A parte religiosa cabe ao padre local.

As prendas ou doações são diversas, desde animais de grande porte como boi, vaca, bezerro, carneiro, ovelha, cavalo, galinha; gêneros alimentícios como farinha de trigo, farinha de milho, óleo, ovos, milho verde, peito de frango, pernil, pão de sal, leite condensado, açúcar, coco ralado, doces (abóbora, laranja, mamão, banana, figo), presunto, queijo, tomate, molho de tomate, cheiro verde, bolos, pamonha etc. “O povo adora os doces da festa do milho, o curau e a sopa de milho com frango são os que mais vende e tudo é lucro.”²⁶

Imagem 7: Quitutes de milho



Alguns dos quitutes vendidos na festa do milho

Tudo é preparado pelos festeiros e alguns membros da comunidade convidados por esses para auxiliar na festividade. Todo o dinheiro arrecadado com a venda dos produtos da festa é revertido à paróquia para pagar as despesas com funcionários, energia, telefone, assistência à comunidade, financiar os trabalhos das pastorais (pastoral da catequese, pastoral do idoso, pastoral da criança, movimento dos casais com Cristo, grupo de oração). Uma parte do lucro também vai para a diocese de Itapetininga, da qual a matriz de São Roque faz parte.

Sendo a espiga de milho verde a matéria-prima de todos os produtos que são produzidos para o consumo da comunidade campino monte alegreense, o Senhor C é enfático sobre o processo de colheita das espigas:

²⁶ Entrevista à pesquisadora, realizada em 24 de março de 2022.

Temos que escolher o milho certo, no ponto certo. Quando você aperta o grão e o leite do milho sai na hora. Porque, se pegar as espigas erradas, os doces, salgados não dão o ponto de cozimento certo. Você também tem que colher o milho verde no amanhecer do dia, bem cedinho. Fui aprendendo tudo isso com as outras pessoas que participavam da festa e foram trocando conhecimentos.²⁷

²⁷ Entrevista à pesquisadora, realizada em 24 de março de 2022.

CAPÍTULO 3: O ASSOCIATIVISMO COMO MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

O presente capítulo aborda o tema do associativismo como forma de organização civil na sociedade e traz como exemplo a atuação da Associação de Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Barreiro (APRMHRB), fundada em março de 2002, possibilitando a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais agrícolas do município de CMA.

3.1 O associativismo

A promulgação da Constituição Federal, em 1988, que trouxe no seu bojo a participação popular da sociedade nas decisões políticas, criou novas possibilidades de a sociedade interagir com a administração pública para que, juntas, consigam conciliar os direitos da comunidade com o orçamento financeiro de um município. Como está no texto constitucional:

[...] o direito à participação deve ser efetivado para que contribua para a realização de um Estado Democrático de Direito digno, justo e legítimo, bem como a uma boa administração pública, onde a vontade popular seja de fato respeitada e considerada, e que atue com respeito aos princípios da publicidade, da eficiência, impessoalidade e moralidade presentes na administração pública. (BRASIL, 1988)

Levando em consideração que venho observando diferentes formas dos cidadãos de Campina do Monte Alegre se organizarem, destaco neste capítulo uma dessas, que diz respeito ao *associativismo*. Para tanto, tomei por base uma pesquisa bibliográfica com relação ao tema, bem como seus princípios de ordem, de filiação e de execução de proposta de trabalho junto aos associados.

Segundo Bobbio (2004, p. 64), as associações são grupos formais de pessoas, constituídos de modo livre, tendo no grupo a sua principal configuração social. Trata-se de uma entidade de indivíduos organizados entre si, normatizados por um conjunto de regras reconhecidas por todos e repartidas entre os mesmos. Os membros definem os poderes, as regras e os procedimentos a serem seguidos pelos participantes com base em modelos de comportamentos oficialmente aprovados.

As associações são classificadas de acordo com as funções que desempenham ou os interesses que as deram origem. Podendo ser classificadas como culturais, recreativas, religiosas, profissionais, econômicas, políticas etc. São consideradas essenciais para a manutenção de uma democracia porque se posicionam como entidades de equilíbrio entre o poder central e como instrumento para a compreensão dos processos sociais e políticos.

Quanto às suas origens, diz Bobbio (2004, p. 65): “As causas mais destacadas que determinaram o desenvolvimento do fenômeno do associativismo devem ser procuradas no processo de industrialização e de urbanização e na instauração dos regimes democráticos.”

As transformações sociais ocorridas durante o período da Revolução Industrial modificaram as estruturas tradicionais dos processos de trabalho, fazendo com que os trabalhadores rompessem com as antigas estruturas, buscando novas exigências que satisfizessem as necessidades humanas de segurança pessoal como associações econômico-sindicais, associações comerciais, associações de socorro mútuo, entre outras.

Segundo o mesmo autor, outro assunto muito pesquisado sobre a temática do associativismo é a participação qualitativa e quantitativa dos seus membros nas atividades rotineiras. Essa participação varia de um país para outro. Por exemplo, nos países nórdicos, na América e na Europa há mais participação do que em outras regiões. A participação também varia de acordo com as necessidades da comunidade em que está incorporada.

Compreendendo as razões e os motivos pelos quais as pessoas se associam, trago no decorrer do texto, um exemplo de associação que se constituiu no município de Campina do Monte Alegre, bem como seus objetivos e quais os benefícios se efetivaram com a participação popular dentro de uma das associações da cidade através da representação do interesse da comunidade, junto ao poder público.

Lock (2004, p. 123) observa que:

A participação popular enquanto princípio constitucional ocorre quando o cidadão, sem interesse individual imediato, tem como objetivo o interesse comum, buscando algo por vias administrativas ou judiciais. Ou seja, é o direito de participação política, de decidir junto, de compartilhar a administração, opinar sobre as prioridades e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, confirmar, reformar ou anular atos públicos.

Carole Pateman (1992), ao analisar os principais autores da chamada “teoria contemporânea da democracia”, afirma que dentro dessa concepção “a apatia e o desinteresse da maioria cumprem um importante papel na manutenção da estabilidade do sistema tomado como um todo” (PATEMAN, 1992, p. 17). Prova, assim, que muitas vezes as pessoas que compõem a sociedade civil de participação popular escondem conflitos existentes, mas que não são revelados, por isso merecem um estudo mais aprofundado sobre as possibilidades de estrutura vigente dentro do município.

É preciso definir as diversas modalidades de participação social que compõem a democracia brasileira como a sociedade civil, os movimentos sociais e o terceiro setor. Para os autores Cohen & Arato (2000, p. 8), citados por Ganança (2006), a sociedade civil seria uma

esfera de interação social entre a economia e o Estado, composta antes de tudo por uma esfera íntima (em especial a família), a esfera das associações (principalmente as de cunho voluntário), os movimentos sociais e as formas de comunicação pública.

A participação das pessoas na esfera pública debatendo e deliberando sobre necessidades coletivas a respeito de suas vidas são elementos essenciais para concretização da democracia e da política, uma vez que os princípios da igualdade e da liberdade, a democracia também pressupõe a ação, participação e corresponsabilidade entre os diferentes.

Entretanto, é de suma importância salientar que a origem das desigualdades entre as pessoas está apoiada na manutenção de privilégios de uma classe ou de um grupo de indivíduos sobre outros, seja por status, raça, etnia, sexo, entre outras formas de dominação perversa existentes no mundo.

A participação popular é um processo educativo de expressar desejos, necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir o ponto de vista de outras pessoas, chegar ao consenso, de tal modo que essas atitudes transformem as pessoas que estão envolvidas. Esse é o verdadeiro exercício de cidadania.

Um mecanismo institucional de participação popular introduzido pela Constituição Federal de 1988 foi a criação e implementação dos mecanismos de participação popular que operacionalizam os princípios da democracia participativa. São eles: conselhos de políticas públicas, conferências, orçamentos participativos e audiências públicas. Para Luciana Tatagiba (2004, p. 323-370):

Os conselhos não são espaços do governo, tampouco da sociedade civil. São espaços públicos plurais, nos quais os representantes da sociedade civil e do Estado disputam, negociam e, ao mesmo tempo, compartilham a responsabilidade pela produção das políticas públicas, em áreas específicas.

O portal Filantropia.org²⁸ traz uma interessante definição de cada um dos setores que, em tese, estariam atuando na sociedade, especialmente quando o Estado está ausente.

O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com a falência do Estado, o setor privado começou a ajudar nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor. Ou seja, o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que têm como objetivo gerar serviços de caráter público.

Assim, pode-se perceber a ideia da conceituação de que o Estado é ineficiente para resolver os problemas sociais oriundos de questões sociais e que a solução está centrada na

²⁸ Cf. www.filantropia.org, acesso em: 8 ago. 2022.

eficiência do mercado que, aos poucos, toma conta das soluções através das instituições do terceiro setor.

A reforma estatal ocorrida em 1990 promoveu no país um discurso democrático baseado nas ideias de descentralização política, participação social, desenvolvimento da cidadania e da sociedade civil. Essa passou a ser uma arena de cooperação e não de conflito, incentivando assim o chamado terceiro setor, que prega o voluntariado, a solidariedade e a responsabilidade social corporativa.

O associativismo surge, no Brasil, pela definição do Código Civil e pela Lei de Registros Públicos, figurando-se como pessoa jurídica de direito privado, institucionalizada, devidamente registrada nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas, constituídas livremente pela união de pessoas em torno de uma finalidade não econômica ou não lucrativa. Para a autora Jaqueline Bertoldo (2015), associativismo é um instrumento importantíssimo para que uma comunidade saia de seu anonimato e passe a ter maior expressão política, social e econômica. No mesmo sentido, afirma Prattes (2013, p. 5):

O associativismo é o princípio para o desenvolvimento de uma sociedade. É a expressão e o exercício de cidadania, de liberdade e de vida democrática. É a forma de união de povos, das comunidades e das profissões que procuram alcançar objetivos comuns, estabelecendo personalidades jurídicas próprias, sem interesses econômicos. Regido por princípios de liberdade, democracia e solidariedade – uma vez que a adesão é tão livre quanto a saída – é baseado na igualdade entre seus membros e representa a congregação de esforços dos associados em torno de interesses comuns.

São considerados como os princípios norteadores do associativismo: a adesão livre e voluntária; a gestão democrática para os sócios; a participação econômica dos sócios; a autonomia e a independência, a educação, a formação e a informação de seus membros representantes, além da cooperação entre as diversas associações que existam em uma dada localidade e do interesse pelos membros da comunidade em melhorar suas condições de vida, de moradia, de trabalho, de educação, de transporte.

Muitas vezes, o associativismo se estrutura com outra nomenclatura, significados diferentes e valores contraditórios à proposta inicial. São conhecidos como ONGs, terceiro setor, entidades filantrópicas e organizações sociais. Há imensa pluralidade e heterogeneidade nesse universo associativista. São igrejas, hospitais, escolas, universidades, entidades de assistência social, associações patronais e profissionais, associações de produtores rurais, entidades de cultura e recreação, meio ambiente, associações de moradores e organizações de defesa de direitos. O que permite concluir que o associativismo, no Brasil, tem uma infinidade de objetivos, perfis e perspectivas de atuação e diversidade cultural.

O campo do associativismo cresceu tanto porque o Estado reconheceu e incentivou essa modalidade de participação através do repasse de recursos públicos de forma direta ou indireta às associações dedicadas a prestar serviços na área de saúde, educação, assistência social (asilos, abrigos, centros de reabilitação) voltados para a sociedade. Isso porque o Estado, sem oferecer soluções viáveis para os problemas, não consegue cumprir seu papel de provedor de direitos humanos para a sociedade, conforme está escrito na Constituição Federal de 1988.

Vale ressaltar que as entidades sem fins lucrativos que realizam os serviços e que, para tanto, recebem os recursos financeiros, se beneficiam de isenção de contribuições sociais como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), entre outros impostos. Por esse ângulo, o formato de associativismo, além de uma opção política, é uma decisão de natureza econômica, pois confere a essas entidades o benefício tributário.

As associações são uma forma de organização social com a junção de dois ou mais indivíduos que buscam o atendimento da satisfação das necessidades individuais humanas, para uma melhor qualidade de vida para todos, estabelecendo uma correlação de interesses entre pessoas que possuem problemas ou necessidades em comum em uma determinada localidade e que querem encontrar a solução de seus problemas com a governança do momento.

As decisões de uma associação representam a vontade da maioria, prevalecendo o princípio da democracia que, sob forma jurídica, sempre está de acordo com os objetivos que queiram alcançar. Por ser um espaço democrático, não pode haver discriminação social, racial, política, religiosa ou de gênero, através do impedimento da participação desses sócios.

Cabe a cada associação promover a educação, capacitação e formação de seus membros, de acordo com seu estatuto enquanto organização social jurídica, bem como estimular a cooperação entre as associações no âmbito local, nacional e até mesmo internacional.

Associar-se tem sentido de unir pessoas na defesa dos seus interesses. O associativismo nasceu da necessidade de os homens somarem seus esforços para alcançar um propósito comum. No princípio este objetivo era a sobrevivência da espécie humana. Posteriormente, transformou-se na necessidade de enfrentar as mudanças impostas pelo sistema econômico mundial. (COSTA, OLIVEIRA e FIGUEIREDO, 2013, p. 5)

Na sociedade capitalista contemporânea em que vivemos, percebe-se cada vez menos a atuação do poder público (Estado, união e municipalidade) na vida da comunidade. Prospera-se o individualismo, a meritocracia e a culpabilização do cidadão sobre a sua condição de vida. As desigualdades sociais são advindas de um sistema de acumulação de capital e apropriação da força de trabalho da grande maioria dos brasileiros. O que o poder público oferece são

políticas públicas fragmentadas, focalizadas em determinados grupos e faixas etárias, não assistindo realmente as famílias.

Numa retrospectiva da história brasileira, especialmente no campo político, observa-se que o Brasil passou por uma mudança importante da estrutura de um regime ditatorial militar para um governo democrático em que os cidadãos elegem através do voto o seu governante e os representantes parlamentares para a criação e desenvolvimento de leis. Em abril de 1984, foi instituída pelo Congresso Nacional Brasileiro a eleição direta para o cargo de presidente da República, ficando assim, resguardado aos cidadãos o direito à participação política.

3.1.1 Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Barreiro

A realidade do município de Campina do Monte Alegre é a vivência de pessoas simples, numa aparente “vida pacata” em que muitas das atividades cotidianas estão atreladas às relações de solidariedade entre a vizinhança, o forte sentimento de pertencimento ao território em que se vive, como apontam os estudos de Milton Santos (2019). Aqui, a estrutura de ruralidade é presente, de acordo com José Eli da Veiga (2003), que relata em seus estudos que o Brasil é muito mais rural do que se pensa. Segundo dados do IBGE, a população rural de Campina do Monte Alegre é de aproximadamente 15,39% e a população urbana de 84,61%, mas isso não significa que o município seja urbano, muito pelo contrário.

A expressão “pacata” atrelada à cidade, aqui, é utilizada no sentido de tranquilidade, vida que passa devagar e serenamente. Uma vida pacata, tranquila, sem trânsito e congestionamentos, sem agência bancária, entre outros recursos e serviços de cidade grande.

Mas, muitas vezes, o adjetivo “pacato” pode esconder a formação de uma população que não luta por seus direitos sociais, uma sociedade que se configura em torno de quem manda através do poder, seja na forma de (cargos políticos, coronelismo, patriarcalismo, fatores esses tão presentes no nosso passado escravocrata e que se mantém até os dias atuais).

Neste contexto, Campina do Monte Alegre, em meados do ano de 1984, ainda não era uma esfera administrativa emancipada, mas um distrito da cidade de Angatuba. Como em boa parte dos interiores, num dado período desse imenso Brasil, em Campina do Monte Alegre uma elite de coronéis formada pelos grandes fazendeiros e produtores rurais de famílias tradicionais exerciam o poder político através de seus “currais eleitorais”. O então prefeito da época, José Emílio Carlos Lisboa, filiado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) governou na primeira gestão nos anos de 1983 a 1988; segunda gestão de 1993 a 1996.

Governou também de 2001 até 2008, sendo que era permitido a reeleição na legislatura brasileira. Cabendo ao Prefeito José Emílio Carlos Lisboa iniciar o processo de emancipação na década de 1990.

Para compreender alguns acontecimentos do entorno que talvez tenham contribuído para algumas mudanças internas do município, lembro, por exemplo, que, em 2015, a cidade vizinha, Buri, recebeu o campus Lagoa do Sino, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que fica mais próximo da federação administrativa de Campina do Monte Alegre (5,4 km) do que de Buri (33 km). Desde então, a cidade recebe estudantes de diversos estados e cidades do Brasil, bem como professores e funcionários. Essa nova instituição de ensino pode ser considerada uma nova influência para que movimentos sociais possam surgir para modificar, possibilitar mudanças na vida sociocultural e política dos moradores que ali vivem.

Sendo Campina do Monte Alegre um município jovem, o associativismo está presente em sua constituição como municipalidade e, para demonstrar essa realidade, apresento o associativismo compondo sua história enquanto município. O exemplo abordado é o da Associação dos Produtores Rurais da Microbacia do Ribeirão Barreiro (APRMHRB), fundada em 4 de março de 2002. Trata-se de uma união de pessoas, sem fins econômicos, conforme consta na ata de constituição da APRMHRB, que registrou o estatuto da instituição (Anexo A):

Art. 3º – O objetivo da associação é acolher os objetivos do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas que consta do seguinte: Procurar junto aos órgãos governamentais, suporte técnico ou financeiro que dê amparo a soluções dos problemas relacionados com: Recuperação ambiental, infraestrutura comunitária, organização social de aspecto sócio cultural, de atividade econômica e degradação ambiental. Tudo para melhorar o bem-estar das populações rurais, através de implantação de sistemas de produção agropecuária com plena participação do e envolvendo produtores amparados pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográfica autorizado através do Decreto nº 41.990 de 23.07.1997.

O estatuto foi reformado em 11 de março de 2006:

Art 4º – A associação terá como objetivo a prestação de serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados.

Art. 5º – Para consecução do seu objetivo, a associação poderá:

Adquirir, construir ou alugar os imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de armazenagem e outras;

Viabilizar o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação, a industrialização, a assistência técnica e outros serviços necessários à produção, e servir de assessora ou representante dos associados na comercialização de insumos e da produção;

Manter serviços de assistência médica, dentária, recreativa educacional e jurídica, constituindo-se, neste particular, em mandatária dos associados no que diz respeito à ecologia, ao meio ambiente e a defesa do consumidor, celebrar e convênios com qualquer entidade pública ou privada;

Filiar-se a outras entidades congêneres sem perder sua individualidade e poder de decisão.

A associação foi fundada segundo a Lei nº 9.034 de 27 de dezembro de 1994, revogada pela Lei nº. 16.337 de 14 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH. A presente lei faz a divisão hidrográfica do estado de São Paulo em 22 (vinte e duas) unidades hidrográficas denominadas de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHs; cabendo ao município de Campina do Monte Alegre está situado na UGRH do Alto Paranapanema. Cada município terá sua própria associação e através desta, a construção de poços artesianos e estradas rurais.

Imagem 8

DIVISÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 22 (VINTE E DUAS) UNIDADES DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS – UGRHs



Fonte: Anexo I da Lei nº 16.337, de 14 de dezembro de 2016.

Sendo assim, a associação foi fundada para melhorar o bem-estar das populações agrícolas rurais, através de implantação de sistemas de produção agropecuária com plena participação dos produtores locais, amparados pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas autorizado através do Decreto nº 41.990 de 23.07.1997.

Os dois bairros denominados de Laranjal e Barreiro fundaram suas associações para que, através da existência da microbacia hidrográfica, fosse construído o poço artesiano que levaria a tão sonhada água encanada para seus moradores. A constituição da associação foi realizada e o poço artesiano serve às comunidades até os dias atuais.

O Entrevistado E (67 anos, quarto ano do Ensino Fundamental), compartilhou comigo a história da construção destas duas comunidades, os atuais bairros Laranjal e Barreiro. Laranjal, porque no início do povoamento, quando havia passagem dos tropeiros com destino ao sul do Brasil, havia muita plantação de laranjas. Nos dias atuais não se vê mais presente este tipo de cultura pelas redondezas; foram substituídos por lavouras de soja, milho e sorgo. E o bairro Barreiro, conforme explicação do Senhor E, tem esta denominação devido ao solo da área ser muito vermelho e, quando chovia, fazia um barreiro de terra e água, assim, os imigrantes italianos que ali chegaram primeiro, colocaram o nome de Barreiro dos Italianos.

Retomando a modalidade de associativismo, esta pode ser classificada como associações de moradores ou associações comunitárias. Para o autor Renato Raul Boschi (1987, p. 14 e 46):

As associações de moradores seriam um impulso autonomista e inovador na rejeição das formas tradicionais de atuação política e na criação de alternativas no nível das próprias coletividades. A gênese desse movimento foi causada principalmente pelo intenso processo de urbanização que o Brasil vivenciou a partir da década de 1950. Nesse contexto sociopolítico, as associações de moradores seriam um estágio no processo de mobilização coletiva, configurando-se como uma estrutura organizada que alimenta a dinâmica da política comunitária. Uma vez conquistado o monopólio legítimo da representação, a associação atua como intermediária entre agências públicas e as comunidades locais para o encaminhamento de várias demandas.

A APRMHRB é a mais atuante das associações de Campina do Monte Alegre. Seus associados são agricultores familiares cujas produções são comercializadas nas duas quitandas, feiras e mercados locais. Para o entrevistado E, membro fundador da APRMHRB, a importância da participação popular nas atividades coletivas pode modificar a vida de uma pessoa:

Ah!... Bastante, bastante... Eu vejo muita coisa... A gente conversa sobre aumento de produtividade, de tudo quanto é coisas [sic]. Às vezes, de tentar alcançar, alcançar... preços bons para vender os produtos ou na compra é sempre bom ter mais pessoas correndo atrás disso, tentando ver se consegue mais... Na dificuldade também eu vejo... é bom falar do que é bom, mas é bom falar de dificuldade.²⁹

O mesmo declara ainda que:

Para a vida de outras pessoas, acho que a minha participação foi muito boa porque, na verdade, outros ficaram por aí [...] quando tinha uma reunião para fora, e essa reunião ficava três dias para fora da casa, então as pessoas falavam: eu não posso ir [...], eu ia. Fiquei em Sorocaba, [...] a gente foi representar Campina do Monte Alegre no Palácio dos Bandeirantes. Estive várias vezes em Campinas, outras vezes Bauru, tudo eu ia representando a Campina com o pessoal. Muitas vezes, eu ia até Itapetininga e lá pegávamos um ônibus do sudoeste pra cá, a região de Guapiara, a gente ia juntos, um ônibus alugado pela CATI. Então foi assim, muitas e muitas

²⁹ Entrevista à pesquisadora, realizada em 30 mar. 2022.

reuniões. No caso, em Itapetininga, tinha muita formação... para aprender a mexer com associação, foi bastante proveitoso para mim e, a minha intenção em fazer tudo aquilo era trazer benefício para todo mundo, para a população [...] que foi a parte da água. O meu benefício foi que eu queria mexer com a propriedade porque ela estava muito desgastada, assoreada demais a parte de água e [com] muita erosão, eu queria mexer ali, na propriedade, foi isso. O resto eu fiz mais pelos outros mesmo. Não visei ganhar nada em troca.³⁰

Com relação à temática da participação popular, o entrevistado foi enfático e disse que já participou muito em sua trajetória no município de CMA, contando inclusive como foi sua participação popular nos conselhos e como ele vê a participação popular das outras pessoas. Reproduzo a seguir o trecho da entrevista em que conversamos sobre isso:

Entrevistado E: Exatamente. Eu participei daquele conselho CMDCA. O que vigia, eu nunca quis concorrer no Conselho Tutelar, eu fui bastante ativo na minha participação naquele conselho. E no conselho da saúde também. Foi muito, muito bom demais o tempo que participei no conselho da saúde porque, como diz, eu sou daquele tipo de cobrar e participei do conselho de pais e alunos nas escolas. Principalmente na época quando meus meninos estavam estudando. Estava lá, sempre presente.³¹

Raquel Fujita: E hoje, o senhor não participa mais dos conselhos?

Entrevistado E.: Eu participo porque estou na associação ainda, [...] mas não sei se A. me colocou no conselho da saúde porque precisava de opinião do bairro, mas não sei se estou. Quando eu entro em conselho, eu gosto que seja um conselho ativo, que trabalhe. Não um conselho que seja consultivo, que vão lá, escolhem as pessoas lá, daí, não sai reunião, ninguém conversa, eles decidem o que vão fazer e pedem para a pessoa assinar a ata lá, como se tivesse participado, e pronto.

R.F.: O senhor convida outras pessoas para participar?

E.: Sim, sempre eu convido. Mas o difícil é você convencer alguém a ir lá e participar. Muita gente acha que é uma perda de tempo. Mas, agora por último mesmo, eu levei, agora que nós fomos entrar mesmo, no CODEMA (Conselho do Meio Ambiente), acabei indo, convidei várias pessoas aqui, e acabou indo a Marisa que está no conselho comigo.

R.F.: O que as pessoas mais falam para o senhor que não podem participar?

E.: Sempre é uma desculpa que... aquela invenção: “não tenho tempo”, às vezes tem tempo para outra coisa, mas não para participar de um conselho, não. Eles falam muito isso.

R.F.: O senhor acha que as informações ligadas às atividades de participação municipal chegam até o senhor?

E.: Para mim sempre chega porque estou sempre ligado com o pessoal da agricultura. Até... Está sem conselho da agricultura no momento, mas eu faço parte do conselho da agricultura, sempre fiz parte. Nunca sai, desde que eu fui presidente...

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

como chama? MDA?³² Então eu sempre estive presente. Então sempre chega na parte de agricultura, sempre chega informações e da política também.

R.F.: E para as outras pessoas, o que o senhor acha? Alguém já comentou com o senhor?

E.: Quase não... eu sempre chamo para participar e as pessoas não querem, eles acham que são as mesmas pessoas sempre que estão lá e falam: “essa turma aí só querem fazer as coisas para favorecimento deles, não vou perder meu tempo com esse tipo de coisa”. Acontece muito o que às vezes eu já vi acontecer, de as pessoas fazerem um encontro, assim, para conversar qualquer coisa e oferecer uma festinha e fazer propaganda que vai ter um churrasco, alguma coisa assim, acontecia muito na área da agricultura [...] quando as empresas que vendem produtos agrícolas como a Ouro Safra, DAgro, faziam um movimento, acabavam dando uma carne assada, as pessoas iam porque tinham interesse no projeto e outros iam para comer. Infelizmente existe isso.

A Associação chegou a desenvolver, por seis anos, o Programa de Aquisição Alimentar (PAA). Financiado pelo governo federal, o PAA³³ proporcionou para mais de sessenta agricultores cadastrados na APRMHRB a comercialização de seus produtos. Somente os associados poderiam colocar à venda seus produtos agrícolas em mercados fora do município. Assim o programa possibilitou a venda de alimentos para merenda escolar local, para doação às famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e social, para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, entidades socioassistenciais do município e para a Santa Casa de Misericórdia da cidade vizinha de Angatuba.

A pergunta que fica latente é: se uma associação é para o bem comum de todos os moradores, como fica os que não quiseram se cadastrar, se institucionalizar e burocratizar? Como explicar na definição de associação que ela colabora para o bem comum de todas as

³² Ministério do Desenvolvimento Agrário.

³³ O PAA foi criado por lei federal no ano de 2003 para incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, mediante a compra da produção de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais. Essas aquisições passaram a ser operadas sem licitação pública, a preço de mercado, com metodologia definida pelo Grupo Gestor do PAA, órgão responsável pelas diretrizes de operacionalização do programa. O PAA foi criado a partir da articulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas) com o Governo Federal, como uma ação estruturante e intersetorial no contexto das estratégias do Programa Fome Zero. Em 2004, foi extinto o Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (MESA), responsável pela criação e operacionalização do PAA, cabendo ao recém-criado Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) assumir suas atribuições. No ano de 2011 houve ampliação no modo de operacionalização do programa. Em São Paulo, a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) responsável pelo pagamento aos fornecedores do programa, tem como nova orientação, pagar diretamente aos fornecedores. O programa passa a ser um importante componente da estratégia de inclusão produtiva rural prevista no Plano Brasil sem Miséria. Em 2013 é deflagrada uma operação da Polícia Federal Brasileira, que investigou supostas irregularidades e desvios nas operações da CONAB em determinadas localidades. A operação impactou a execução do programa naquele ano e implicou a revisão de alguns procedimentos operacionais e de mecanismos de controle. Em 2014 foi realizado o encontro de comemoração dos 10 anos de PAA, devido as irregularidades, foram definidas novas exigências na destinação de alimentos adquiridos pelo PAA, a CONAB reformulou seu Manual de Operações.

pessoas? Realmente temos o poder de escolha de participar ou não de uma política pública? São questionamentos que, com mais estudos aprofundados, terei que responder.

Para os agricultores cadastrados e burocratizados, a renda se tornou satisfatória, os que não possuíam o escoamento de suas produções, nem valores fixos de suas mercadorias no mercado de consumo passaram a ter essa conquista. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB/SP) acompanhava, fiscalizava e pagava os produtores rurais locais.

Essas iniciativas, de financiar associações de produtores rurais, ocorreram em todo o Brasil na década de 1980. O objetivo principal era formar as associações e, através delas, o Estado forneceria empréstimos e recursos públicos para os trabalhadores rurais para o desenvolvimento da agricultura local. Na década de 1990, começou-se a discutir e a colocar em prática a necessidade da criação de uma associação voltada para a questão territorial, fazendo com que áreas desabitadas começassem a ser regularizadas para receber benfeitorias.

Mesmo sabendo do cunho político dessas ações, as iniciativas públicas vêm corroborar para o que aconteceu em Campina do Monte Alegre com a criação da APRMHRB e as benfeitorias realizadas no bairro do Barreiro. Como política pública, essa foi uma iniciativa que deu certo para os produtores agrícolas familiares do município e a Prefeitura entrou como parceira, disponibilizando o local para entrega e para embalar os produtos, bem como um funcionário para auxiliar nas entregas das sacolas de produtos aos munícipes. Assim, podemos compreender que a organização do trabalho, da produção, da comercialização, da aquisição e do uso de máquinas ou equipamentos são alguns dos exemplos de ações que dependem dos esforços dos próprios associados.

Infelizmente, devido a cortes de gastos públicos na política de impostos aos produtores familiares rurais brasileiros no ano de 2014, o PAA foi extinto no município e em todo o Brasil. Mas o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), como política pública semelhante ao PAA, ainda existe e funciona no Brasil.

Hoje, os agricultores familiares não possuem subsídios ou linhas de crédito bancárias para custear a lavoura, não possuem fluxo de escoamento de suas produções e a qualidade de vida da família rural está comprometida. Infelizmente, o pequeno produtor está tendo que arrendar suas terras para os grandes fazendeiros da região que praticam a agricultura capitalista, ou seja, monocultura para exportação de grãos como a soja, o milho, o feijão com destino certo ao porto de exportação de Santos (SP).

Essa formação de associativismo, no Brasil, foi amplamente praticada pelo governo e denominada de associativismo produtivo de base na área rural, por meio de financiamento, para canalizar recursos para associação de produtores e agricultores. Isso explica a proliferação de

associações de produtores rurais entre os anos de 1996 e 2002. No município de Campina do Monte Alegre não foi diferente de todo o Brasil com relação a essa realidade.

As ONG's (Organizações não Governamentais) surgiram na década de 1970 e 1980, como uma resposta ao regime autoritário vindo da Ditadura Militar, como uma organização pautada na luta por direitos e constituição de novos direitos propostos na sociedade democrática. Essa forma de organização social veio acompanhada e copiada de redes de solidariedade internacional, principalmente por agências da Europa e da América do Norte, que garantiam a sustentabilidade financeira e política de suas ações.

Ao ser indagado sobre como melhorar a participação popular das pessoas nos interesses políticos, sociais ou culturais na contemporaneidade, o Entrevistado E respondeu que:

Eu já parei para pensar sobre isso muitas vezes. O que funcionou foi o Estado mesmo deslocaram [sic] pessoas próprias para isso, pronta para trazer a ideia [...] para dar uma palestra que acaba atraindo algumas pessoas. Mas a maioria está interessado somente na parte financeira, se tem uma proposta do banco ou do sindicato que vai ter um dinheiro fácil, as pessoas vem e cai [sic] de cabeça. [...] Por exemplo, aqui na Campina tínhamos mais de cem produtores rurais com DAP³⁴ ativa. Hoje, fui com o projeto para concorrer para fornecer alimentos para merenda escolar, com a pandemia, não deu para renovar a DAP, eu fui na secretaria de agricultura participar de uma conversa com a Fernanda Santi (agrônoma), e pegamos os nomes dos pequenos produtores familiares rurais que temos na Campina, infelizmente tem somente 14 DAP ativa e principalmente do pessoal do mel.³⁵

Várias nomenclaturas hoje são utilizadas para definir as organizações que passam a exercer funções de responsabilidade social, prestam serviços sociais aos seus associados e representam diferentes interesses de grupos, classes sociais e comunidades. Para Lígia Lückmann, Carla Almeida e Luana Taborda (2018, p. 309-310) essas nomenclaturas são:

[...] o repertório de termos utilizados para nomear esse campo associativo é bastante variado na literatura: organizações não lucrativas, associações voluntárias, sociedade civil, terceiro setor, economia social, organizações não governamentais, capital social, movimentos sociais, dentre outros. [...] embora haja diversidade e desigualdades nesse campo, algumas características têm sido mobilizadas a fim de diferenciar e classificar o fenômeno do associativismo, em especial, o fato de serem organizações ou associações que operam de forma voluntária, autoadministrada e sem finalidades lucrativas.

O que é observado na teoria com relação à criação de associações com essa conotação é que se formam por iniciativa ou inspiração de alguma liderança, que percebe o problema social, nesse caso, a limpeza do rio, que é uma obrigação do poder público, mas como esse não faz, a

³⁴ Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um documento que identifica os Agricultores Familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoa jurídica (associações e cooperativas), aptos a realizar operações de crédito rural ao amparo do PRONAF, e para acesso às políticas públicas federais, estaduais e municipais.

³⁵ Entrevista à pesquisadora, realizada em 30 mar. 2022.

sociedade se mobiliza, através de uma resposta de ação, a essa falta de compromisso do poder público com suas ações.

As expressões faladas, colocadas e noticiadas pela mídia como “desenvolvimento sustentável”, “participação cidadã”, direitos humanos, direitos econômicos, sociais e culturais, estão revestidas de objetivos, de desejos, de bandeiras de luta, constituídas na verdade de campos políticos com significados e práticas partilhadas por um amplo conjunto de atores sociais para dividirem com o Estado suas responsabilidades. A afirmação é que a atuação do Estado visa, principalmente, influenciar a formulação e exercer o controle social sobre as políticas públicas, diminuindo ou camuflando as questões sociais que só crescem com o aumento das desigualdades sociais promovidas pelas ações da economia neoliberal.

Com a vinda de um novo campus da UFSCar para a cidade vizinha, muitas parcerias estão sendo realizadas com os agricultores da região para fomentar o desenvolvimento das práticas de economia solidária entre os pequenos produtores rurais locais, fortalecendo a sua subsistência.

As possibilidades de participação popular nesse campo de desenvolvimento são muitas e ainda devem ser objeto de futuros estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial desta pesquisa me impulsionou a compreender se há participação popular no município de CMA. Havendo participação popular, como ela acontece? Quais são seus desdobramentos dentro da sociedade? Os cidadãos vivenciam essa participação popular no dia a dia? Quais são as modalidades de participação popular que podemos encontrar no município de CMA? Essa participação popular é voluntária?

Num primeiro momento de orientação, cheguei a duvidar que os campino monte alegrenses participassem da vida em sociedade porque muitas vezes ocupei espaços de participação, como conselhos municipais, audiências públicas e raras foram as vezes em que os membros da comunidade estavam presentes.

Ao pensar na participação popular, busquei autores que estudaram sobre o tema. Então, fui percebendo que muitos equívocos eu estava cometendo com relação ao meu entendimento sobre participação popular. Não compreendia que a participação social e a participação cultural são, assim como a participação política, outras formas ou modalidades que os cidadãos têm de manifestar a sua opinião dentro da democracia.

A partir da leitura do livro *A Casa & A Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*, de Roberto DaMatta (1997), na sua tentativa de compreensão da sociedade brasileira, especialmente pelo universo relacional da casa e da rua, cheguei ao pensamento de que a partir do momento que saímos de casa, já estamos participando. O que me elucidou que a participação de uma pessoa na vida em sociedade faz parte do processo de construção do ser humano. Uma vez que sempre participamos com outras pessoas da vida em família, do trabalho, da comunidade religiosa que frequentamos, enfim, tudo é um processo da formação pessoal.

Assim sendo, delimito o objeto de pesquisa para ser estudado junto à sociedade campino monte alegre, onde trabalho e vivo, para compreender como os moradores se veem nesse processo de construção de um espaço democrático. Deparei-me com muitas respostas significativas que me fizeram amadurecer em relação à realização desta dissertação.

A metodologia adotada utilizando as entrevistas semiestruturadas possibilitaram ouvir, compreender e refletir sobre as palavras dos entrevistados e sobre a suas percepções do que é participação popular e como ela acontece. A cada entrevista realizada, meus pensamentos e teorias sobre a participação popular se transformavam.

Os objetivos propostos apresentados no início do estudo foram alcançados. Constatei que a participação popular de caráter cultural e social acontecem cotidianamente, seja nas festas, novenas ou apresentações de coral etc. A participação local da sociedade/comunidade é muito

forte. Segundo Boaventura Santos (2007): “todo saber é local, todos os sistemas de saber são locais, inclusive as ciências”. Reforçando assim, a importância dessa participação popular na construção da história do município de CMA.

As pessoas participam e colaboram com as doações e prendas do que for solicitado. A confiança na presença de Deus para os moradores desta sociedade é muito grande e generosa. Mesmo os que pouco possuem financeiramente, separam seus dízimos fielmente a cada mês, retribuindo a misericórdia de Deus para consigo e sua família através da saúde, do trabalho, da casa própria, do trabalho do filho/a, do genro/nora e assim por diante.

Todavia, considero que a participação popular política é a que os munícipes têm maior dificuldade em assumir publicamente, com robustez, expondo suas reivindicações através de sua presença. Observo que são sempre os mesmos cidadãos que compõem os conselhos, configurando-se assim num corpo esvaziado de ampla representação. Muitas vezes, a não participação é justificada com o argumento de que falta tempo para participar ou que são muitas reuniões com pouca resolutividade e assim por diante. Os trabalhadores utilizam o pouco tempo de descanso para ficarem com a família e realizar as atividades do universo doméstico.

A participação política em municípios de pequeno porte, limita-se ao voto e na campanha eleitoral onde formam-se as torcidas dos candidatos, fenômeno da atualidade conhecido como polarização política.

Respaldando-me em Michel de Certeau (2008, p. 9), observei que a participação popular é um direito constitucional garantido pela Constituição de 1988. Mas, a participação popular ocorre desde a existência do mundo. A tendência do ser humano é estar em comunidade com outras pessoas, relacionando-se e construindo relações sociais. No decorrer do estudo, fica evidenciado que a participação popular na política, na sociedade e na cultura são intrínsecas, ou seja, não podemos separar uma participação da outra, elas acontecem naturalmente, de acordo com a necessidade da junção de várias pessoas.

Especificamente em CMA, a participação popular sociocultural é mais visível que a participação política porque se constituiu na formação do município. Desde quando foi encontrada a imagem de São Roque, o santo padroeiro, o povoado que hoje é o município de CMA foi se construindo.

As festividades socioculturais, principalmente a Festa de São Roque, que acontece há mais de 150 anos, contribuíram para fortalecer os laços de solidariedade, pertencimento entre as famílias e moradores que povoaram essas terras. É costume festivo que os moradores locais sejam escolhidos como festeiros. Esses festeiros, também denominados como “agentes culturais” (CERTEAU, 2008), são os responsáveis pela organização e realização do evento.

Cada morador fez e faz o que é possível para que a festa não deixe de acontecer. Contam suas histórias, seus feitos, de geração para geração, assim, a participação popular vai se fortalecendo durante todos os anos de existência da festa. Sendo que a cada ano, as especificidades vão se caracterizando de acordo com os festeiros escolhidos e com o pároco que estiver à frente dos trabalhos cléricos da matriz de São Roque em cada época.

A participação popular política requer um conhecimento prévio de legislação, um conhecimento mais técnico e a população alega não possuir tempo para estudar essas necessidades. Também requer uma concessão por parte da administração pública em ceder às demandas apresentadas pelos demandantes. Se estes participantes não sentem que o poder público está interessado em melhorar a qualidade de vida daquela comunidade, as pessoas vão perdendo o interesse em participar, dar sua opinião, porque não são ouvidas.

Como disse o Entrevistado E: “eu convido, mas ninguém vai participar, sempre é uma desculpa de que não tem tempo, tem tempo para outra coisa, mas para o conselho não”.³⁶ O entrevistado até declara que, para ele, participação popular seria um *dom* da pessoa, ou seja, seria uma aptidão, uma qualidade inata, natural de alguém que vai participar de qualquer evento sendo do interesse dela ou não. Da mesma forma, tanto o Senhor A quanto o entrevistado E, compartilham dessa ideia de *dom*.

Entendo o que pensam ser um *dom*, mas, concordo com o pressuposto elaborado por George Cole e Rousseau, quando apontam a *vontade*, e não a força, como base de organização social e política. *Vontade* é um substantivo feminino, cujo significado no dicionário *Aurélio* é a faculdade que tem o ser humano de querer, de escolher, de livremente praticar ou deixar de praticar certos atos. Também é uma força interior que impulsiona o indivíduo a fazer algo, a atingir seus fins ou desejos. Diante dos significados de “*dom*” e “*vontade*”, cabe a quem participa instigar a sociedade para que mais pessoas possam ser sensibilizadas com a participação popular a buscarem os canais mais adequados para exercer seus direitos de cidadania.

Através da construção da dissertação, compreendi que a participação popular pode ocorrer de diversas formas, e não somente como eu pensava que participação política, social e cultural fossem independentes umas das outras. Todas convergem para que a participação popular aconteça.

Este estudo me possibilitou conhecer mais aprofundadamente a história de construção do município de CMA, de seus bairros e comunidades, das pessoas que fazem parte da história de

³⁶ Entrevista à pesquisadora, realizada em 30 mar. 2022.

vida dessa localidade. Pude também conhecer sobre o associativismo como uma modalidade de participação popular que está presente na construção da história de CMA. a exemplo das comunidades dos bairros Barreiro e Laranjal, que, através da participação popular, se uniram e conseguiram construir um poço artesiano para beneficiar a vida de seus moradores.

Ressalto que a figura do festeiro, de acordo com as teorias apresentadas por Bobbio, Matteucci e Pasquino, no *Dicionário de política* (2004, p. 888), representa um exemplo de participação política no sentido de contribuição direta, uma vez que o festeiro é um membro da comunidade e, através da sua personalidade, se envolve para angariar doações e ser responsável pela festa. Os demais munícipes participam no sentido indireto porque elegem o festeiro para assumir tais responsabilidades e contribuem para a organização das festas Em Louvor de São Roque e Delícias do Milho. Assim, essas são formas de participação sociopolítica cultural em que os cidadãos/ãs se organizam para realizar a festa de São Roque, que é centenária nesta sociedade.

Participar tornou-se um direito a partir da Constituição Federal de 1988, mas é um processo de constituição da sociedade, da cidadania e da democracia. Para vivermos em sociedade precisamos dela participar. Parafraseando Michel Certeau (2008, p. 9) “para que haja verdadeiramente, não basta ser autor de práticas sociais: é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza”. Ainda: “toda cultura requer uma atividade, um modo de apropriação, uma adoção, uma transformação pessoal, e um intercâmbio instaurado em um grupo social”.

Dessas afirmações pode-se concluir que a cultura de CMA teve influências das culturas portuguesa, indígena, africana, como de outros países latino americanos, dos tropeiros etc, uma vez que a cultura é dinâmica e se molda constantemente para atender as necessidades de um povo. Assim também se constrói a dinamicidade da participação popular nas modalidades sociocultural e política, que se moldam de acordo com o processo de construção da democracia em uma dada localidade.

Com a realização deste estudo, conhecendo melhor a participação popular e como ela acontece em CMA, poderei, enquanto funcionária pública municipal, sensibilizar, informar e capacitar mais pessoas para exercerem o seu direito à cidadania. Acredito também que com a vinda da UFSCar, campus Lagoa do Sino, terá um papel decisivo para a melhoria da participação popular sociopolítica para os anos que se seguirão através da presença de docentes, discentes, funcionários que se instalaram como moradores nessa sociedade e trazem novas informações, conhecimentos, pesquisas, trabalhos de extensão que envolvem a comunidade.

A partir dos resultados obtidos com a realização desta pesquisa, conhecendo os fatores que enfraquecem a participação popular, daqui em diante terei como meta vencer os obstáculos da falta de informação e conhecimento acerca do tema; realizar mudanças sobre o processo de divulgação de informações sobre participação popular utilizando as ferramentas modernas da tecnologia como e-mail, Facebook, Instagram. Tudo isso sem abandonar os “velhos” métodos, como a visita e a conversa com os moradores; as reuniões onde as pessoas possam se “olhar nos olhos”; o convite também às autoridades municipais para que as resoluções de demandas possam ser analisadas de acordo com as possibilidades administrativas e executivas.

Refletindo sobre a afirmação de José Eli da Veiga (2003), em seu livro *Cidades Imaginárias*, de que o Brasil é menos urbano do que se calcula, concordo plenamente com o autor. Ao realizar este estudo, me deparei com um município que tem a maioria populacional morando na área urbana, mas possui todas as características de um município rural, como, por exemplo: economia agrária voltada para plantações de exportação e de pequenos agricultores que realizam plantio de subsistência e para a venda em quitandas e feiras locais. É o caso de uma vida tranquila, em que todos os moradores se conhecem e mantêm relações de solidariedade entre si e o sentimento de pertencimento ao território local.

Finalizo destacando que a construção dessa pesquisa, para mim, enquanto pesquisadora, moradora e trabalhadora de CMA, trouxe muitas informações e novos conhecimentos que eu não possuía até a realização do mestrado. Como exemplo, cito a festa de São Roque, que tem mais de 150 anos de existência; a existência da Associação de Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Barreiro e os benefícios por ela alcançados quando trouxe água potável ao bairro Barreiro e Laranjal, além de compreender o que moradores por mim entrevistados pensam e entendem sobre participação popular. Enfim, a realização desta pesquisa de mestrado foi um grande processo de tomada de consciência da história de vida e de participação da população campino monte alegre e foi escrita com muito prazer.

REFERÊNCIAS

LIVROS

BASSO, Rafaela. **A cultura alimentar paulista: uma civilização do milho? (1650-1750)**. São Paulo: Alameda, 2014.

BERTOLDO, Jaqueline. **Associativismo**. Santa Maria (RS): Incubadora Social–UFSM, 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/513/2020/08/CARTILHA-ASSOCIATIVISMO.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais: Vértice: Rio de Janeiro: Iuperj, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Edusp, 2. ed., 1987.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.). **Dicionário de Política**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2004. Volume 1 e 2.

BRUSTOLONI, Júlio. J. **Vida de São Roque: peregrino de Deus e herói da caridade**. São Paulo: Santuário, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CARNEIRO, Henrique Soares. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 2004.

CERTEAU, Michel. A cultura na sociedade. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky, 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

COHEN, Jean L. & ARATO, Andrew. **Sociedad civil y teoría política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

COSTA, Maria do Socorro Cândido de, OLIVEIRA, Antônio Cesar da Silva, FIGUEIREDO, Raimundo José Linhares. **Associativismo**. Fortaleza: Fundação Demétrio Rocha/Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, 2013. p. 1-32.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Vozes: 1996.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 1993.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.) **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MADURO, Otto. **Mapas para a festa: reflexões latino-americanas sobre a crise e o conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. (2001)

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESSOA, Jadir de M. **Saberes em festa: gestos de ensinar e aprender na cultura popular**. Goiânia: Editora da UCG/Kelps, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: Colônia e Império**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRATTES, Claudemir Marcos. **Associativismo: o princípio do fortalecimento das profissões**. Campos Gerais (PR): Sindirepa, 2013. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindirepag/news3263content205461.shtml>. Acesso: em 2 jun. 2022.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

SANTOS, Boaventura de S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 678p.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record. 2019.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2 ed. Campinas (SP): Autores associados, 2003.

WARMAN, Arturo. **La historia de un bastardo: maíz y capitalismo**. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Sociales; Fondo de Cultura Económica, 1988. (Obras de História).

CAPÍTULOS DE LIVRO

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. *In*: Laura de Mello e Souza (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). **Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (História da vida privada no Brasil, 1)

ARENDDT, Hannah. Capítulo I – A Condição Humana, *In: ARENDT, H. A Condição Humana*. Roberto R. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Proposições políticas. *In: _____*. **Comum**: ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017. p.479-579.

TATAGIBA, Luciana. A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. *In: AVRITZER, Leonardo (org.). A participação em São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. p. 323-370.

VALLA, Victor Vicent. Revendo o debate em torno da participação popular: ampliando sua concepção em uma nova conjuntura. BARATA, R.B.; BRICEÑO-LEÓN, R.E. (Orgs.). **Doenças endêmicas: abordagens sociais, culturais e comportamentais** [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. 376 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/45vyc/pdf/barata-9788575413944-15.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

TESES, DISSERTAÇÕES, TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

MAYER, Grazieli Schuch. **O efetivo exercício do direito fundamental à participação popular política como instrumento para a concretização de uma boa administração pública**. 2016. 154f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PASE, Hemerson Luiz. **Democracia Participativa e Desenvolvimento: A influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Florianópolis**. 2001. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SILVA, Josefina de Fátima Traquilin. **O Erótico em *Senhora do Destino*: recepção de telenovela em Vila Pouca do Campo, Portugal**. 2007, 357f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

SILVA, Paula Pinto. **Entre tampas e painéis: por uma etnografia da cozinha do Brasil**. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001241851>. Acesso em: 4 maio 2022.

SILVA, Maria Jocineide da. **Avanços e resistências no processo de implantação do orçamento participativo: estudo comparativo das etapas de planejamento e execução orçamentária em Olinda (PE)**. 2005. 107f. (Monografia) SESVALI/FAVIP, Caruaru, 2005.

ARTIGOS DE PERIÓDICO

COSTA, Danielle Martins D. Vinte anos de orçamento participativo: análise de experiências em municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 56, São Paulo, 2010, p. 8-28. DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v15n56.3190>. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3190/2093>. Acesso em: 4 maio 2022.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, maio-ago, 2011.

_____. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, jan./abr., 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>. Acesso em: 14 dez. 2022.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Leitura da fotografia. **Estudos feministas**. Florianópolis, ano 2, n. especial, 2º semestre 1994, p. 130-141. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 10 fev. 2023.

LOCK, Fernando. N. Participação popular no controle da administração pública. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, v. 1, n. 1, set-nov. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/198109465888>. Acesso em: 2 ago. 2022.

LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C.; TABORDA, Luana R. Associativismo no Brasil contemporâneo: dimensões institucionais e individuais. **Política & Sociedade: revista de sociologia política**. [S. l.], v. 17, n. 40, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p307/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

ROCHA, Ariza Maria. Há um sistema culinário do milho no Cariri cearense? **Geografares**. Jan.-Jun., 2018. ISSN 2175-3709.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História: questões & debates** – dossiê História da Alimentação, Curitiba, v. 42, n. 1, jan-jun. 2005, p. 11-31. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v42i0.4643>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4643>. Acesso em: 4 maio 2022.

TONELLA, Celene. Participação social, cultura política e indicadores de associativismo: os dirigentes de entidades sociais. **Revista Debate**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p.158-189, jul.-dez. 2018.

VALLA, Victor Vicent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cad. Saúde Pública**, n. 14, supl. 2, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1998000600002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YcmBR9tNZcjkmhGXx7L7YXc/?lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2022.

VENTURA, Carla Aparecida Arena; MIWA, Marcela Jussara; SERAPIONI, Mauro; JORGE, Márjore Serena. Cultura participativa: um processo de construção de cidadania no Brasil. **Interface**, v. 21, n. 63, p. 907-920, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0941>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0941>. Acesso em: 18 jan. 2023.

WORLD WITHOUT POVERTY. Histórico do PAA Brasileiro. s/d. Disponível em: https://wpp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PAA_historico_PT.pdf. Acesso em: 21 de mar. 2023.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 maio 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Brasília, 4 maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 2 ago. 2022.

BRASIL, Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 de agosto de 2000.

BRASIL. Lei nº. 13.101, de 27 de janeiro de 2015. Dispõe sobre o Dia Nacional do Milho. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de janeiro de 2015.

BRASIL. Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SÃO PAULO. Lei Estadual nº 8.550, de 30 de dezembro de 1992. Dispõe sobre as Alterações no Quadro Administrativo do Estado. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7664-30.12.1991.html>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SÃO PAULO. Lei Estadual nº 16.337 de 14 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16337-14.12.2016.html>. Acesso em: 21 mar. 2023.

APÊNDICE

Roteiro para a entrevista semiestruturada

Nome:

Idade:

Sexo:

Raça:

Endereço:

Escolarização:

Profissão:

Renda Familiar:

Data da Entrevista:

Horário da Entrevista:

Local da Entrevista:

- 1) O que é participação popular para você?
- 2) Você já ouviu falar sobre participação popular?
- 3) Você participa de alguma atividade junto com outras pessoas e que não seja dentro da sua moradia?
 - a. Se sim, você pode explicar como essas atividades acontecem, qual a frequência e o local onde elas acontecem?
 - b. Se não participa, por quê?
- 4) Quem te convidou para participar? Se não foi convite, como você ficou sabendo dessas atividades?
- 5) Para você qual a importância da sua participação em atividades coletivas?
- 6) Que benefícios a sua participação pode trazer para a sua vida e a vida de outras pessoas?
- 7) Você já ouviu falar dos conselhos municipais, conferências municipais, audiências públicas, orçamento público na sua cidade?
- 8) Você participa de algum conselho ou evento ligado ao município, ao bairro? Se sim, o que você faz?
- 9) Se você participa de algum conselho, organização coletiva, você convida outras pessoas para participarem também dessas atividades?

10) Você acha que as informações ligadas a atividades municipais chegam até você? Se sim, como? Se não, por quê?

11) O que você acha que seria importante para melhorar o seu interesse pelo que acontece com a sua cidade?

12) Você participa da Festa de São Roque?

a. Se sim, fale como você participa da festa, o que mais lhe chama atenção, o que você mais gosta.

b. Se não, poderia me dizer o porquê?

13) Você faz ou já fez parte da organização da Festa de São Roque? Se sim, como?

14) Você participa da Festa do Milho?

a. Se sim, me conte como, o que mais gosta.

b. Se não, poderia me dizer o porquê?

15) Você faz ou já fez parte da organização da Festa do Milho? Se sim, como?

ANEXOS**Anexo A: Termo de consentimento e livre esclarecimento**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA CONDIÇÃO HUMANA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução CNS 510/2016)

A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM CAMPINA DO MONTE ALEGRE (SP): ENTRE AS FESTAS DE SÃO ROQUE, DO MILHO E O ASSOCIATIVISMO

Eu, Raquel Peres Pereira Fujita, estudante do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “A participação popular em Campina do Monte Alegre (SP): entre as festas de São Roque, do milho e o associativismo”, orientada pela Professora Dra. Vanda Aparecida da Silva.

A busca por informações sobre a participação popular na vida social e política dos municípios de Campina do Monte Alegre, no interior do estado de São Paulo é o objetivo deste estudo, uma vez que, resido aqui há 22 anos, vendo a participação popular nas festividades religiosas, desfile cívico, mas nas decisões políticas de audiência de gastos suplementares, orçamento, leis específicas, os moradores não participam das sessões na Câmara Municipal. Meu objeto de estudo é compreender por que as pessoas participam das atividades sociais e não das atividades políticas; por que temos tantas dificuldades da participação popular na construção da democracia no município.

Você foi selecionado(a) por ser um membro da Associação de Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Barreiro, organização social do município de Campina do Monte Alegre ou um(a) festeiro da festa de São Roque ou um(a) coordenador da festa “Delícias do Milho”. Primeiramente, você será convidado (a) a responder uma entrevista semiestruturada, que será agendada conforme a disponibilidade de horário do participante, realizada na casa/domicílio, sítio do mesmo. Sua duração é estimada de 60 a 120 minutos, podendo ocorrer em três etapas: na primeira etapa ocorrerão as entrevistas (um ou dois encontros, se necessário), visando a coleta de dados; a segunda etapa visa apresentar ao

participante a transcrição das informações que foram fornecidas para a sua validação. E, a terceira etapa consiste no acesso ao resultado da pesquisa.

A entrevista abordará informações como nome, idade, sexo, escolaridade, bem como sua motivação para a participação popular para um determinado interesse social ou causa social e sua concepção sobre a importância do trabalho realizado para a sociedade.

Por ser uma pesquisa realizada com seres humanos, há riscos envolvidos. Embora mínimos, podem acontecer cansaço ou aborrecimentos ao responder os questionamentos, desconforto, constrangimento ou alteração de comportamento durante gravações de áudios. Por isso, serão garantidas pausas durante a entrevista, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interrompê-las a qualquer momento. Serão retomados, nessa situação, os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa poderá trazer, em caso de encerramento da entrevista por qualquer fator descrito acima. A pesquisadora irá orientá-lo (a) e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área das ciências humanas e sociais, para a construção de novos conhecimentos que envolvam a participação popular. A pesquisadora realizará, e, acompanhará todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

A participação é voluntária, “livre e esclarecida”. A qualquer momento poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, através de comunicado a pesquisadora por contato telefônico (15) 99783-6143 ou por e-mail: raquelfujita@estudante.ufscar.br. Sua desistência não trará nenhum prejuízo em relação ao pesquisador ou junto a Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa não serão confidenciais, portanto, o entrevistado deve ter ciência de que todas as informações por eles declaradas se tornarão públicas, a partir da realização da entrevista.

É garantida a sua plena liberdade para decidir sobre sua participação nesta pesquisa, podendo retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, inclusive após a sua finalização, sem prejuízo algum. Podendo também se recusar a responder as perguntas que quiser, sem a necessidade de justificar seus motivos.

Solicito sua autorização para gravação do áudio da entrevista e ao final da entrevista tirar uma foto do entrevistado(a) para ilustrar o trabalho final. Não haverá gravação de vídeo. A gravação realizada durante a entrevista semiestruturada será transcrita pela pesquisadora,

garantindo que se mantenha o mais fidedigna possível. Após finalizada a transcrição, será apresentada para validação durante a segunda etapa da pesquisa.

Não haverá nenhuma despesa financeira para a realização da entrevista ou mesmo compensação em dinheiro ao participante, a pesquisadora irá se deslocar até a moradia do (os/as) entrevistados (as), não havendo nenhuma despesa ao participante. É também garantida assistência imediata e integral e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa, quando houver.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora, onde constará o telefone e endereço da pesquisadora. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer outro momento, tendo acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado. Todo o material da entrevista será arquivado em formato digital sob a guarda e responsabilidade da pesquisadora pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo CEP – Comitê de Ética em Pesquisa, que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes da pesquisa.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar, que está vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade, localizada no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: rodovia Washington Luís, km 235 – CEP: 13565-905 – São Carlos/SP. Pode entrar em contato pelo telefone: (16) 3351-9685 ou por e-mail: cephumanos@ufcar.br. Horário de atendimento: das 8:30 às 11:30. O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/CONEP. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de comitês de ética em pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, via W 5 Note, lote D – Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte – CEP: 70719-040 – Brasília – DF. Telefone: (61) 3315-5877. E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato:

Pesquisadora: Raquel Peres Pereira Fujita.

Endereço: Caixa Postal nº 25, centro – Campina do Monte Alegre – SP – CEP: 18245-000.

E-mail: raquelfujita@estudante.ufscar.br.

Telefone: (15) 99783-6143.

Dados da orientadora da pesquisa:

Nome: Vanda Aparecida da Silva.

Grupo de pesquisa da orientadora: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Tecnologia, Cultura e Sociedade – Nepetecs.

Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE).

Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB).

Programa de Pós-graduação em Estudos da Condição Humana (PPGECH).

Universidade Federal de São Carlos – Sorocaba – SP, Brasil.

Telefone: (15) 98187-8868.

E-mail: vandasilva@ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Campina do Monte Alegre, ____/____/_____.

Nome do participante

Raquel Peres Pereira Fujita

Anexo B: Ata da assembleia geral da constituição da associação dos produtores rurais da microbacia hidrográfica do ribeirão do barreiro

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DO BARREIRO.

No dia quatro de março de dois mil e dois, as dezenove horas na Câmara Municipal de Campina do Monte Alegre, situada a rua Nossa Senhora da Conceição, nº 415, município de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, na presença do engenheiro agrônomo Luiz Paulo Mendes, na qualidade de Técnico Executor do Programa Estadual de Microbacia Hidrográfica, o qual foi escolhido para presidir esta assembleia, reuniram-se as seguintes pessoas: Dimas Pelegrini, Adão Agapto, Adão Sebastião, Mariza de Fátima Medeiros Peixoto, Valdemar Senevaites, Maria Aparecida de Jesus Agapto Souza, Amarildo Rodrigues Vieira, João Emilio de Almeida e João Batista Luciano.

Após as apresentações foi dito que o propósito do grupo era constituir uma Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão do Barreiro, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com o objetivo de viabilizar o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, visando para a Microbacia do Ribeirão do Barreiro um modelo de produção agrícola que apresente produtividades compatíveis com a segurança alimentar, que seja economicamente viável e que não agrida e preserve o meio ambiente, que aperfeiçoe as formas de organização social no campo, para que, os agricultores participem ativamente da vida social, econômica e política das comunidades. Para melhorar o bem estar das populações rurais, através de implantação de sistema de produção agropecuária com plena participação e envolvimento do dos produtores amparados pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográfica autorizado através do Decreto nº 41990 de 23/07/1997.

Foi proposto, que se definisse um nome para a associação. Por decisão unânime foi escolhido e instituída a Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão do Barreiro. Dando continuidade, foi elaborado e discutido o Estatuto da Associação que fica assim definido: Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão do Barreiro.

I – Constituição e área de atuação:

Art. 1º Fica instituída a Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão do Barreiro, com prazo indeterminado, com sede na Fazenda

Municipal a Rodovia Deputado Antônio Vieira Sobrinho, km 4 no município de Campina do Monte Alegre, em cujo município será sua área de atuação.

Art. 2º A Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão do Barreiro, pessoa jurídica sem fins lucrativos de Direito Privado passa a reger-se pelo presente estatuto e legislação civil aplicável.

II – Objetivo da Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão do Barreiro:

Art. 3º O objetivo da associação é acolher os objetivos do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas que consta do seguinte: Procurar junto aos órgãos governamentais, suporte técnico ou financeiro que dê amparo a soluções dos problemas relacionados com: Recuperação ambiental, infra estrutura comunitária, organização social de aspecto sócio cultural, de atividade econômica e degradação ambiental. Tudo para melhorar o bem estar das populações rurais, através de implantação de sistemas de produção agropecuária com plena participação do e envolvendo produtores amparados pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográfica autorizado através do Decreto nº 41990 de 23/07/1997.

III – Dos sócios:

Art. 4º A Associação admite como sócios os proprietários, arrendatários e parceiros das áreas que compõe a microbacia hidrográfica do Ribeirão do Barreiro.

IV – Direito dos sócios:

Art. 5º É direito dos sócios participarem das Assembleias Gerais com direito a voto.

Art. 6º Ser votado para fazer parte da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art.7º Participar de todas as atividades empreendidas pela Associação e dos benefícios por ela gerados.

Art. 8º Denunciar a Assembleia Geral ou do Ministério Público os atos de Dirigentes, Conselheiros e membros da Diretoria que contrariem a probidade administrativa e a legislação vigente.

V – Deveres dos sócios:

Art. 9º Comparecer as reuniões para quais forem convocados e contribuir para o alcance dos objetivos da reunião.

Art. 10º Manter as relações solidárias e cooperativas com os sócios na busca da concretização dos interesses comuns.

Art. 11º Pagar em dia as taxas e outras contribuições estabelecidas pela assembleia geral.

VI – Órgão de administração:

Art. 12º A associação tem como órgão máximo de administração a assembleia geral composta por todos os sócios que estiverem em dia com suas obrigações.

VII – Atribuições da assembleia geral:

Art. 13º Eleger os membros da Diretoria e do Conselho, reformar os estatutos, aprovar as prestações de contas com a diretoria baseadas em análises e pareceres do conselho fiscal, decidir as punições a serem aplicadas aos sócios no caso de não cumprimento dos seus deveres.

Art. 14º As assembleias gerais devem ser convocadas em até sete dias antecedentes ao dia de sua realização, através de um comunicado verbal, escrito ou por rádio difusão a todos os sócios em dia com sua contribuição.

Art. 15 As convocações para a assembleia geral poderão ser feitas pela Diretoria, pelo Conselho e por decisão de no mínimo 25% dos sócios quites com suas obrigações.

VIII – Decisões das Assembleias:

Art.16º As decisões da assembleia só terão efetividade quando aprovadas por 50% e mais um dos sócios com direito a voto, presentes a essa assembleia.

IX – Da Diretoria:

Art.17º A diretoria é o órgão responsável pela execução das decisões da assembleia geral e pela eficiência nos planos da associação.

Art. 18º a diretoria é composta de: Presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, cada qual com as atribuições que lhe são típicas, todos eleitos em assembleia.

Art.19º As substituições em caso de ausência: Do presidente pelo vice-presidente e depois deste pelo tesoureiro, a do tesoureiro pelo vice-presidente e depois deste pelo secretário, a do secretário pelo vice-presidente e depois pelo tesoureiro.

X – Do Conselho Fiscal:

Art.20º A duração do mandato será de dois anos, com direito a reeleição.

Art. 21º Os membros do conselho fiscal em número de três pessoas serão eleitos em assembleia geral.

Art. 22º A atribuição do conselho fiscal é acompanhar e analisar a gestão financeira da associação examinando relatórios de prestações de contas.

XI – Do Patrimônio:

Art. 23º O patrimônio da associação será constituído por: taxas e outras contribuições dos sócios; bens adquiridos através de convênios, contratos e outros ajustes com o órgão público.

XII - Destinação do Patrimônio:

Art. 24º O presente estatuto poderá ser adequado, reformulado a qualquer tempo por decisão da assembleia geral.

Art. 25º Em caso de extinção da Associação, o seu patrimônio residual, após liquidado os passivos serão destinados a outras entidades sem fins lucrativos, de semelhante atuação.

XIII – Do Foro: Fica eleito o foro de Angatuba, por mais privilegiado que outro possa ser, para dirimir dúvidas oriundas do presente estatuto.

Foi proposta a votação para constituir a Diretoria que ficou assim definida:

Presidente: Adão Sebastião. RG: 9.270.913 CPF: 795.508.788-72, residente a rua Amâncio Borba, 485.

Vice presidente: Adão Agapto. RG: 13.207.825 CPF: 542.829.508-20, residente a rua Prudente Alves, 389.

Secretaria: Mariza de Fátima Medeiros Peixoto. RG:18.923.936-0 CPF:084.311.138.04, residente a Rodovia Lauri Simões de Barros, km 1,5.

Segundo secretário: Valdemar Senevaites. RG 3.864.947 CPF: 248.376.368-53, residente na Fazenda Santa Isabel, bairro do Barreiro.

Tesoureiro: Maria Aparecida de Jesus Agapto Souza. RG 9.067.561 CPF: 930.811.118-20, residente a rua Rocha Miranda, 667.

Conselho Fiscal: Amarildo Rodrigues Vieira. RG 20.580.972 CPF: 086.537.948-32, residente no sítio São Luiz; João Emílio de Almeida. RG:27.055.907-3 CPF: 150.607.288-30, residente no sítio Cambara e João Batista Luciano. RG: 8.125.491 CPF: 986.356.708-68, residente a Rodovia Lauri Simões de Barros, km 1,5.

Empossados, o presidente Adão Sebastião agradeceu a confiança nele depositada e nada mais havendo foi encerrada a reunião cuja ata lavrei e assino com os demais presentes. (a a) Adão Sebastião, Adão Agapto, Mariza de Fátima Medeiros Peixoto, Valdemar Senevaites, Maria Aparecida de Jesus Agapto Souza, Amarildo Rodrigues Vieira e João Batista Luciano. Nada mais. Está conforme o original.